



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

“VÊ SE ME DESIMBAÇA”:

**DO APELO À DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA**

PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS

RECIFE

2009

PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS

“VÊ SE ME DESIMBAÇA”:

**DO APELO À DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, composta pelos professores Dra Miriam Debieux Rosa e Dr. Zeferino Rocha, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Prof^ª Dra. Nanette Zmeri Frej

Co-orientador: Prof^ª Dra. Maria de Fátima Vilar de Melo

RECIFE

2009

M131a

Barros, Paula Cristina Monteiro de

“Vê se me desimbaça” : do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua. / Paula Cristina Monteiro de Barros ; orientador Nanette Zmeri Frej ; co-orientador Maria de Fátima Vilar de Melo, 2009.

159 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica : laboratório de psicopatologia fundamental e psicanálise, 2009.

1. Psicologia clínica. 2. Psicanálise. 3. Menores de rua. 4. Pais e Filhos. 4. Família. 5. Juventude e violência. 6. Marginalidade social. 7. Instituições sociais. I. Título.

CDU 159.964.2

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE**

PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS

**“VÊ SE ME DESIMBAÇA”:
DO APELO À DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. MIRIAM DEBIEUX ROSA – Examinadora Externa

Prof. Dr. ZEFERINO DÊ JESUS BARBOSA ROCHA – Examinador Interno

Profª. Dra. NANETTE ZMERI FREJ – Orientadora e Presidente da mesa

Profª. Dra. MARIA DE FATIMA VILAR DE MELO – Co-orientadora

RECIFE

2009

Para as crianças e os adolescentes em situação de rua

AGRADECIMENTOS

Ao término desta pesquisa, a constatação da intensidade que perpassou todo este percurso. Um percurso intenso naquilo que concerne à pesquisa, em meio às inquietações, às apostas, às construções, às desconstruções, ao deparar-se com leituras e articulações, às vezes, árduas, ao difícil, mas igualmente prazeroso processo de escrita. Um percurso intenso no confronto com situações com as quais foi doloroso se confrontar. Mas um percurso intenso, especialmente, pelos agradáveis encontros e pela presença de algumas pessoas que representaram uma sustentação relevante no processo de elaboração desta dissertação. Compartilho, portanto, o resultado deste trabalho, com aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram e participaram na concretização desta pesquisa. Agradeço, então,

a *Deus*, fonte de paz, energia, proteção e tranquilidade em minha vida;

a *Patrícia*, querida irmã, amiga, leitora essencial de meus textos. Agradeço a você, *Patrícia*, pela presença tão próxima, pelo companheirismo, pela vibração a cada passo dado adiante, pelo amparo e pela força nos momentos mais críticos. Você é fundamental em minha vida. A *Nano*, meu cunhado, pelo carinho e pela firmeza de viver;

a *meus pais*, referências de força, perseverança, conquista, ética e dignidade. Obrigada, *papai e mamãe*, pelo apoio, pelo cuidado, pela sabedoria e sensibilidade que me possibilitam hoje inquietar-me com o sofrimento humano e com a exclusão;

a *Júnior*, pela importância em minha vida; e *Patrícia*, pelos agradáveis encontros; a *Paulo Neto e Patrick*, duas "figurinhas" indispensáveis, pela alegria de viver e pela suavidade de uma infância tranquila;

a *Antonio*, meu companheiro, pelo respeito a meu trabalho, pela cumplicidade e pela leveza;

às *crianças e aos adolescentes em situação de rua*, os quais me lançaram a indagações sobre o sofrimento, a violência, a crueldade humana, a irreverência. A eles, uma parte importante de meu crescimento pessoal e profissional;

à *equipe do CRIA*, pelo crescimento nas discussões, pela aposta e investimento no atendimento, pela igual inquietação e indignação frente à realidade das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Agradeço, ainda, pelo carinho e acolhimento na realização desta pesquisa;

a *Nevinha e Maria*, parceiras importantes na construção de um fazer institucional sobre o qual nos debruçamos; amigas fundamentais para todas as horas;

a *Nanette*, pelo incentivo, pelo afeto e pelas muitas "mãos estendidas" ao longo deste processo; pelo respeito e criteriosa leitura na construção do meu texto. Agradeço, ainda, pela consistência teórica na psicanálise e nas questões referentes aos "meninos de rua", bem como pelos muitos "Vá em frente" que deram uma sustentação importante em minha escrita;

a *Fátima Vilar*, pelo posicionamento consistente e crítico em relação ao pesquisar e pelo engajamento ético com a questão das crianças e adolescentes em situação de rua. Obrigada pelo cuidado, pela atenção e pela leveza com as quais discussões tão difíceis foram conduzidas;

a *Susana e Júlia*, pela mobilização frente às questões que perpassam o atendimento clínico e institucional, pelo respeito e pela sensibilidade que tornaram mais amenos os encontros de supervisão. A “lâmpada trocada” e palavras que ora incitavam, ora acolhiam, me ajudaram a “desembaçar” pontos obscuros e difíceis na prática. Agradeço, ainda, pelo apoio durante a escrita da dissertação;

a *Bia*, por apostar e investir na instituição, pelo compromisso político com a assistência à criança e ao adolescente em situação de risco, pelo carinho;

a *Emília Lapa*, pelo incentivo na formação clínica psicanalítica e pelo respeito na escuta;

a *Ana Cabral*, pela disponibilidade e responsabilidade na escuta;

ao *CPPL*, em especial *Antonio Ricardo*, pelo incentivo à realização de minha primeira pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua;

a *Luciana*, pela amizade, pela aposta em meu trabalho e pelo suporte em momentos importantes de minha vida;

a *Andréa*, pelos laços de amizade construídos e pelo partilhar dos desafios e entraves da prática clínica;

a *Marcela, José Fernando, Juliana e Guto*, pela amizade e torcida constante;

à *turma do mestrado*, em especial, *Andréa, Lélis, Talita e Cyntia*, pelo companheirismo na construção do saber e em momentos de descontração que tornaram mais agradáveis esse caminhar;

à professora *Rosário Sá Barreto*, pela sensibilidade na correção de meu texto;

aos *professores do mestrado*, em especial, *Zeferino Rocha, Albenise Lima e Ana Lúcia Francisco*, pelo compromisso ético com a profissão, pelo saber compartilhado, pelo apoio ao meu projeto de pesquisa. A *Zeferino*, um carinho especial pela transmissão da psicanálise e, sobretudo, da esperança na arte do viver. A *Albenise*, os agradecimentos pelo suporte, pela rica contribuição nas discussões sobre família, violência, crianças e adolescentes em situação de rua, bem como pela disponibilidade na leitura de meu texto;

à *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, pelo incentivo e financiamento desta pesquisa;

à *Banca Examinadora – Miriam Debieux Rosa e Zeferino Rocha* – pela disponibilidade em participar da avaliação de minha dissertação, pelo acolhimento ao texto e pelas questões levantadas na pré-banca, as quais me permitiram avançar em pontos relevantes da escrita.

*“Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:
- Me ajuda a olhar!”*

(Eduardo Galeano, O Livro dos Abraços)

RESUMO

Os “meninos de rua” apontam para uma complexa trama de exclusão social a que estão submetidos milhares de crianças e de adolescentes. Uma realidade que, perpassada e constituída por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos, tendem a ocultar o que há de singular na história, no sofrimento, nas dinâmicas familiares, nas trajetórias de sujeitos que, face aos conflitos vivenciados e ao lugar de “dejeito” que ocupam no meio social, adotam a mesma “saída para poderem existir” (CAMPOLINA, 2001): a rua. Crianças e adolescentes, portanto, relegados a um lugar que lhes revela a faceta mais crua e real da exclusão, do abandono, da miséria, da violência que tende a ser reproduzida na circulação pelos vários espaços – a casa, a rua, as instituições – em busca de um lugar possível de endereçamento que os inscreva enquanto sujeitos. Nesse sentido é que esta pesquisa foi desenvolvida, a partir da experiência numa instituição que atende crianças e adolescentes em situação de rua. Vinculada ao projeto de pesquisa de Frej (2007), intitulado “Limites, fronteiras e endereçamentos entre mãe e criança”, este estudo teve como objetivo compreender a demanda endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua à instituição. As contínuas transgressões, a destrutividade na relação com a instituição, além de expressões como “Vê se me desimbaça”, “Você é uma cata-lixo”, fazem supor manifestações de apelo, demandas endereçadas à instituição. A teoria psicanalítica, sobretudo as formulações de Freud e Lacan, bem como de Bergès e Balbo, trouxe contribuições importantes no que concerne à demanda, ao apelo, ao endereçamento, ao jogo de posições entre o sujeito e o Outro. A pesquisa utilizou-se de dados colhidos nos registros da instituição para contextualizar o público e apontar especificidades do atendimento. Além disso, apresentou três casos clínicos, com o objetivo de, no percurso dos adolescentes na instituição, articular questões concernentes à demanda por eles endereçada. A partir das discussões feitas, apontamos a instituição como um lugar de endereçamento (“tesouro de significantes”) que, ao fazer a hipótese de um apelo nos “gritos de socorro” de crianças e adolescentes em situação de rua, constitui-se enquanto lugar que acolhe, interdita, nomeia, delimita e simboliza para além do real da rua. Um lugar que, ao inscrever o sujeito no campo da palavra – portanto, numa outra posição –, institui a aposta e a possibilidade de, no apelo “Vê se me desimbaça”, entrever a construção e o endereçamento de demandas à instituição.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes em situação de rua, apelo, demanda, instituição, endereçamento.

ABSTRACT

The “street boys” are related to a complex reality of social exclusion to which thousands of children and adolescents are submitted. This reality, perpassed and constituted by social, economicals, politics, cultural and historical factors, has a tendency to occult what exists as singular in the history, in the suffering, in the families’ dynamics, in the lives of subjects that, in front of experienced conflicts and also considering the role of “dejection” in the social context, adopt the same “exit in order to the existence be possible” (CAMPOLINA, 2001): the street. Children and adolescents, thus, left in a way that reveal to them the most rude and real face of the exclusion, of the abandonment, of the poverty, of the violence which has a tendency to reproduce in the circulation among different spaces – the house in the street, the institutions – but also trying to find a possible way of addressing that recognize them as subjects. If this search always exists, or if they are searching. This research was developed in this way, based in an experience at one institution that takes care of children and adolescents in street’s situation. Vinculated to the research project of Frej (2007), “Limits, barriers and addressment among mother and child”, this research had as objective understand the demand addressed by children and adolescents in street’s situation to the institution. The continuous transgression, the destructiveness in the relationship with the institution, furthermore, the expressions as “Make me blurred anymore”, “You are a search-trash”, make possible suppositions about appeal, demands addressed to the institution. The psychoanalytic theory, fundamentally the formulations of Freud and Lacan, as well as Bergès e Balbo, brought important contributions to understand the demand, the appeal, the addressment, the play of positions between the subject and the Other. The research analysed data from the registers of the institution with the major purpose to contextualize the public and consider especificities in the attendance. Moreover, discussed three clinical cases, with the objective to, in the passage of the adolescents in the institution, articulate questions concerns to the demand that they have addressed. From the discussions made, we suggested that the institution as a space of addressment (“treasure of significant”) which, making a hypotheses of an appeal to the “shouts of help” of children and adolescents in street’s situation, constitute itself as a place that receive, interdict, nominate, delimitate, and symbolize beyond of the real of the street. A place that when register the subject in the language domain – thus, in another position -, institute the bet and the possibility that, in the appeal “Make me blurred anymore” see indistinctly the building and the addressment of demands to the institution.

Key-words: Children and adolescents in street’s situation, appeal, demand, institution, addressment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
<u>CAPÍTULO I</u>	
A CIRCULAÇÃO DOS “MENINOS DE RUA”	21
1.1. Uma analogia com “A carta roubada”	22
1.2. “Não importa!”: o que importa no pacto social?	26
1.3. “Meninos de rua”: uma carta que se desloca....	34
1.3.1. ...em casa ...	38
1.3.1.1. “Minha casa é a rua”	41
1.3.1.2. “Eu me sinto mais protegido na rua do que em casa”	42
1.3.2. ... na rua ...	45
1.3.3. ... na instituição.	51
<u>CAPÍTULO II</u>	
PALAVRAS QUE “ALIMENTAM”	57
2.1. Do “grito” do organismo vivo à palavra do sujeito humano	59
2.2. Apelo e Demanda na leitura do grafo do desejo	63
2.2.1. O “a mais”: da necessidade ao desejo	64
2.2.2. Endereçamento ao Outro, endereçamento ao Código	66
2.2.3. “Esse menino não presta!”: o lugar do sujeito no desejo do Outro	69
2.2.4. “É bom comer do Estado!”: uma referência ao Pai?	72
2.3. Que hipótese para o “grito de socorro”? O transitivismo em Bergès e Balbo	77
<u>CAPÍTULO III</u>	
INSTITUIÇÃO: CONCEITO E DESAFIOS HISTÓRICOS	85
3.1. Delineando um conceito	85
3.2. “No princípio foi Ato”: a origem das instituições	86
3.3. Rompendo com o silêncio: um percurso pela história do atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua	90
3.3.1. Fase Filantrópica	90
3.3.2. Fase Filantrópico-higienista	92

3.3.3. Fase Assistencial	94
3.3.4. Fase Institucional Pós-64	96
3.3.5. Desinstitucionalização	97

CAPÍTULO IV

“VÊ SE ME DESIMBAÇA”...	100
4.1. A posição do sujeito no esquema óptico	103
4.2. Relatos de casos clínicos: uma tentativa de inscrição	113
4.2.1. João	113
4.2.1.1. O <i>eu</i> que morre naquele a quem mata	114
4.2.1.2. Um “filho do demônio”: quem é João afinal?	116
4.2.1.3. Uma mudança de posição – da instituição e de João	117
4.2.2. Renata	121
4.2.2.1. “Eu vou pra onde?”	124
4.2.2.2. “Por que eu invado tanto?”	126
4.2.3. Vitor	129
4.2.3.1. A intrusão de um toque	130
4.2.3.2. Construindo um saber sobre sua história	131
4.2.3.3. Um nome cravado no corpo.....	132
4.2.3.4. Abrigo – Família: uma possibilidade de transição	133
4.2.3.5. “De geração pra geração, de pai para filho”	134
4.2.3.6. O retorno para casa: um “acerto de contas”?	136
4.3. ... do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	154

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa resulta das indagações que emergiram da prática clínica e institucional com crianças e adolescentes em situação de rua, numa instituição do município de Olinda, no período de julho de 2004 a abril de 2007. Somamos a essas indagações – que serão apresentadas adiante – a mobilização e a indignação pessoal – as quais, inclusive, nos aproximaram desta experiência – frente a uma realidade que, conforme aponta Freud (1996:1919) ao referir-se à “miséria neurótica”, “talvez não precisasse existir”.

Recorremos ao poema de Carlos Drummond de Andrade, no qual ele enfatiza que “no meio do caminho tinha uma pedra; tinha uma pedra no meio do caminho” e concordamos com Freij (2005) ao considerar que aquilo que constitui “uma pedra no caminho de uma teoria”, uma pedra na qual tropeçamos, pode tornar-se a “pedra angular” de um trabalho. Do mesmo modo, consideramos que aquilo que nos faz “tropeçar” numa intervenção, que nos faz deparar com uma situação que nos fisga, pode constituir uma questão de pesquisa, na qual nos encontramos, portanto, totalmente implicados, dado o tropeço que a questão produziu.

É desse modo que entendemos o impacto de uma expressão que, se não nos tivesse causado um “tropeço”, poderia ter caído no vazio, como ocorre com tantos apelos e expressões utilizadas por crianças e adolescentes em situação de rua. “*Vê se me desimbaça*” é uma expressão que, além de ter intitulado este trabalho, teve ressonâncias importantes em nossa intervenção clínica e institucional com crianças e adolescentes em situação de rua.

No contato com as crianças e os adolescentes, confrontamo-nos com uma realidade marcada, de forma intensa, pela violência, pelas transgressões, pelo abandono, pela miséria, pelo sofrimento, pelo desnudamento que a vida na rua impõe. Nos atendimentos realizados, inquietamo-nos com a violência que norteia suas vidas, com o movimento (auto)destrutivo, com o modo como estabelecem vínculos, com a crueza com a qual os fatos são vivenciados, narrados e, muitas vezes, atuados por um corpo dilacerado que parece pedir continência e delimitação. Numa espécie de revelia a toda esta tragicidade, sujeitos que fascinam pela irreverência, pela energia, pela destreza e pelo manejo ao enfrentarem situações com as quais se deparam.

A partir de uma realidade que se apresentava cotidianamente em sua faceta mais crua e violenta, várias questões emergiam e, com elas, a tentativa de apreender aquela criança e aquele adolescente que, num misto de sofrimento, hostilidade, agressividade e força de vida,

chegavam à instituição, em geral, por conta própria – “demanda espontânea” –, embora “apenas” para “pintar o terror”.

Questionávamos, por exemplo, sobre as idas e vindas da casa à rua e, vice-versa, constituindo esta última espaço privilegiado de “moradia”. O que pode oferecer a rua e o que é nela buscado por essas crianças e esses adolescentes? Quais são e de que modo são delineadas as especificidades da dinâmica estabelecida na rua, da relação construída entre os pares, do gozo e da violência que marcam essas relações? Qual a repercussão da violência na subjetividade dessas crianças e desses adolescentes? Qual o sentido de tamanha destrutividade, para consigo e para com os outros, na rua e na instituição?

Essas questões apontavam para a necessidade de um repensar incessante da prática clínica e institucional com esse público, além de um embasamento teórico que pudesse servir-lhe de sustentação. A partir da transferência com a psicanálise, que já norteava nossos estudos e nossa prática em consultório particular, passamos a indagar sobre a especificidade da intervenção na instituição, em relação à qual se fazia necessário pôr em questão os enquadres tradicionais da clínica psicanalítica. Assim, por exemplo, a intervenção se dava em situações de briga entre adolescentes, de conflito com algum adolescente em meio à destrutividade intensa em que se encontrava; no espaço institucional ou, às vezes, na rua – em ocasiões mais pontuais – ; nas várias atividades realizadas: triagens, atendimentos individuais, grupos, oficinas lúdicas e educativas, reuniões de família.

Não se tratava, portanto, apenas de uma aplicação de conceitos psicanalíticos na leitura de fenômenos sociais – conforme problematiza Souza (1991) ao questionar sobre a intervenção da psicanálise no social, propondo a “extensão dos conceitos e da prática psicanalítica” –, mas de uma clínica que, perpassada o tempo todo por uma escuta psicanalítica, configurou-se, naquele contexto, enquanto inteiramente possível.

Elia (2000) problematiza essa questão ao destacar o “franco elitismo” da psicanálise, que tende a limitar-se ao consultório particular e a adotar uma postura marcada pela “aversão às classes populares”, apresentadas como “incapazes de beneficiarem-se da psicanálise, desprovida dos famosos códigos lingüísticos ‘não-restritos’ e destituída da suposta ‘complexidade subjetiva’ necessária à realização de uma análise” (*Ibid*, p.27). Essa é uma postura, entretanto, que, para ele, não se sustenta nos princípios teórico-clínicos e éticos da psicanálise.

O autor ressalta que, embora o elitismo seja uma postura comumente atribuída a Freud, este, no texto “Linhas de progresso na terapia psicanalítica” (1996:1919), enfatiza o

benefício que a psicanálise poderia trazer às "camadas sociais mais amplas", que “sofrem de neuroses de maneira extremamente grave”. Sugere que, mais cedo ou mais tarde, a sociedade e o Estado lembrar-se-ão do direito à assistência.

[...] haverá instituições ou clínicas de pacientes externos [...] de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente.[...] (*Ibid*)

Elia (2000, p.29) considera, ainda, que o conceito de *dispositivo analítico* – "lugar estrutural, em que um analista estabelece um modo inteiramente peculiar, definido pelo discurso analítico, de relacionar-se com um sujeito" –, introduzido por Lacan, determina, "por seus eixos simbólicos, toda configuração particular e circunstancial que se queira analítica: consultório, ambulatório, enfermaria ou qualquer outra configuração institucional".

Assim corroboramos a possibilidade de se falar em psicanálise enquanto forma de intervenção clínica no atendimento institucional à criança e ao adolescente em situação de rua e consideramos que foi devido à “extensão da prática” de que fala Souza (1991) que pudemos, por exemplo, ter acesso às expressões “*Tá imbaçado*” e “*Vê se me desimbaça*”.

O atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua aponta também para a necessária leitura de uma problemática social – perpassada e constituída por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais –, inscrita na singularidade de cada criança e de cada adolescente, em meio a conflitos, histórias, famílias, trajetórias que lhes são próprias. Para Melman (2000, p.42), “não há subjetividade que se organize fora do laço social, posto que os discursos não são senão o fato de ser a subjetividade articulada no laço social ao mesmo tempo em que ela o articula”.

Assim, a sustentação de um fazer clínico e institucional implica, necessariamente, além de pensar a criança e o adolescente em situação de rua face a um intenso sofrimento psíquico, considerar o que se constitui como uma marca para esses sujeitos, a de “meninos de rua”. Uma marca que desvela a complexa situação de exclusão de crianças e adolescentes, os quais parecem buscar na rua, de acordo com Campolina (2001, p.13), uma “saída para poderem existir”. Uma “saída” que causa incômodo, posto que denuncia uma problemática social que se faz “preferível” ocultar. A circulação dos “tombadinhas”, dos “cheira-cola” pelos lugares públicos suscita repulsa, ódio, medo, indiferença, num esforço vão e violento por torná-los inexistentes, invisíveis, haja vista o excesso de visibilidade que provocam com

não menos intensos ódio e violência. Desse modo, se invisíveis na condição de sujeitos, que sejam visíveis e se tornem, então, “existentes” enquanto “meninos de rua”.

Foi nesse sentido que escutamos a expressão de um adolescente, decorrente de uma situação de conflito na instituição: “*Tá imbaçado*”. Uma expressão que se constituiu como um “tropeço”, resultando em nossa primeira pesquisa sobre o tema, que teve como objetivo compreender a relação entre a demanda de reconhecimento e as manifestações de violência de crianças e adolescentes em situação de rua.

Na referida pesquisa, intitulada “‘*Tá imbaçado*’: uma demanda de reconhecimento na e pela violência de crianças e adolescentes em situação de rua”¹, buscamos uma compreensão da realidade enfrentada por essas crianças e esses adolescentes, no que tange à dinâmica familiar e à dinâmica na rua, articulando, sobretudo, a violência e a demanda de reconhecimento nela implícita. Uma discussão o tempo todo perpassada pela expressão “*tá imbaçado*”, a qual foi atribuída a um olhar, por assim dizer, embaçado.

Inquietava-nos essa expressão, pois nos deparávamos com sujeitos que, apesar de terem um campo visual ampliado, que tudo vêem – das agressões e vida sexual do casal parental às situações de perigo e de “oportunidade” na rua –, denunciam, com essa expressão, que algo lhes escapa, algo que é de mais essencial no olhar, enquanto constitutivo e fundante da subjetividade. Sujeitos que, diante da carência afetiva e da exclusão social à qual estão submetidos, parecem “acometidos” por uma “dimensão escópica turva”, de modo que a realidade não lhes é apresentada em outras perspectivas, senão através da carência afetiva, da privação e da violência, fatores que, igualmente, tenderão a ser reproduzidos e atuados.

Foi igualmente numa situação de conflito, perpassada pela destrutividade de um outro adolescente face ao que lhe parecia insuportável conter, que nos deparamos com a expressão “*Vê se me desimbaça*”, a qual finalizou a pesquisa referida, sendo apontada como um pedido de que alguém pudesse “amenizar o estado de embaçamento em que se encontrava aquele adolescente”, abrindo, assim, para a possibilidade de se pensar a intervenção. Apontávamos uma intervenção que permitisse ao sujeito, “[...] em percebendo que um olhar lhe é endereçado de um outro lugar, que não o de estarecimento frente à violência que provoca, situar-se, igualmente, numa outra posição”. (BARROS, 2006, p.63).

¹ Esta pesquisa constituiu o trabalho de monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia Clínica e Psicanálise, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Ricardo da Silva, pelo Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem (CPPL-PE), em parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp-SP), apresentada em 2006.

Delineava-se, ali, um novo “tropeço”, diante do qual passamos a indagar o que constituía uma demanda (ou um apelo?) para as crianças e os adolescentes em situação de rua e em que lugar a instituição se posicionava de modo a tornar possível o seu endereçamento.

Foi, portanto, a partir de inquietações e entraves suscitados nessa prática, que algo passou a se esboçar enquanto projeto de pesquisa, enquanto desejo de escrever acerca daquilo que nos fazia questão, daquilo que na intervenção emergia como pesquisa clínica. De acordo com Elia (2000), a prática psicanalítica implica e impõe a dimensão da pesquisa, ou, conforme propõe Freud (apud ELIA, 2000): “A psicanálise faz em seu favor a reivindicação de que, em sua execução, tratamento e investigação coincidem”.

Elia (*Ibid*) destaca que o saber daí decorrente será perpassado pela lógica do saber inconsciente e pela transferência, elaborado a partir do dispositivo analítico, interditando que uma hipótese conceitual prévia à escuta venha a ser colocada à prova experimental, de modo que o saber é produzido a partir de uma experiência em que o sujeito está necessariamente implicado. O saber, portanto, emerge daquilo que fisga o sujeito em sua prática-pesquisa; daquilo que faz tropeço, que é da ordem do desejo.

Uma vez coincidindo tratamento e investigação analítica, alguns autores como Elia (1999) e Birman (apud WICKERT, 2006) apontam a transferência como aspecto fundamental na pesquisa psicanalítica. Para Elia, ela constitui condição estrutural da metodologia de pesquisa. Birman, por sua vez, considera que “o escrito analítico é um escrito que tem que dar conta do que foi a transferência (...) tem que passar para quem o lê, o que foi aquela experiência analítica e, se possível, provocar um efeito de intérprete em quem o lê...”.

Passamos, então, a partir da expressão “*Vê se me desimbaça*”, a articular questões que nos possibilitaram compor o projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação. Se antes questionávamos o sentido da destrutividade e conseguíamos nela entrever algo da ordem de um apelo endereçado à instituição, a expressão “*Vê se me desimbaça*”, igualmente, apontava-nos para algo que nos era endereçado. Entretanto, reconhecíamos nesta expressão uma diferença para nós fundamental, na medida em que pensávamos em termos de um apelo veiculado pela palavra, o que nos aproximou do estudo sobre a demanda.

Indagávamos, portanto: Que demanda é endereçada pelos jovens à instituição que visa a atendê-los — uma demanda que é construída e sustentada, fundamentalmente, por um ódio e/ou por um amor intensos —? O que constitui uma demanda e um apelo no que é endereçado, em geral, por meio da agressividade, da violência e da destrutividade? Qual o sentido dessas atuações, das manifestações destrutivas que são diretamente dirigidas à instituição e a tudo o

que ela representa? Em que posição essas crianças e esses adolescentes se colocam perante a instituição e, principalmente, em que ponto esta se situa para olhá-los e intervir perante os mesmos?

Consideramos que esta última questão teve uma ressonância importante em todas as outras, de modo que, ao longo do trabalho, tentamos situar as posições – os lugares – das quais se fazia possível endereçar apelos e legitimar os apelos endereçados. Berlinck (apud QUEIROZ, 2002, p.18) faz uma leitura interessante a esse respeito, ao referir-se à posição assumida pelos espectadores nos espetáculos teatrais gregos a fim de melhor verem e ouvirem o que está sendo apresentado. Destacamos que, num espetáculo, os atores se movimentam no palco e os espectadores se dispõem em posições diversas na platéia, de modo que o espetáculo jamais será o mesmo para todos.

Assim indagamos acerca dos lugares ocupados pelas crianças e adolescentes em situação de rua nos vários espaços pelos quais circulam, a nosso ver, em busca de um endereçamento possível, na medida em que a possibilidade ou inviabilidade de endereçamento de um apelo, de uma demanda, depende, diretamente, da posição daquele a quem se endereçam, bem como da posição de onde são olhados e falados.

Esses questionamentos encontraram um respaldo importante, em nosso percurso, a partir da vinculação desta pesquisa com o projeto de Frej (2007), intitulado “Limites, Fronteiras e Endereçamentos entre mãe e criança”. As noções de limites, fronteiras e endereçamentos permitiram-nos pensar a instituição enquanto espaço que, ao instituir e delimitar fronteiras, constitui-se como lugar possível de endereçamento.

Em função dos argumentos expostos, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender a demanda que é endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua a uma instituição de atendimento. Como objetivos específicos, destacamos: identificar aspectos da dinâmica estabelecida na rua por essas crianças e esses adolescentes que a tomam como espaço de moradia; pontuar peculiaridades advindas de uma prática institucional com crianças e adolescentes em situação de rua; articular especificidades da situação de rua ao estabelecimento de vínculos numa/com uma instituição.

Encontramos nas obras de Freud e Lacan o eixo condutor de nossas leituras, além de outros autores que nos foram essenciais, no que tange, por exemplo, à realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, à clínica psicanalítica, ao atendimento institucional, às dimensões políticas, sociais e históricas que perpassam o presente objeto de estudo.

Tendo em vista que o percurso teórico desta pesquisa foi delineado a partir da prática acima referida, optamos por estabelecer um “diálogo”, no decorrer do texto, entre o referencial teórico utilizado e o material clínico obtido na consulta aos registros da instituição.² Nossa proposta foi, a partir de falas de crianças e adolescentes em situação de rua, e de suas famílias, bem como do relato de situações com eles e por eles vividas, inscrevê-los numa escrita a partir da qual pudessem “falar” sobre a demanda que endereçam à instituição.

A consulta feita aos registros da instituição baseou-se em triagens realizadas; no livro do educador – com o relato de atividades diárias e conflitos ocorridos –; nas evoluções de atendimentos, de visitas domiciliares, assim como de reuniões realizadas com as crianças e os adolescentes ou com suas famílias; nas anotações feitas pela pesquisadora; nas situações relatadas por outros profissionais. O contato com as triagens³ teve como objetivo muito mais retomar algumas questões e narrativas das crianças e dos adolescentes, do que propriamente traçar um perfil do público atendido. Alguns índices, no entanto, foram utilizados no sentido de elucidar ou de corroborar alguma questão discutida.

Na última parte, apresentamos três casos clínicos⁴, levando em consideração que a construção do caso clínico em psicanálise implica o “(re)arranjo dos elementos do discurso do sujeito que ‘caem’, se depositam com base em nossa inclinação para colhê-los. [...] Incluímos aí também as ações do sujeito, entendendo que são norteadas por uma determinada posição no discurso” (FIGUEIREDO, 2004). Apresentamos as histórias de João, Renata e Vitor⁵, tentando situá-los em meio ao percurso na instituição, articulando ao que foi desenvolvido, sobretudo, acerca da demanda e do apelo. Desse modo, embora muitos aspectos de suas histórias suscitem questionamentos importantes de análise, limitamo-nos, neste momento, a elucidar a questão levantada como objetivo geral desta pesquisa: compreender a demanda que é endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua a uma instituição de atendimento.

A “trajetória”⁶ seguida neste trabalho, a fim de contemplar nossa proposta, foi construída da seguinte forma:

² A consulta aos registros da instituição foi feita mediante autorização desta, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como da Carta de Aceite.

³ Foram lidas 160 pastas de crianças e adolescentes.

⁴ O termo “caso” se refere ao latim *cadere*, que quer dizer “cair”. Trata-se, para Viganò (apud FIGUEIREDO, 2004), de um encontro direto com o real, com o inenarrável (WICKERT, 2006), com o indizível e, portanto, com o impossível de ser suportado.

⁵ Os nomes citados nesta dissertação são fictícios.

⁶ Tomamos aqui emprestada a expressão utilizada por Rizzini (2003) para referir-se à trajetória das crianças e dos adolescentes em situação de rua.

No primeiro capítulo – *A circulação dos “meninos de rua”* –, buscamos contextualizar a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua. Fizemos uma analogia com o conto “A Carta Roubada”, de Edgar Poe, naquilo que se estabelece enquanto deslocamento da carta, procurando situar a circulação dos “meninos de rua” pelos vários espaços – casa, rua, instituições – como uma busca por um espaço possível de endereçamento. Problematicamos o lugar de exclusão em que se encontram e destacamos, a partir desse lugar, alguns aspectos referentes à dinâmica familiar, à sobrevivência nas ruas e ao contexto institucional, ressaltando, neste último, situações que nos fizeram questionar acerca do apelo e da demanda.

No segundo capítulo – *Palavras que “alimentam”* –, apresentamos uma leitura psicanalítica acerca da constituição do humano, da instituição da palavra, destacando aspectos fundamentais no que concerne ao lugar do sujeito no desejo do Outro. Percorremos desde o movimento reflexo do organismo humano à primeira experiência de satisfação proporcionada por uma “ajuda alheia” que o insere no registro do humano, fazendo daí advir o apelo – enquanto “gritos de socorro” – e, com a inscrição no mundo da palavra – que perpassa toda sua existência –, o endereçamento de demandas. Toda essa leitura é feita baseada naquilo que delinea o Outro, enquanto lugar do código, “tesouro dos significantes”, lugar do qual se autentica a mensagem que a ele é endereçada, lugar em que se institui o apelo, a demanda. A esse respeito, concluímos esse capítulo com as formulações de Bergès e Balbo sobre o transitivismo, estudo que nos foi essencial, sobretudo no que tange à necessária construção de hipóteses que perpassa o “jogo de posições” entre a mãe e a criança, a partir do qual a criança se apropria de um corpo simbólico.

No terceiro capítulo – *Instituição: conceito e desafios históricos* –, apresentamos algumas referências na tentativa de delinear um conceito para instituição. Recorremos ao texto freudiano *Totem e tabu* (1913), destacando a origem das instituições. Problematicamos, em seguida, que espaço possível de endereçamento vem sendo constituído e que leitura vem sendo feita dos apelos e das demandas das crianças e dos adolescentes em situação de rua no decorrer da história do atendimento institucional a eles destinado no Brasil. Situamos, então, no breve percurso histórico, o contexto em que se insere a instituição na qual foi feita esta pesquisa.

No quarto capítulo – *“Vê se me desimbaça...”* –, articulamos esta expressão ao esquema óptico proposto por Lacan, no intuito de, naquilo que o autor discorre acerca da posição do sujeito e do Outro neste esquema, situar as crianças e os adolescentes em situação de rua e a instituição, questionando, por exemplo, em que ponto do esquema óptico podemos

dizer que a visão embaça. Apresentamos, então, três casos clínicos, os quais nos ajudam a fazer uma leitura a partir de alguns aspectos da teoria que fundamentou esta pesquisa. Nesta análise, propomos pensar a instituição para além do que constitui um espaço de atendimento, um lugar de endereçamento à instituição da palavra.

Por fim, nas *Considerações Finais*, retomamos algumas questões suscitadas no decorrer desta pesquisa, no que tange ao apelo e à demanda endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua à instituição e destacamos alguns elementos da prática clínica e institucional com este público.

CAPÍTULO I

A CIRCULAÇÃO DOS “MENINOS DE RUA”

[...] eles parecem nascer sem lugar no mundo. Suas vidas são marcadas, desde o início, por adversidades contínuas, forçando-os a circunstâncias desumanas, que vão compondo o pano de fundo de suas trajetórias. Embora ocupem as ruas com sede de viver, suas histórias são pautadas por episódios de fome, brigas, desastres, mortes, perdas, falta de opção, de apoio, de tudo. (RIZZINI, 2003, p.12).

Crianças e adolescentes – com histórias, em sua maioria, marcadas por situações de violência de todas as ordens, pela carência nos laços afetivos, por rupturas e perdas drásticas, pela miséria que acomete suas famílias – que se movimentam pelas ruas, pelas instituições, às vezes por suas casas, em busca de proteção, de reconhecimento enquanto sujeitos, de continência para as vivências pulsionais fragmentadas e a constante ameaça de dilaceramento que normalmente configuram a vida na rua.

Lucchini (apud RIZZINI, 2003, p.37) considera a rua como um dos múltiplos espaços – o que ganha maior relevo, a nosso ver – e dimensões na vida das crianças e dos adolescentes em situação de rua, que convivem e se inter-relacionam com diversas instituições – abrigos, escolas, ONGs, polícia, dentre outras – as quais compõem uma “constelação de relacionamentos”.

Essa “constelação de relacionamentos” é tecida a partir do deslocamento e da circulação das crianças e dos adolescentes pelos vários espaços de que fala Lucchini (*Ibid*), por meio dos quais buscam, conforme apontaremos no decorrer deste trabalho, um possível espaço de endereçamento. Propomos, neste capítulo, além de contextualizar o público “crianças e adolescentes em situação de rua”, problematizar o lugar dessa criança e desse adolescente no pacto social, buscando entrever, então, na circulação que norteia suas vidas pela casa, pela rua e pelas instituições, uma tentativa de inscrição.

A partir da noção de endereçamento, que constitui elemento central desta pesquisa, destacamos a necessária presença de um Outro – um “destinatário”, poder-se-ia dizer – ao qual é possível se endereçar e propomos uma analogia entre as crianças e os adolescentes em situação de rua e a carta do conto de Edgar Allan Poe, “A Carta Roubada”. Uma analogia naquilo que se estabelece enquanto circulação e deslocamento das crianças e dos adolescentes e da carta, bem como a posição que cada “personagem” assume diante da carta, diante dos “meninos de rua”.

1.1. UMA ANALOGIA COM “A CARTA ROUBADA”

O conto de Edgar Poe gira em torno de uma carta – cujo conteúdo, embora desconhecido, é bastante comprometedor – que é roubada da rainha pelo ministro, na frente do rei, que nada vê a respeito. A polícia, na tentativa de recuperá-la, procura-a – utilizando técnicas refinadas de investigação – e, embora explorando todo o espaço – em que está a carta – não a encontra. O inspetor convoca, então, o investigador Dupin e encarrega-o da busca. Na fala do inspetor, “[...] ‘esse documento, revelado a um terceiro personagem [...] poria em questão’ diz-nos ele, ‘a honra de um personagem da mais alta estirpe’, ou ainda, ‘a segurança da augusta pessoa seria assim colocada em perigo’”. (LACAN, 1998a, p.29). Dupin, por sua vez, encontra a carta, exposta, num local facilmente visível – no entanto e talvez por isso, bastante improvável – e a recupera na frente do ministro, sem que este se dê conta do ocorrido.

Por meio do conto, Lacan (1998a, p.33) se propõe a demonstrar a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante: “[...] é por poder sofrer um desvio que ela [a carta] tem um trajeto *que lhe é próprio*. Traço onde se afirma, aqui, sua incidência de significante”.

No francês, a expressão “*la lettre volée*” permite, além de “a carta roubada”, outras significações, na medida em que “*la lettre*” designa também “a letra”, assim como “*volée*” remete tanto para “roubada” como para “voada”. Ao enfatizar, a partir do conto, a “supremacia do significante no sujeito”, Lacan (1998a, p.22) refere-se à carta no duplo sentido que “*la lettre*” permite, utilizando, portanto, no decorrer do texto, “a carta/letra”. No inglês, faz ainda um trocadilho, ao deslizar de “*a letter*” para “*a litter*”, “[...] uma carta, uma letra, um lixo⁷” (*Ibid*, p.28)

A letra é a precipitação do significante. De acordo com Chemama (2007, p.227), a letra “é, ao mesmo tempo, o suporte material do significante e o que se distingue dele, assim como o real se distingue do simbólico”. Kaufmann (1996, p.285) destaca que, enquanto o significante se situa do lado do simbólico, inaugurando a cadeia significante, a letra, por sua vez, encontra-se do lado do real.

Lacan (1998a, p.33) considera a carta/letra como um personagem do conto – “o verdadeiro sujeito do conto” – em torno do qual todos os demais personagens são definidos

⁷ Retornaremos a esse significante “lixo”, em momento posterior, quando falarmos da expressão “pá de gente”, utilizada pelas crianças e adolescentes em situação de rua para designar a convivência em grupos na rua.

em meio aos papéis e às posições diversas que assumem. Os personagens são, então, definidos pelo lugar que vem a ocupar esse significante puro que é a carta/letra – “[...] a partir da relação que a aspiração do sujeito real pela necessidade do encadeamento simbólico determina” (LACAN, 1985a, p.247). Uma carta, portanto, que, enquanto significante puro – “sinônimo do sujeito inicial, radical” (*Ibid*) – circula⁸ por lugares distintos, em busca de um encadeamento simbólico, numa ação que se repete, remetendo ao automatismo de repetição.

O deslocamento da carta é, desse modo, atravessado pelo olhar que sobre ela ou que à sua procura é endereçado, em momentos distintos, em que os personagens se revezam no que Lacan chama de “repetição intersubjetiva”. Assim, a posição, inicialmente ocupada pelo Rei – num olhar que nada vê, sequer se dá conta da existência da carta – é a mesma, em outro momento, da Polícia – que, na incumbência de encontrar a carta, não a enxerga, dada a obviedade do lugar em que ela se encontra. “Como vimos, nem o Rei nem a Polícia, que o substituiu nesse lugar, foram capazes de lê-la, porque *esse lugar comportava a cegueira*” (LACAN, 1998a, p.42).

Não vêem, diz-nos Lacan (1985a, p.255), porque da posição em que se encontram, não vêem nada, pois só acreditam no real. Não vêem a carta/letra porque a tomam por um objeto da realidade, “um lixo”, ao passo que, para além do real, o que se esconde é da ordem do simbólico. “Só pode estar escondido o que é da ordem da verdade. É a verdade que está escondida, não a carta. Para os policiais, a verdade não tem importância, para eles só existe realidade, e é por esta razão que eles não encontram” (LACAN, 1985a, p.254). Lacan considera que a polícia não sabe o que é uma carta, pois, por ser polícia, acredita que sua eficácia repousa na força da qual se utiliza em sua função, o que, entretanto, torna-a impotente. Impotente na apreensão daquilo que se mostra para além do real.

Parece-nos ser do lugar que comporta a cegueira que as crianças e os adolescentes em situação de rua não são vistos em meio à verdade que a circulação deles desvela. Afora a obviedade do que se apresenta, são ocultados na dimensão de sujeitos, vistos apenas no que no real se apresenta; “meninos de rua”, objetos de uma realidade crua, lixo a ser tomado na literalidade que o termo comporta, posto que a letra, segundo Kaufmann (1996), “tem em suma por destino ser tomada ao pé da letra”. “Meninos de rua”, portanto, apenas.

No conto, a Rainha – que se vê sendo roubada, sem nada poder fazer – e o ministro ocupam lugares semelhantes, na medida em que, ao verem que o outro – o Rei e a Polícia –

⁸ Essa circulação aponta-nos, desde já, para o movimento das crianças e dos adolescentes em situação de rua pelos vários espaços pelos quais se deslocam.

não vê, apostam na invisibilidade daquilo que é óbvio, pretendendo, assim, torná-la despercebida. Por fim, o olhar do ministro – no momento em que rouba a carta da Rainha – parece ser o mesmo de Dupin, os quais constataam que aquilo que deveria estar escondido, protegido, encontra-se a descoberto. É somente por ter refletido sobre o símbolo e a verdade, que Dupin consegue, então, ver o que tem para se ver.

De que trata a carta, afinal? Quem é seu remetente e a quem ela é endereçada? Uma correspondência secreta, formalmente endereçada à Rainha pelo duque, mas que, ao circular, passa por outros endereços, a depender de quem a detém, cuja responsabilidade ganha maior relevo em relação ao seu autor. “Quando os personagens se apoderam desta carta, pode-se dizer que algo, que sobrepuja e de muito suas particularidades individuais, os pega e os arrasta” (LACAN, 1985a, p.248), revelando-se, assim, o automatismo de repetição, a determinação que o sujeito recebe do percurso do significante.

No trabalho de análise numa instituição para crianças psicóticas, Laznik (1989, p.51) destaca o que se produzia enquanto efeitos de repetição no contato com a criança psicótica: o “[...] esquema repetitivo se rerepresentando na instituição com o mesmo texto dramático, os mesmos papéis, podendo esses papéis todavia ser desempenhados por diferentes atores”. A partir do efeito determinante que o deslocamento da carta, tomada enquanto significante puro, produz nos personagens, a autora questiona se a criança psicótica funcionaria como a carta roubada, determinando os lugares ocupados pelos profissionais que dela se ocupavam.

Do mesmo modo, propomos situar a criança e o adolescente em situação de rua no lugar ocupado pela carta roubada no conto, no sentido do deslocamento e da circulação de que falávamos por vários espaços em busca de um endereçamento possível. A quem essas crianças e esses adolescentes se dirigem e de que modo são recebidos pelos seus “destinatários”? Que leitura é feita do real que apresentam aos “personagens” dessa trama e que olhares são à carta lançados face à busca de um “encadeamento simbólico”?

Laznik (1989, p.54) pontua a facilidade de “[...] assinalar na diacronia da história de um sujeito a repetição incansável de situações análogas onde vem se reproduzir a fixidez da cadeia significante”. Sugerimos, então, pensar o “menino de rua”⁹ como um significante puro que, em seu trajeto, na repetição produzida por cada “personagem” com o qual se depara, apesar da tentativa de inscrição, parece retornar sempre ao mesmo lugar: a rua.

É desse modo que, muitas vezes, percebemos crianças e adolescentes em situação de rua, num movimento – em que a cena se repete, porém com personagens e olhares distintos –

⁹ Essa expressão será discutida mais adiante.

de convocar o outro a atuar juntamente com eles, a reproduzir elementos vividos outrora, a retificar ou mesmo ratificar o significante que neles imprime uma marca. Um movimento que, frente à estagnação e à fixidez da cadeia significante¹⁰ – que os encerra na posição de “menino de rua” – convoca o outro a atualizar falas – mas, sobretudo, a significá-las. A depender do personagem ao qual se enderece, o conteúdo da carta será mantido intacto, não apreendido, lançado à pura realidade à qual é relegado, ou, por outro lado, poderá, assim como o fez Dupin – que refletiu sobre o seu símbolo e a sua verdade –, ter-lhe acesso e, enfim, significá-lo, decodificá-lo, conforme veremos no grafo do desejo.

Como vimos com o conto, a carta roubada determina a posição do sujeito que a tem em mãos. Consideramos que, no movimento das crianças e dos adolescentes em situação de rua, parece haver uma reação preestabelecida do “destinatário” a quem eles se endereçam. Uma reação pautada num texto prévio – um texto de exclusão, como veremos – que se tem em relação aos “meninos de rua” e que aponta para a pura realidade à qual se limitam os policiais quando da procura pela carta. Nesses termos, poderíamos dizer que a instituição realiza uma leitura outra a respeito do texto que lhe é apresentado.

Constitui-se, assim, a possibilidade de um deslocamento do campo do real para o campo do simbólico. É nesse sentido que apontamos a intervenção de uma psicóloga da instituição, diante de uma briga entre dois adolescentes, no ambiente da rua. Ao constatar a presença dela na cena, um adolescente comenta: “Seu marido sabe que você está na rua, se metendo em briga de cheira-cola?”. Ela responde: “Eu não estou me metendo em briga de cheira-cola, mas na briga de Carlos e André”, e Carlos reage com um choro intenso.

Outro elemento do conto que nos parece relevante é que, apesar do deslocamento da carta, é-lhe mantido intacto o seu conteúdo – bastante impreciso, mas de tal modo ameaçador. Uma “verdade que não convém publicar” e que não tem o mesmo sentido em todo lugar, conforme aponta Lacan (1985a, p.250), que sugere pensar a carta enquanto uma “fala que voa” (*Ibid*, p.249), podendo, desse modo, ter diversas funções.

Tem a função de um certo pacto, de uma certa confiança. Tanto faz tratar-se do amor do duque ou de um complô contra a segurança do Estado ou até de uma banalidade. Ela está aí, dissimulada numa espécie de presença-ausência. Ela está aí, mas não está aí, ela só está aí em seu valor próprio, em relação a tudo o que ela ameaça, a tudo o que ela viola, a tudo de que ela escarnece, a tudo o que ela põe em perigo ou em suspenso. (*Ibid*)

¹⁰ Falamos em fixidez na cadeia significante na medida em que a noção de “significante puro” não permite remeter, por exemplo, o “menino de rua” a nenhum outro significante, o que inviabiliza, nesses termos, a emergência do sujeito, posto que ele somente advém na representação de um significante a outro, no deslizamento, portanto, da cadeia significante, enquanto efeito de linguagem.

Enquanto suporte de uma mensagem e, diante da reação de medo da rainha, face à possibilidade da revelação de seu conteúdo, Laznik (1989, p.62) supõe uma dimensão de ruptura do contrato que a carta desvela. “A carta é, em si mesma, portadora do signo de contradição e de escândalo”, “símbolo de um pacto”, segundo Lacan (1998a, p.31).

Retomando a analogia por nós proposta, enfatizamos uma realidade que as crianças e os adolescentes em situação de rua persistem em denunciar. Uma realidade que deflagra desde situações vividas no âmbito familiar a questões que circunscrevem o fenômeno “meninos de rua” numa maior complexidade, implicando e apontando, assim, para toda uma conjuntura econômica, histórica, política e social.

Leite (2001, p.47), na leitura que faz sobre a infância pobre brasileira, propõe como metáfora a imagem de um *iceberg*, cuja ponta representaria as crianças e os adolescentes em situação de rua.

[...] “fragmentos sociais das grandes cidades”¹¹ que vieram romper com as regras e normas sociais que excluem grande parte da população. Como estão na ponta do *iceberg*, denunciam a toda a sociedade uma realidade desconhecida de muitos e que está na parte submersa: milhões de crianças e jovens, vivendo no limiar da pobreza, sem muitas chances de mudar seu destino.

1.2. “NÃO IMPORTA!”: O QUE IMPORTA NO PACTO SOCIAL?

Ceux qui n'ont pas pu naître, ne peuvent pas porter la mort qui soutient la vie. Ils n'ont pas contracté la dette imposée par la nomination. Ils ne doivent rien..., ils ne doivent à personne ..., ils n'ont pas de droits. Leur péché est d'avoir été empêchés d'avoir des devoirs ..., d'avoir été empêchés d'avoir des droits ..., d'avoir été empêchés de se soumettre à l'interdit imposé par le Nom. Empêcher, ce n'est pas la même chose qu'interdire, parce qu'à l'interdit un non doit être dit pour qu'un nom fasse barrage et produise l'impossible, en l'absence duquel on ne peut pas compter de l'Un. Pourtant ils essaient d'être inscrits. Peut-être la mort le permettra. Non cette mort qu'on nomme mort symbolique, mais la mort qui réduit le sujet à un corps dont sera faite l'inscription. Le baptême ne sera pas fait avec de l'eau bénite. Le baptême sera fait avec la terre de laquelle ils ne sont jamais sortis et, en conséquence, ils n'y retourneront jamais puisqu' ils y sont déjà. (FREJ, 2003, p.257).¹²

¹¹ Essa expressão – “os fragmentos sociais das grandes cidades” – foi utilizada pelo geógrafo Milton Santos para referir-se às crianças e aos adolescentes em situação de rua.

¹² “Aqueles que não puderam nascer, não podem carregar a morte que sustenta a vida. Eles não contraíram a dívida imposta pela nomeação. Eles não devem nada..., eles não devem a ninguém..., eles não têm direitos. Seu pecado é de terem sido impedidos de ter deveres..., de terem sido impedidos de ter direitos..., de terem sido impedidos de se submeter ao interdito imposto pelo Nome. Impedir, não é a mesma coisa que interditar, porque ao interdito um não deve ser dito para que um nome faça barragem e produza o impossível, na ausência do qual não se pode contar Um. No entanto eles tentam ser inscritos. Talvez a morte o permitirá. Não essa morte que chamamos de morte simbólica, mas a morte que reduz o sujeito a um corpo do qual será feita a inscrição. O

De que modo apresenta-se o pacto social na vida de crianças e adolescentes em situação de rua? Consideramos que, assim como a carta roubada, que carrega em si algo da ordem de um segredo e de um escândalo, a circulação das crianças e dos adolescentes na rua, apontam, igualmente, para algo que, afora as inúmeras tentativas, ao longo da história – conforme discutiremos mais adiante – de escondê-los e “varrê-los” das ruas, retirando-os dos olhos da sociedade, denuncia exatamente o não cumprimento de um pacto social.

O pacto social remete à interpretação freudiana da Cultura, descrita por Freud (1996:1930, p.96) como o somatório das realizações e regulamentos que distinguem a vida humana de seus antepassados animais, com o objetivo de proteger os homens contra a natureza e ajustar os seus relacionamentos mútuos. A justiça é apontada como a primeira exigência da cultura, de modo que, ao ser criada uma lei, ela não poderá ser violada em favor de um indivíduo. “O resultado final seria um estatuto legal para o qual todos – exceto os incapazes de ingressar numa comunidade – contribuiriam com um sacrifício de seus instintos [pulsões], que não deixa ninguém – novamente com a mesma exceção – à mercê da força bruta”. (*Ibid*, p.102)

De um modo geral, o processo cultural impõe restrições à liberdade do indivíduo, ocasionando, assim, em favor do coletivo, modificações nas habituais disposições pulsionais dos seres humanos. Dessa forma, aponta Freud (*Ibid*, p.103), “[...] não podemos deixar de ficar impressionados pela semelhança existente entre os processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo”.

A necessária imposição de uma renúncia pulsional é referida também em *Totem e tabu* (FREUD, 1996:1913), em que Freud a enfatiza enquanto fundamento do social e da cultura. O totem, antepassado do clã, representa um espírito guardião e auxiliar, que envia oráculos, reconhecendo e protegendo seus filhos, os quais recebem a incumbência de não matar, destruir ou comer a carne do animal que o representa, bem como obedecer às normas que regulam as relações entre os membros, os quais devem proteger-se mutuamente. Em todos os clãs, há uma lei que proíbe relações sexuais entre pessoas do mesmo totem, cuja transgressão acarreta sérias punições, como a morte, o que aponta para uma repulsa significativa ao incesto. Uma repulsa e um temor que sugerem o desejo que os sustenta.

Quais são estes desejos, senão os desejos de agressão, o desejo de matar? [...] Freud constantemente volta a seu ponto fundamental, o desejo de matar os poderosos e suas implicações lógicas: a renúncia necessária, a impossibilidade de renúncia

batismo não será feito com água benta. O batismo será feito com a terra da qual eles jamais saíram e à qual, por consequência, eles nunca retornarão porque nela eles já estão” (tradução de FREJ).

definitiva, a aparição do sentimento de culpa e a emergência da cultura. (ENRIQUEZ, 1999, p.38).

Assim, para além da renúncia pulsional quanto à satisfação sexual, o totemismo, como a cultura, exigem outros sacrifícios ao homem, que deverá, em sociedade, controlar os seus impulsos agressivos, a sua pulsão destrutiva, em favor do bem comum.

[...] os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos [pulsionais] deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1996:1930, p.116)

Em resposta a essa “inclinação para agressão”, que constitui uma permanente ameaça à cultura, face à possibilidade de desintegração social que a destruição do outro pode acarretar, Freud (*Ibid*, p.117) considera que a cultura utiliza-se de esforços para estabelecer limites às pulsões destrutivas do homem, mantendo suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas.

Para tornar a vida em sociedade viável, frente à dificuldade do homem em renunciar à satisfação direta das pulsões sexuais, bem como de sua inclinação para a agressão – “o maior impedimento à civilização”, principal representante da pulsão de morte (*Ibid*, p.126) – ele teria trocado uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.

Se viver em sociedade implica uma troca da renúncia pulsional por uma parcela de segurança, a cultura implica, então, o necessário estabelecimento de pactos, conforme destaca Pellegrino (1987), ao discorrer acerca do pacto edípico e do pacto social. No complexo de Édipo, não só diante do temor à castração, mas também do amor que seus pais lhe investem, a criança renuncia às pulsões incestuosas e parricidas, como também à onipotência do seu desejo e ao princípio do prazer, internalizando a proibição e identificando-se com os valores paternos. Frente a essa renúncia, o Édipo, conforme aponta o autor, abre espaço para uma gama de escolhas futuras. “Dessa forma, cumpre uma etapa fundamental, que o prepara no sentido de tornar-se sócio da sociedade humana” (*Ibid*, p.198).

A noção de pacto acarreta um envolvimento e implicação de, ao menos, duas partes, assim como uma contrapartida que as beneficie. Para que o pacto edípico seja mantido, faz-se necessário, então, que, diante do consentimento da criança, sejam atribuídas a ela uma filiação, um nome, um lugar na estrutura de parentesco, a identificação com os ideais e os valores da cultura à qual pertence, além do atendimento às necessidades de afeto, sustento,

educação. Então, “[...] a proibição do incesto não é apenas um elemento indispensável ao funcionamento da família, à aceitação da aliança e da filiação (e logo, à estruturação do indivíduo); ela se torna o elemento central em torno do qual se organiza o *socius*”.(ENRIQUEZ, 1999, p.35).

Na consolidação e sustentação do pacto edípico – o pacto com a Lei do Pai, fundante do desejo –, delinea-se o pacto social, calcado na confirmação da renúncia pulsional outrora consentida. O pacto edípico possibilita, então, o pacto social, o qual, num movimento retroativo, confirma o primeiro.

Ao destacar que a cultura é construída sobre a renúncia pulsional, Freud (1996:1930, p.104) refere-se a uma “frustração cultural” que domina o campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. “[...] Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto [pulsão]. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso”. Frente à renúncia pulsional, exigir-se-á, então, para a manutenção do pacto, um alicerce para o sujeito, como a garantia dos direitos irrefutáveis do cidadão – o direito ao trabalho, a uma justa remuneração, a expectativas no âmbito social, a preservação da integridade física e psíquica, dentre outros.

A partir da leitura que Pellegrino (1987) faz do pacto social estabelecido no mundo do trabalho, ressaltamos que o respeito e a preservação da sociedade somente caberão se ao sujeito forem dedicados iguais respeito e preservação. Ao desprezo e à agressão dirigidos ao sujeito não restarão, do mesmo modo, outra resposta que não um igual desprezo e agressão, o que poderá acarretar, nesses termos, um ponto de ruptura do pacto social e, por conseguinte, a aliança com o Pai simbólico e a renúncia pulsional poderão ser postas em questão.

Se ocorre, por retroação, uma tal ruptura, fica destruído, no mundo interno, o significante paterno, o Nome-do-Pai e, em consequência, o lugar da Lei. Um tal desastre psíquico vai implicar o rompimento da barreira que impedia em nome da Lei – a emergência dos impulsos delinquentiais pré-edípicos, predatórios, parricidas, homicidas e incestuosos [...] É essa a chave psicanalítica para compreensão do surto crescente de violência e delinqüência que dilacera o tecido social brasileiro nas grandes cidades. (PELLEGRINO, 1987, p.203).

Diante do que chama de uma “guerra civil crônica”, uma guerra declarada e mantida pelo “capitalismo selvagem brasileiro”, Pellegrino (1987) considera que o “pobre absoluto”, na posição de “detrito” que lhe é designada, não teria por que manter o pacto social, e seus sentimentos de ódio e repulsa pela sociedade seriam, poder-se-ia dizer, bastante legítimos. Diante do que Pellegrino destaca como um ponto de ruptura do pacto social, remetemo-nos a Enriquez (1999, p.115), ao considerar que, “[...] para reencontrar a felicidade perdida, o

indivíduo talvez vá querer negar os outros, fazer explodir o sentimento de culpa, e voltará a ser, através da regressão, tão hostil à civilização quanto o era em seu estado infantil”.

Para pensar a problemática de crianças e adolescentes em situação de rua, consideramos a expressão do “pobre absoluto”, naquilo que o termo “absoluto” permite-nos alcançar. Ou seja, além da miséria, destacamos a carência e a violação em todos os sentidos.

De acordo com Rosa (2002a) – no estudo que faz sobre as conseqüências da pobreza extrema e da exclusão social nos sujeitos do modelo econômico neoliberal –, “parece estar havendo a quebra dos fundamentos do contrato social, com conseqüente desproteção de uma parcela da população e, por vezes, total *desamparo social*, impedindo seu acesso efetivo aos recursos institucionais organizadores da vida social (saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, etc.)”. Destacamos o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desse modo, no caso das crianças e dos adolescentes em situação de rua, bem como de suas famílias, indagamos se é possível falarmos em “reencontro da felicidade perdida”, posto que, compondo uma grande parcela da população que se encontra excluída, eles não têm acesso ao pacto social, eles se encontram fora do pacto social. Há, nesses termos, uma ausência de possibilidade de reconhecimento social, pois “[...] o acesso à condição de *sujeito social* já lhes é barrada, antes mesmo de se iniciar a sua socialização básica”, conforme aponta Takeuti (2002, p.155). Sujeitos, portanto, que não devem nada, que, pela exclusão, foram, nesse sentido, impedidos de ter deveres, impedidos de ter direitos, como aponta Frej (2003).

Na leitura que faz acerca da relação entre o psíquico e o social, entre o familiar e o extra-familiar, Aulagnier (1979, p.150) discorre sobre o contrato narcisista, que se estabelece a partir do pré-investimento do *infans* pelo meio, “[...] como voz futura que ocupará o lugar que lhe será designado, dotando-o antecipadamente e por projeção do papel de sujeito do grupo”, na esperança de que ele transmita, de maneira idêntica, o modelo sociocultural. Para ela, o investimento deste modelo futuro é condição necessária para o funcionamento social.

Aulagnier (1979) destaca que a ruptura do contrato pode acarretar conseqüências diretas sobre o psiquismo da criança, o que pode ocorrer, por exemplo, quando o meio – e, portanto, a realidade social – é o primeiro responsável, ao designar ao casal parental ou à criança a posição de excluído, de explorado, de vítima.

[...] no momento em que o Eu descobre o extra-familiar, no momento que seu olhar procura um sinal dele que lhe confira direito de cidadania entre seus semelhantes, ele só pode encontrar um veredicto que lhe nega este direito, propondo-lhe um contrato inaceitável, pois respeitá-lo implicaria a renúncia, na realidade de seu tornar-se, a ser qualquer outra coisa que não uma mera engrenagem sem valor, a serviço de uma máquina, a qual não esconde sua decisão de explorá-lo ou excluí-lo. (*Ibid*, p.153).

Remetemo-nos à “violência simbólica”, de que fala Bourdier (apud ROSA, 2002a), “[...] que perpetua e submete os sujeitos ao discurso social dominante, promovendo sua adesão aos fundamentos da organização social que lhes atribui lugares marginais” (ROSA, 2002a). A atribuição desses lugares configura os processos de exclusão social, os quais, segundo Sawaia (apud ROSA, p.03), são “produto do funcionamento do sistema”. Nesse sentido, a exclusão aponta para o “bom funcionamento do sistema” (ROSA, 2002a), inscrevendo o sujeito numa determinada posição, a de resto na estrutura social.

Takeuti (2002) refere-se ao lugar de “relegação social” que essas crianças e esses adolescentes ocupam, dados a estigmatização e o desprezo social, que os remetem a um lugar concreto – condições objetivas de carência econômica e social –, mas também e, sobretudo, a um lugar social, simbolicamente desvalorizado, desprezado.

Retomamos o que Pellegrino traz da contrapartida inerente à noção de um pacto e consideramos que, face à relegação social, à recusa de inserir essas crianças e esses adolescentes no mundo da “ordem”, a eles não seria posto em questão a problemática da renúncia das pulsões arcaicas para o convívio em sociedade. Nesses termos, indagamos se a exclusão inerente ao modelo econômico neoliberal não representaria um rompimento no pacto social, em seu sentido originário, conforme proposto por Freud no que tange às condições necessárias para a vida em cultura.¹³

As instituições socializadoras – a família, por exemplo – encontram-se igualmente relegadas socialmente e, portanto, vulnerabilizadas – conforme destaca Takeuti (2002) – no cumprimento do seu papel de sociabilização básica. Há, portanto, um comprometimento na inscrição simbólica frente à desordem e ao caos pulsional¹⁴, de modo que as crianças e os adolescentes em situação de rua são continuamente confrontados com seus próprios ‘impulsos selvagens’, com o que, juntamente com um contexto que os relega e os marginaliza socialmente, os lança a um real avassalador.

¹³ Em resposta à exclusão, consideramos que as crianças e os adolescentes em situação de rua lançarão mão de outros pactos, como os pactos de sangue, conforme discutiremos mais adiante, a partir das formulações de Calligaris (2000).

¹⁴ Essa questão será retomada quando da discussão acerca da demanda no grafo do desejo.

Para muitos jovens de rua, que se encontram absolutamente na *vida delinquencial*, a *Autoridade* – esta entendida em termos de *limites* ao indivíduo social – é quase sempre ausente. Nada os impede, senão a própria morte, de ir para além dos interditos sociais ou chegar ao *colapso psíquico*. [...] É como se eles estivessem ‘soltos’, ao ‘Deus dará’, face ao *caos*, ao *abismo*, ao *a-sentido*. Apenas a morte (real/física, visto que a *morte social* já se cumpriu!) seria vislumbrada. (TAKEUTI, 2002, p.203).

É desse modo que, ao se lançarem às ruas, incomodam e ameaçam, por apontarem os “furos por onde extravasam as contradições sociais”, mas, sobretudo, por revelarem a “faceta cruel da sociedade”, “algo mais profundo da estrutura social”. (TAKEUTI, 2002, p.203).

Nesse sentido, Marin (2002, p.16) destaca o conceito do *unheimlich*, descrito por Freud: “O estranho que é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar, ou seja, o contato com um recalçado, ameaçador: a violência”. Qualquer componente agressivo passa a ser depositado em outros lugares, pessoas, classes minoritárias, resíduos sociais, “lixo atômico não reciclável” (FLEIG, 1993 apud MARIN, 2002, p.17).

[...] penso que a sociedade tem se organizado nessas discussões espetaculares sobre a violência, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, organiza-se igualmente bem para garantir a exclusão de qualquer imagem que possa incomodar ou ameaçar: o pobre, o menino abandonado, o infrator, os ‘outros’. Fortalece-se a exclusão social. [...] Parece que se quer garantir que a violência fique em outro lugar, em outra classe, menos dentro de cada um. (MARIN, 2002, p.29).

Diante do que vimos discutindo, pensamos poder compreender expressões como “*tá imbaçado*”, “*costrar vacilo*”¹⁵, como uma denúncia da exclusão social que os marginaliza, que os coloca no lugar de “lixo”, retomando o deslizamento feito por Lacan de “*a letter*” para “*a litter*”, “[...] uma carta, uma letra, um lixo” (1998a, p.28). “*Tá imbaçado*” e “*costrar vacilo*” nos possibilita considerar que, apesar de “lançados para fora”, de relegados socialmente, há algo nessas expressões que, da ordem de uma constatação e de uma cobrança, faz referência à humanização, ao pacto, mesmo que, muitas vezes, não submetidos a uma lei simbolizada. Uma denúncia que, ao mesmo tempo, implora por um olhar outro, mas, sobretudo, por uma palavra que lhes seja endereçada, que os retire da posição em que muitos os colocam, a de seres invisíveis.

Em analogia ao conto “A carta roubada”, à cegueira do “rei” e da “polícia” – da família¹⁶, da sociedade civil, do Estado – as crianças e os adolescentes em situação de rua

¹⁵ Essas expressões serão retomadas posteriormente.

¹⁶ Apesar de apontarmos a família como um desses atores, destacamos que ela também é situada numa posição de exclusão, de marginalização.

parecem responder com os recursos dos quais dispõem, adotando um movimento irreverente, expansivo e agressivo – através do qual insistem em existirem para o Outro, nem que seja pela sedução ou pelo constrangimento e intimidação que provocam através de suas atuações. “Não importa!” Não importa a irreverência, a expansão, a agressão, o constrangimento ou a intimidação; o fato é que somente existem na exclusão e, por isso, “não importa!”.

Assim pensamos a insistência de Hugo na expressão “não importa!”. De um modo geral, a quase todas as falas que lhe eram endereçadas, Hugo respondia: “Não importa!”. Já no primeiro contato com a instituição, a resposta dada durante a triagem, quando da solicitação de seu nome, foi “não importa!”; fala que se repetia sem cessar, seja quando alguma pergunta lhe era feita, seja durante alguma intervenção frente a algum conflito, seja no momento de uma pichação que fizera na parede: “Não importa!”.

Infelizmente, àquela época, o sentido dessa expressão não foi alcançado e, o que nos é mais importante, não foi identificada em Hugo a demanda que o levava, na instituição, a reproduzi-la incessantemente. Chama atenção o fato de que, em contato com outros profissionais, não nos foi possível rememorar outra fala de Hugo que não o incansável “não importa!”. Ele não freqüentava sistematicamente a instituição; comparecia alguns dias, afastava-se durante semanas e retornava, talvez no intuito de que lhe fosse decodificado o “não importa!”, o que não ocorreu, talvez pela “irritação” que suscitava, certamente, por algo que era difícil de ouvir. A esse respeito, Rosa (2002a) discute o “jogo imaginário e simbólico” que opera na escuta clínica desses sujeitos. Uma escuta a partir da relação entre sujeitos que ocupam “lugares opostos na estrutura social: a inclusão e a exclusão”.

A escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não só pela situação em si ou pelos atos que cometeram, mas porque tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – é levantar o recalque que promove a distância social e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranóicos, com o outro miserável. (*Ibid*)

Escutá-los implica, para a autora, romper com o “pacto de silêncio do grupo social a que pertencemos e do qual usufruímos”, implica considerar o sujeito na posição de desejante. Na insipiente escuta que nos foi possível – talvez suportável – fazer em relação ao “*não importa*” de Hugo, afora algumas intervenções que se utilizavam de suas próprias palavras no sentido de tentar construir o que importava para ele, bem como o que dele importava para a instituição, essa tentativa parece-nos não ter tido grandes desdobramentos. Provavelmente, vários aspectos circunscreviam essa expressão de Hugo, que passou, inclusive, a ser referido

como “não importa!”. Questões às quais não tivemos acesso, posto que, diante do envolvimento com sua fala, pode-se considerar não termos nos importado e isso constituiu um limite na apreensão do sujeito, para o qual, certamente, muita coisa importava.

Na tentativa de apreender, *a posteriori*, desdobramentos que essa expressão permite elucidar, destacamos que, face ao que foi discutido sobre o pacto social, “não importa!” aponta, dentre outros fatores, para a exclusão que lança esses sujeitos ao caos pulsional referido anteriormente. Para Hugo, talvez, não importe o que faz, pois ele não precisa responsabilizar-se pelos seus atos e transgressões, posto não haver uma contrapartida que o insira numa ordem social, que lhe garanta a proteção e a segurança das quais necessita.

É com esse movimento que, a nosso ver, Hugo, assim como as demais crianças e adolescentes das quais falamos, circulam pelas casas, pelas ruas, pelas instituições, em busca de uma leitura que os legitime enquanto sujeitos, para além da marca: “menino de rua”. Nesse sentido, destacamos esse movimento como uma possível forma de endereçamento, embora, assim como acontece com a carta que somente circula a partir de um destinatário que norteia o seu deslocamento, nem sempre haja um destinatário para recebê-los.

1.3. “MENINOS DE RUA”: UMA CARTA QUE SE DESLOCA...

Num dia de reunião de equipe, Tereu chega à instituição e do portão, após chamar a atenção de todos, mostrando a carteira de estudante que acabara de receber, comenta: “Agora, quando um policial vier bater em mim, vou mostrar minha carteira e dizer: ‘eu não sou mais menino de rua! Agora eu sou estudante!’”.

Enquanto “meninos de rua”, uma questão se coloca na forma mesmo de denominá-los, na medida em que, sendo da rua, constituem uma “carta” que, em seu anonimato, circula sem remetente e sem destinatário. A quem se endereçar então?

Até o final do século XX, as pesquisas enfatizavam a realidade da criança e do adolescente em situação de rua como um “problema da criança”, uma questão isolada, uma “carta”, portanto, que não remetia a uma origem nem a um destino. Somente a partir de então, passaram a deslocar o foco de atenção para os “[...] múltiplos fatores que contribuíram para ‘produzir’ ou ‘fabricar’ ‘meninos/as de rua’” (RIZZINI, 2003, p.34), apontando para a necessidade de se entender as realidades sociofamiliares dessas crianças, além da conjuntura econômica e política do país.

É nesse sentido que Lucchini (2003, p.48) refere-se a uma realidade complexa, a uma “categoria heterogênea”, definindo a ‘criança de rua’ por uma dimensão física – tempo que a criança passa na rua – e uma dimensão social – relações ou não-relações com os pais ou outros adultos responsáveis. A partir da relação entre essas dimensões, identifica alguns fatores:

1. biológicos (idade, sexo);
2. diretamente ligados à família (composição, organização familiar e laços afetivos);
3. ligados à rua (representações da rua, grupos na rua);
4. ligados ao espaço urbano (lugares por onde a criança circula);
5. macroscópicos (situação econômica, política e social do país).

Além desses fatores, o autor destaca outros aspectos, como: a inserção parcial da criança na economia informal, os movimentos pendulares entre a rua e as instituições e domicílio de adulto(s) de referência, as circunstâncias que provocaram esses movimentos, os rituais de iniciação para a vida na rua e no mundo do crime. “Esses diferentes fatores são interdependentes e oferecem a possibilidade de múltiplas combinações. *Essas combinações, assim como a natureza dos fatores que as compõem, aceleram ou freiam a trajetória da ‘criança de rua’*”. (LUCCHINI, 2003, p.48).

No tocante à terminologia utilizada para referir-se às crianças e aos adolescentes em situação de rua, havia, inicialmente, uma certa dificuldade na delimitação e definição do público, tendo em vista o agrupamento de todas as crianças e todos os adolescentes que transitavam nas ruas enquanto “meninos de rua”. Essa generalização inviabilizava, de certo modo, uma compreensão e um atendimento específico à população em situação de rua. Somente por volta da década de 1990, começa a surgir uma distinção entre aqueles que retornavam para casa e os que dormiam na rua.

De acordo com o conceito adotado pelas Nações Unidas, a expressão *meninos de rua* designa:

... qualquer menina ou menino... para quem a rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo habitações desocupadas e terrenos abandonados etc.) tenha se tornado seu lar e/ou uma fonte de sustento, e que não é devidamente protegido, supervisionado ou orientado por adultos responsáveis (LUSK apud RIZZINI, 2003, p.21).

A partir desse conceito, o norte-americano Lusk (*Ibid*), em pesquisa realizada nas ruas do Rio de Janeiro, em 1993, identificou quatro grupos, delimitando a realidade encontrada na rua. Da população entrevistada, 21,4% eram trabalhadores de rua com bases familiares;

50,5%, trabalhadores de rua independentes; 14,6%, crianças de rua; e 13,6%, crianças de família de rua. Quando falamos em crianças e adolescentes em situação de rua, referimo-nos às “crianças de rua” e àqueles que, embora ainda mantenham contato com suas famílias, passam períodos longos dormindo na rua, apontando para uma intensa fragilização do vínculo familiar e comunitário.

Em pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire e a Prefeitura Municipal de Olinda (2007) – com o objetivo de efetuar a contagem e realizar a caracterização do perfil do público infanto-juvenil nas ruas de Olinda –, foram identificadas 300 crianças e jovens na rua, entre cinco e vinte e quatro anos de idade. Destes, apenas 22,4% encontravam-se em situação de rua, dormindo nas ruas ou em edificações abandonadas. Este dado corrobora a relevância da delimitação do público, no sentido de desenvolver políticas públicas que atendam às suas especificidades.

Outras distinções são mencionadas na literatura, como a proposta por Peter Taçon (apud RIZZINI, 2003, p.24), em 1985, entre crianças nas ruas — aquelas que ficam nas ruas como estratégias de sobrevivência, mantendo seus laços familiares — e crianças das ruas. Embora pareça tornar-se mais clara essa distinção, delimitando melhor nosso objeto de estudo, questionamo-nos acerca do significante “criança da rua”, “meninos de rua”. O que se quer dizer quando se atribui à rua a posse dessas crianças? Que efeito isso produz na subjetividade desses “meninos de rua”?

Em estudo anterior (BARROS, 2006), apontávamos o sentido de posse atribuído à rua sobre os “meninos DE rua” que, sendo da rua, não são de mais ninguém.

Não são tomados como crianças ou adolescentes, meninas ou meninos; são, simplesmente, ‘meninos de rua’, seres destituídos e assexuados, os quais, em sua maioria, buscam na rua uma saída para a miséria e a carência de afeto, um refúgio para a violência experienciada em casa. (BARROS, 2006, p.15)

Uma violência que se estende desde a forma de denominá-los – são “meninos de rua” – à posição que passam a ocupar – estão “no olho da rua”. De acordo com Ferreira (2001, p.23), “estar no olho da rua denuncia a expulsão em seu estado mais bruto. Na rua, tudo se transforma e tudo se perde. A identidade... o nome, o rosto, a voz, o desejo”.

Não é por acaso que Tereu insiste em afirmar sua nova identidade – que representa uma inscrição/inclusão – enquanto estudante, como também não é sem efeito a comum tentativa de assegurar-se de um espaço, quando, por exemplo, alguns afirmam com veemência: “Eu sou daqui” (referindo-se à instituição). Desse modo, apesar da tentativa de alguns de ocultarem ou camuflarem dados de sua história familiar, há sempre uma referência

a um passado inscrito enquanto lembrança, ou, no presente, o esforço de assegurarem para si um espaço ao qual pertençam.

De acordo com Rosa (1999), o que imprime maior força ao discurso sobre a criança é aquele que enuncia. Enunciação que, no caso de crianças e adolescentes em situação de rua, fica bastante diluída entre os vários atores, sejam eles policiais, transeuntes, motoristas de táxi, instituições de atendimento, dentre outros. Um enunciado sem sujeito engajado, implicado por sua enunciação e que, por isso, “[...] não faz laço com sua condição desejante, esta sim, que inclui o Outro e implica o enunciante no efeito subjetivo produzido pelo discurso”. Trata-se, para a autora, da prevalência do discurso social sobre o familiar, tendo em vista que a ruptura com a família faz surgir, com peso de real, um discurso específico para essas crianças e esses adolescentes, em detrimento do discurso dos pais. “São ‘meninos de rua’ porque não possuem a proteção do discurso familiar”, e, dessa forma, passam a ter que contar com o próprio discurso para sobreviverem no espaço da rua.

Questionando-se acerca do impacto dessa “destituição” do discurso familiar, Rosa (1999) pontua a falta de implicação das crianças e dos adolescentes em relação a seus atos, como se não houvesse um sujeito nesse ato. Considera, então, que “o ato é forjado para criar uma cena no real que encena o desejo e abre possibilidade de ser falado pelo Outro. Este parece ser o pedido dos meninos de rua”.

É, portanto, ao atribuir um lugar de sujeito para essa criança e esse adolescente, os quais, apesar da forma agressiva, transgressora e desarticulada – muitas vezes, de difícil leitura – com as quais apresentam seus pedidos, seus apelos, que problematizamos a expressão “menino de rua”, por causa da tentativa de destituição, de anonimato e de a-historicização que ela opera na vida desses sujeitos. Desse modo, referir-nos-emos ao público estudado como “crianças e adolescentes em situação de rua”¹⁷, expressão que nos mostra a possibilidade de mudança de lugar, transformação não vislumbrada quando se fala em “meninos de rua”, seres fadados ao ambiente ao qual pertencem.

¹⁷ Essa expressão já é, felizmente, comumente utilizada nos espaços de atendimento a esse público, embora o sentido a ela inerente nem sempre acompanhe o seu enunciado.

1.3.1. ... em casa...¹⁸

Luís¹⁹, 18 anos, é o segundo filho dos onze que seus pais tiveram. A família mora num ambiente precário e bastante vulnerável à violência da comunidade. Quando criança, Luís ia às ruas com os irmãos para catar latinhas, atividade que constituía o principal sustento da família. O pai, dependente do álcool e agressivo; a mãe, sempre com um sorriso estampado no rosto, parece alheia ao que se passa. Parecia não haver lugar para todos em casa, de modo que Luís e seus irmãos se “revezavam” entre a casa e a rua. Luís fala com afeto de seus irmãos e de sua mãe, refere-se ao ódio que sente de seu pai e, comumente, relata experiências de extrema violência e destrutividade na rua.

Vinícius, 16 anos, perdeu seu pai – assassinado – aos 28 dias de vida. Começou a ir para a rua aos nove anos, após ter conhecido a família paterna. Sua mãe não cessava de buscá-lo na rua e ele parecia estar sempre à sua espera. “Outro dia, tinha umas trinta crianças no cais, tudo cheirando cola. Eu me perguntei: ‘Jesus, onde é que tá a mãe dessas crianças?’” – indaga sua mãe. Recentemente, Vinícius foi assassinado por causas desconhecidas.

Ana, 13 anos, é filha do ex-marido de sua mãe adotiva – antiga dona de um bordel – com sua mãe biológica – prostituta desse bordel. Diz que sua mãe biológica colocou-a, bebê, num formigueiro e, numa outra ocasião, tentou matá-la com um machado, tendo sido impedida pelos vizinhos. Ana relata também que seu padrasto, a quem chama de “pai desbiológico”, matou sua irmã com golpes de foice, e sua mãe adotiva teria lhe mostrado fotos do corpo num terreno baldio, quando Ana tinha 10 anos de idade, época em que começou a ir para a rua.

A mãe de Edson, 15 anos, nunca lhe contou a história de seu pai – que foi assassinado por envolvimento com tráfico –, dado o receio de que ele siga o mesmo caminho. Em atendimento, ela diz: “Não sei por que, mas ele sempre vai cheirar cola na Prainha, no mesmo lugar em que o pai dele foi morto”. Bruno, 11, há cinco anos, alterna entre a casa e a rua, onde é violentado e explorado pelos mais velhos. Numa reunião de família, seu padrasto diz, em relação à assistência social: “O Governo agora deu pra querer fazer de bicho gente”.

Severina perdeu três de seus sete filhos, todos assassinados. Sua fala é carregada de muito sofrimento e revolta pela violência sofrida por sua família. Constantemente, fala da

¹⁸ Alguns aspectos deste item foram discutidos no artigo “Era uma casa ...!? Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua” (BARROS; LIMA; FREJ; MELO), à espera de edição na Revista Psicologia em Estudo.

¹⁹ Autor da expressão “Vê se me desimbaça”, utilizada no título desta pesquisa.

preocupação de que seus outros filhos tenham o mesmo fim. No início do acompanhamento, em visita domiciliar, pergunta se queremos ver as fotos de seus filhos, e apresenta fotos dos que foram mortos, no caixão. Severina foi expulsa de casa quando, adolescente, disse à sua mãe que seu padrasto havia tentado violentá-la, tendo morado na rua por um longo período.

Essas são histórias que falam da singularidade de cada família, das trajetórias de cada sujeito; sujeitos com percursos singulares, mas que adotaram a mesma saída para o conflito vivenciado: a rua. Histórias, ao mesmo tempo, imersas – conforme discutimos no item anterior – num contexto social, político e econômico de maior abrangência, configurando a complexidade que perpassa a questão das crianças e dos adolescentes em situação de rua. Ferreira (2001, p.57) chama atenção para os impasses que se colocam, na medida em que, em sua opinião, “se abordarmos a questão pelo viés do discurso político-social, corremos o risco de deixar escapar o sujeito e sua implicação. Por outro lado, consentir que um discurso psicologizante impere faz com que deixemos de fora as questões político-sociais”.

Freud traz contribuições importantes em *Psicologia das Massas...*(1996:1921), na relação que estabelece entre a psicologia individual e a psicologia social. Para ele,

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (1996:1921, p.81).

Assim, se, por um lado, pensar a questão das crianças e dos adolescentes em situação de rua implica pensá-la em termos daquilo que constitui um complexo fenômeno social, por outro, e de forma não excludente, implica pensar as histórias dessas crianças e desses adolescentes a partir daquilo que se apresenta de forma peculiar, que nos permite situar os sujeitos em suas histórias de vida, face ao lugar que ocupam no âmbito familiar, em consonância, na maioria das vezes, ao lugar designado pelo social às famílias às quais pertencem. De acordo com Gaulejac (apud TAKEUTI, 2002, p.62),

O indivíduo é multideterminado. Ele é o produto de uma história complexa que diz respeito, ao mesmo tempo, à sua existência singular, portanto, ao seu desenvolvimento psíquico inscrito numa dinâmica familiar, e à sua existência social, vista como a encarnação das relações sociais de uma época, de uma cultura, de uma classe social.

Retomamos os fatores destacados por Lucchini (2003) como diretamente ligados à família, no que tange à organização, à composição familiar e aos laços afetivos, e propomos, nesse momento, uma leitura de aspectos percebidos na dinâmica familiar, os quais, de certo modo, fragilizam o sujeito e, juntamente com os outros fatores, acarretam a busca pela rua.

Consideramos a família enquanto unidade primeira de identificação e organização social; grupo primário, constituído a partir de laços libidinais (FREUD, 1996:1921). Uma dinâmica perpassada por desejos, lugares psíquicos, identificações, ambivalências, posições hierárquicas, construções imaginárias, mitos, historicidade. Núcleo essencial de constituição do sujeito, a partir de um grupo inscrito essencialmente no desejo, presentificado pelo discurso parental, que nomeia, atribui significações e lugares na dinâmica familiar.

O sujeito nasce imerso numa cadeia de significantes que o antecedem, à medida que, antes de nascer, já fazia parte da trama familiar no desejo parental, o que remete a toda uma historicidade do desejo e do lugar outrora atribuído aos pais, enquanto filhos, em suas famílias de origem. Em seu estudo sobre o narcisismo, Freud (1996:1914, p.98) afirma tratar-se de uma “[...] revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram”. Mais adiante, acrescenta:

A criança terá mais divertimentos que seus pais; ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão [...] ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação — ‘Sua Majestade o Bebê’, como outrora nós mesmos nos imaginávamos. (*Ibid*)

Perguntamo-nos o que se passa nessas famílias, quando o que está posto é um real que denuncia a fome, a miséria, a violência. Mães cujos ideais foram, há muito, destruídos pela tragicidade da vida, pela violência que repetem com seus filhos, os quais denunciam uma situação anterior que também não foi simbolizada, como se nenhuma diferenciação fosse possível, conforme discutiremos mais adiante, a partir do transativismo.

Indagamos que elementos teriam conduzido Luís, Vinícius, Ana, Edson, Bruno à rua, enquanto que outras crianças e adolescentes, em situação de semelhante precariedade, permanecem em suas casas. Por que, numa mesma família, apenas alguns filhos — a minoria — passam a viver nas ruas, enquanto os demais ficam em casa? Por que, nas situações de trabalho infantil, a maioria retorna para casa, enquanto outros se distanciam cada vez mais do convívio familiar? A esse respeito, Lucchini (2003, p.45) considera que “[...] as crianças que sofrem das mesmas carências não vão todas para a rua [...] existe uma ‘seleção’ entre as crianças que partem e as que ficam”.

Sobre as relações construídas numa família, Winnicott (1999, p.128) destaca:

Não se trata simplesmente de haver um pai e uma mãe, e de que talvez outras crianças apareçam com o tempo, passando então a existir um lar com pais e filhos, enriquecido com tias, tios, primos. [...] Para as cinco crianças de uma família, há cinco famílias. [...] essas cinco famílias não são necessariamente semelhantes, e sem dúvida não são iguais.

É nesse sentido que questionamos acerca do lugar — além de todo o “determinismo” da miséria e da violência — que essas crianças e esses adolescentes ocupam no seio familiar. D.Anzieu (apud CORREA, 2002, p.70) considera que “[...] todo espaço psíquico, seja individual, grupal ou institucional, sugere um envoltório que delimita e ao mesmo tempo tem função continente, de tal forma que assegura uma proteção”. A partir dessa posição, problematizamos as falas de alguns adolescentes – “Na rua, eu me sinto mais protegido, mais aliviado”, “Você pensa que eu gosto de ficar na rua? Eu não tenho pra onde ir”, “Minha casa é a rua” – e consideramos relevante a formulação do antropólogo DaMatta (1991) acerca dos conceitos “casa” e “rua”, a fim de melhor apreender a circulação estabelecida nesses espaços.

1.3.1.1. “Minha casa é a rua”

DaMatta (1991, p.19) refere-se à “casa” e à “rua” como conceitos interdependentes que compõem “[...] um par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica de sua relação”. Trata-se de categorias sociológicas fundamentais, que permitem compreender a forma como uma sociedade pensa sobre si mesma e institui como seu código de idéias e valores. Esferas de significação social que, definidas por éticas particulares, delineiam a realidade por meio de perspectivas próprias.

Na casa, as questões são tratadas sob um prisma familiar, privado, íntimo; a ênfase é dada à pessoa, aos processos e às situações, num contexto em que há uma intensidade emocional que engloba o sujeito, confundindo-se com o espaço social nela inscrita. Por outro lado, na rua, tem-se acesso ao público, ao estranho, ao impessoal. A leitura do ambiente “rua” perpassa por discursos rígidos e instauradores de novos processos sociais que permitem a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação. “[...] aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas ‘autoridades’ e não temos nem paz, nem voz”. (DAMATTA, 1991, p.22).

Arendt (apud FERREIRA, 2001, p.25) considera a casa e a vida familiar que nela se estabelece como elementos fundamentais ao desenvolvimento da criança, na medida em que o retorno cotidiano de seus pais propicia-lhe um sentimento de constância e estabilidade. Para Bachelard (apud FERREIRA, 2001, p.31), a casa é a “topografia do nosso ser íntimo”, pois, a partir dela, o sujeito aprende a morar em si mesmo. “Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano”.

A casa, então – enquanto continente que delimita as fronteiras entre o interno e o externo, o privado e o público, o eu e o não-eu – confere unidade ao ser, remetendo à idéia de relacionamento, de pertencimento, de acolhimento. DaMatta (1991, p.58) destaca a inviabilidade de se misturar o espaço da rua com o da casa sem que haja qualquer forma de conflito. Expressões como “já para a rua”, “vá para o olho da rua” exprimem a dramática ligação entre esses dois significantes e denotam “[...] o rompimento drástico com um grupo social e o conseqüente isolamento do indivíduo, agora obrigado a situar-se diante do mundo ‘do olho da rua’, isto é, de um ponto de vista impessoalizado e para nós ‘desumano’”.

Questionamos, então, que implicações o deslocamento da casa à rua pode acarretar, dada a impessoalidade e o anonimato que tão comumente marcam a trajetória dessas crianças e desses adolescentes. De acordo com Ferreira (2001, p.19),

[...] os efeitos dessa trajetória marcam o corpo e a vida desses adolescentes e, indubitavelmente, deixam traços na sua constituição subjetiva. Não sabemos em que medida tal trajetória tem o consentimento do sujeito, mas sabemos que não é sem efeito na sua posição subjetiva. A ida para a rua, quase sempre provocada pela miséria material ou pelo fracasso da provisão libidinal, será sempre uma resposta do sujeito.

De que resposta se trata se, quando falamos em saída de casa, estamos falando em rompimento com a família, com os lugares que norteiam a sua dinâmica, em momentos, em geral, precoces e críticos do desenvolvimento? Que elementos da dinâmica familiar podem respaldar a compreensão da trajetória dessas crianças e desses adolescentes da casa à rua, esperando encontrar nesta uma “[...] saída para poderem existir” (CAMPOLINA, 2001, p.13)?

1.3.1.2. “Eu me sinto mais protegido na rua do que em casa”

As famílias acompanhadas são, em sua maioria, famílias numerosas, marcadas, muitas vezes, pela violência, pela carência afetiva e financeira, por ameaças na comunidade, por perda de parentes, pelo uso de drogas, pelo trabalho infantil. Essas são situações que demarcam uma vulnerabilidade e um comprometimento psicoafetivo e social intensos.

A partir de nossa experiência na instituição, bem como das informações obtidas na coleta de dados, observamos que o grupo familiar, em geral, gira em torno da mãe, envelhecida pela miséria e pela violência às quais se encontra submetida, e acometida, muitas vezes, por uma “apatia” paralisante e por algum sofrimento psíquico grave. O pai biológico,

geralmente, não está presente — é desconhecido²⁰, foi assassinado por envolvimento com drogas, faleceu por complicações pelo uso abusivo de álcool, está desempregado, constituiu outra família. Em algumas casas, faz-se comum a presença de um padrasto, com o qual a criança ou o adolescente dificilmente mantém um bom relacionamento, haja vista sua imagem remeter a episódios de agressão contra a mãe ou contra eles mesmos.

No contato com 128 famílias, em que algumas de suas crianças estavam nas ruas, Alves (apud RIZZINI, 2003, p.24/25) constatou que essas crianças provinham, em sua maioria, de lares chefiados por mulheres e apresentavam dificuldades em relação ao pai, revelando um “aspecto complexo e doloroso de depreciação da figura paterna”. Vogel e Mello (apud RIZZINI, p.26) destacam o fascínio da rua como elemento de curiosidade e aventura, que reforça a existência do lar violento, o fenômeno da *casa vazia*, ou seja, a ausência de adultos de referência para a criança, a falta de cuidados e de rituais na família.

É muito peculiar o modo como as famílias aparecem em seus discursos. Alguns se negam a deixar entrever qualquer dado de identificação, limitando-se à denominação “sou menino de rua”, emergindo, assim, como sujeitos “sem história”, presentificados e subjetivados a partir das vivências e contingências da rua. Outros, num primeiro momento, deturpam suas histórias, criam personagens, idealizam figuras, fornecem dados contraditórios. Outros, ainda, mantêm uma imagem muito viva da dinâmica familiar – narram, repetidamente, fatos do passado, como se tentassem assegurar a preservação de lembranças e o pertencimento a uma família – e, embora na rua, sinalizam, mesmo que de forma muito tênue, um desejo de volta. Um retorno que ameaça, dado o medo, conforme aponta Melo (1999), de se confrontar novamente com a possibilidade de uma nova ruptura.

Destacamos algumas narrativas em relação a experiências com a mãe, apesar de comumente apontada como principal – ou única – referência de afeto. Encontramos, nesse sentido, referências à mãe que espancava com urtiga; que colocou o filho, ainda bebê, em cima de um formigueiro; que jogou o filho de cima de uma ladeira; que jogou a criança, aos seis anos de idade, de uma Kombi em movimento; que amamentou com mamadeira cheia de álcool; que tentou matar com golpes de machado; que matou uma filha na frente daquela que foi para a rua – “ela é doida. Ela estava com raiva e foi apertando minha irmã até ela morrer”.

Outros episódios de violência na família são também relatados, como o assassinato do pai de um adolescente pelo seu atual padrasto; as cenas de espancamento da mãe pelo pai; a tia que foi decapitada por traficantes. Chama-nos a atenção a situação de um adolescente que,

²⁰ Em alguns casos, a criança ou o adolescente não sabe sequer o nome de seu pai.

sem saber onde o pai mora, costuma encontrá-lo na rua; ou de um outro cujo pai trabalha na limpeza urbana da cidade. O que buscam na rua esses adolescentes?

Há também relatos que falam das dificuldades encontradas pela mãe face ao contexto e à violência à qual se encontra submetida. Um exemplo disso é a narrativa de uma criança sobre o abandono de sua mãe: “Minha avó disse que ela não agüentava tanto filho e que dizia que ia sumir”. Outros exemplos ainda podem ser aqui registrados: uma mãe que, diante de seus dez filhos, com fome, relembra seu tempo de juventude, em que era bastante bonita e vaidosa, e comenta: “Você acredita que às vezes eu penso que vou enlouquecer?”; uma família que, na situação precária em que vive, tem um esgoto que atravessa a sala da casa e transborda em tempos de chuva; uma outra criança, assustada, que diz que sua mãe teria dado suas duas outras irmãs, o que nos permite pensar que, para essa criança, estar na rua seria uma forma de não ser dada como suas irmãs o foram. A ida para a rua parece ter sido vislumbrada também como uma “saída” para um menino que sugere não ser feita a visita domiciliar à sua família – “É porque minha mãe não gosta de gente não” –, ou para um outro cuja mãe não o inclui na relação de nome de seus filhos.

Em *Romances Familiares* (1996:1909), Freud considera que se espera do indivíduo, ao crescer, libertar-se da autoridade dos pais, figuras de maior referência e idealização para a criança pequena. Essa idealização é, gradativamente, substituída por um sentimento de frustração, na medida em que, face ao fracasso dos pais, a criança passa a pôr em dúvida as outrora incontestáveis atribuições, no que concerne à magnitude e ao amor soberano destes.

O sentimento de estar sendo negligenciado constitui obviamente o cerne de tais pretextos, pois existe sem dúvida um grande número de ocasiões em que a criança é negligenciada, ou pelo menos sente que é negligenciada, ou que não está recebendo todo o amor dos pais, e principalmente em que lamenta ter de compartilhar esse amor com seus irmãos e irmãs (FREUD, 1996:1909, p.219).

O romance familiar do neurótico é uma construção da criança que, na tentativa de libertar-se dos pais, substitui-os por outros considerados de maior apreço. A construção dessas fantasias e a possibilidade de retaliação por meio destas dependerá do material à disposição da criança, podendo surgir uma grande variação dos romances familiares.

Consideramos que, no caso de crianças e adolescentes em situação de rua, parece faltar-lhes recursos para elaborar simbolicamente as situações, pois as dimensões traumáticas são vividas, sobretudo, concretamente, no real do corpo. Assim, a libertação dá-se precocemente e a retaliação é dirigida no real, à sociedade, no ambiente da rua.

Segundo Ferreira (2001, p.34), a busca pela rua dá-se como decorrência da falta de oferecimento pelo social de um lugar simbólico que confira reconhecimento ao ser. “Uma

escassez da oferta de significantes que permita pensar no lugar que o sujeito ocupa na estrutura familiar” e, acrescentaríamos, na cena social, na medida em que, de acordo com Rosa (2002b), “[...] a família é, ao mesmo tempo, o veículo de transmissão dos sistemas simbólicos dominantes e a expressão, em sua organização, do funcionamento de uma classe social, grupo étnico, religioso, em que está inserida”.

Assim pensamos que, em resposta à destituição de um lugar simbólico, na família e na cena social, as crianças e os adolescentes parecem, nesse sentido, circular pelos vários espaços, em busca, conforme destacamos, de um lugar possível de endereçamento.

1.3.2. na rua....

“A rua é uma coisa bem grande, sem fim. Quanto mais você anda, mais nunca tem fim!” (Tereu)

No intuito de apreender a realidade das crianças e dos adolescentes em situação de rua, Lucchini (2003) propõe o Sistema Criança-Rua, formulação que será por nós utilizada, a fim de melhor elucidar as informações que concernem à circulação dessas crianças e desses adolescentes no ambiente da rua.

O Sistema Criança-Rua é composto por dimensões interdependentes e que interagem entre si, quais sejam: espaço, tempo, oposição rua/família, sociabilidade, atividades na rua, socialização subcultura, identidade, motivações e gênero. Trata-se, de um modo geral, de compreender a permanência da criança na rua a partir do tempo e do caráter progressivo de distanciamento da casa para a rua, que, muitas vezes, pode se dar de maneira súbita, em decorrência de algum acontecimento repentino; da influência do gênero, na medida em que uma parcela significativamente maior de meninos vão para a rua; do modo como opõem a casa à rua ou tentam integrar esses espaços; da identificação entre os pares e construção de um laço social na rua com leis e funcionamento próprios; das atividades desenvolvidas na rua e das motivações com que as mesmas são sustentadas; da intensidade com a qual integram a vivência de rua ao sistema identitário; da representação que a criança e o adolescente têm da rua e de si mesmos enquanto “meninos de rua”.

Dos 160 registros de triagem consultados na instituição, destacamos que a maioria (70,6%) era de meninos e, do total, 53,7% afirmou, quando da chegada à instituição, situar-se na faixa etária entre 14 e 16 anos de idade. Chama-nos a atenção o fato de que dos 55,6% que conseguiram referir-se ao tempo de vivência de rua, 67,4% afirmavam estar na rua há mais de

três anos; alguns no movimento de alternância entre a casa e a rua – constituindo esta última espaço privilegiado de moradia –, outros sem nenhum contato com a família.

Na maioria dos casos, identificamos que a apropriação da rua deu-se, assim como aponta Lucchini (*Ibid*, p.50), de uma forma gradativa. Para o autor, esse deslocamento, além de um movimento material e do afastamento do domicílio familiar, “[...] comporta também uma atividade simbólica de apropriação da rua e de distanciamento com relação ao lugar de origem”. Nessa atividade simbólica, destacamos alguns aspectos mencionados pelas crianças e pelos adolescentes: a companhia aos pais quando eles iam trabalhar na rua ou praticar mendicância; o convite de amigos para se divertirem na rua; a violência experienciada em casa; o uso de drogas; a situação de miséria, que conduz à necessidade do trabalho infantil; a exploração sexual; a morte de alguém significativo na família; ameaças na comunidade, em decorrência, geralmente, do envolvimento com o tráfico de drogas.

Apesar de a ameaça na comunidade ser uma questão de forte influência na saída de casa – muitas vezes, em decorrência de dívidas, delação ou brigas –, é relevante questionar que outros fatores constituem ameaça para alguns desses adolescentes. Reportamo-nos, aqui, a um adolescente que assegurava estar ameaçado na comunidade por ter roubado uma quantidade de substância psicoativa. Sempre que lhe era anunciada uma visita à sua família, comentava que não ia para que os traficantes não o matassem nem fizessem nada com aqueles que o acompanhavam. Embora a ameaça de fato existisse, foi identificado, na fala de sua mãe, que talvez a maior ameaça advinha do próprio ambiente familiar, posto que seu pai, certa vez, o havia ameaçado com uma faca no pescoço, o que nos faz refletir sobre a resposta dada pelo adolescente a essa ameaça.

De um modo geral, a rua é um “vazio sem borda” (FERREIRA, 2001, p.35) ou, nas palavras de um adolescente, “a rua não tem fim”. Lugar dos excessos, atravessado por um sem-número de significações ambivalentes, ora é enaltecida – em meio às “possibilidades” que oferece –, ora é denegrada – dada a violência com que fisga aqueles que por ela são apropriados, enquanto “meninos de rua”.

Assim, de um lado, a rua é referida face às brincadeiras, às possibilidades de se obter mais facilmente e de imediato o que desejam materialmente – seja através das brigas, dos roubos e furtos, da exploração sexual –, às várias opções de entretenimento não encontradas em casa – as festas, as drogas, o sexo. Lugar desregrado, sem limites, em que “tudo” é possível – as transgressões, os vandalismos, a promiscuidade sexual, o desnudamento, a

precocidade, o uso exacerbado de substâncias psicoativas. Há algo que parece seduzir nesse ambiente, que escancara a irreverência, o excesso de estímulos, a “liberdade”.

A rua guarda um certo fascínio, promessas... liberdade, prazer, novidade, encontro e uma certa obscenidade. Na rua procura-se o que não se tem [...] o sujeito necessita do deslocamento da cena traumática, o que a rua consente em realizar. Ali o sujeito atua suas vivências traumáticas, pela via da repetição, ao mesmo tempo em que busca na rua um ponto de fuga de alguma situação insuportável experimentada em casa. (FERREIRA, 2001, p.32).

Por outro lado, e de forma muito intensa, a rua é apontada como lugar de dor, de sofrimento – “tem gente que nasce para sofrer” –, de violência – dos pares, da polícia, dos aliciadores, da sociedade de um modo geral –, de destrutividade – de si e dos outros. Falam, então, do medo de dormir – para não ser pego de surpresa –, do medo de morrer na rua, dos vários colegas que já viram ser violentados e assassinados, da saudade da família, do ódio que sentem “de quem nega um prato de comida”, do desejo de matar – “Ainda bem que eu não tenho um revólver, senão eu ia sair matando todo mundo”. São muito comuns, ainda, as referências às “batidas policiais”, aos espancamentos, às ameaças de morte, à expulsão dos lugares onde dormem, aos corpos queimados quando “vacilam” ao dormir, aos estupros, aos aliciadores, ao desprezo social.

“Se vacilarem comigo, é vacilo também, meu véio”; “Eu boto fogo mesmo. Quando o cara dorme, os meninos vêm e botam fogo no pé do cara”; “Se me ameaçam, eu tenho que matar, porque um vai ter que morrer”; “Já matei um com uma pedrada. Estrupei uma menina de 5 anos. Mas também, uma vez, no Treze de Maio²¹, veio três caras, me bateram e me comeram por trás”; “Eu robo mesmo, pode ser quem for, não quero nem saber”.

A rua aparece, nesse sentido, como um lugar que ameaça, ambiente marcado pelo barulho, pela dispersão, pela tragicidade, pela imprevisibilidade; lugar da exclusão, da falta de proteção, do medo, demarcando o necessário desenvolvimento de recursos para a adaptação ao “sistema” e às leis que lhe conferem um estatuto e um funcionamento próprio.

Em nosso estudo anterior (BARROS, 2006), destacamos alguns aspectos que norteiam a vida dessas crianças e desses adolescentes na rua. A violência – sofrida e reproduzida – em corpos marcados por inscrições traumáticas, que parecem buscar, frente a esse “vazio sem borda”, uma sustentação para algo fragmentado, “um corpo, exposto a agressões e violências, inscrito na devastação dos furos, dos cortes, das cicatrizes”. Apontamos a rua como espaço de atuações, em que a luta pela sobrevivência opera como primazia, demarcando um tempo

²¹ O Parque Treze de Maio é um parque situado no centro da cidade do Recife, no qual costumam circular várias crianças e adolescentes em situação de rua.

limitado ao presente, imperativo da satisfação das necessidades mais básicas. Os roubos, os furtos, a convivência em grupos, a adulteração do nome e da idade, numa perseguição pelo anonimato. “Negar o nome é, de certa forma, ocultar a história, é não se confrontar, na violência vivenciada no presente, com a violência marcada no passado” (*Ibid*, p.16).

Uns preferem ficar sozinhos na rua; outros se referem à companhia de lembranças, como Carlos, que afirma: “Eu ando sozinho nessa vida. As pessoas importantes na minha vida é meu pai e meu irmão”. Num outro momento, diz: “Todos os homens da minha família morreram”, e diz que não fazia diferença estar vivo ou morto, pois, em sua opinião, sua família não se importava com ele. Se todos os homens de sua família estavam mortos, essa era a condição de Carlos, um morto a vagar pelas ruas. Certo dia, diz ter entrado numa casa cujos donos haviam viajado e roubado R\$3.000,00. Pegou um táxi, foi à casa de sua mãe e pagou dez meses de aluguel adiantado. Um pequeno período depois, “lombado”²² – como o descreveram –, encontrou o homem que matou seu irmão e, ao tentar “tirar satisfação dele”, foi por ele assassinado.

Observamos que a morte é uma temática presente na vida dessas crianças e desses adolescentes. A morte de pessoas na família – identificamos que 45,63% dos usuários, antes de irem para a rua, perderam pessoas significativas na família –, a morte de outros adolescentes, a iminência da morte – seja nas ameaças dos policiais, dos rivais, dos pares, nos riscos corridos na rua, seja na fala dos familiares que, muitas vezes, se referem à espera da notícia de que seus filhos foram mortos.

Apesar da referência de alguns à preferência de circularem sozinhos pela rua, a forma mais comum de (sobre)vivência neste espaço dá-se através da vinculação aos grupos, aos bandos, ou ainda, conforme alguns costumam designar, à “pá de gente”.

Chama-nos a atenção essa forma de representarem e de se referirem aos grupos que formam na rua. De que forma se pode definir uma “pá de gente” e de que modo essa expressão repercute na subjetividade de crianças e adolescentes, os quais, além da vivência da rua, referem-se a si mesmos como parte integrante de uma “pá de gente”?

A noção de “pá” permite-nos pensar num objeto que recolhe lixo, que reúne pedaços, fragmentos que sujam o ambiente para jogá-los fora, descartá-los. Essa expressão remete-nos, portanto, à rejeição social – discutida anteriormente – assim como a algumas expressões que “definem” o lugar designado no âmbito social para as crianças e os adolescentes em situação de rua. Referimo-nos, aqui, ao “ser abjeto”, de que fala Takeuti (2002, p.85) e ao “lixo

²² Expressão utilizada para se referir ao estado de efeito da cola.

atômico não reciclável”, referido por Fleig (apud MARIN, 2002, p.17). Consideramos pertinente questionar, o que propomos como objetivo desta pesquisa, de que modo se faz possível construir demandas, deste lugar, o de “abjetos”, de “lixo”. Destacamos, nesse sentido, que a demanda implica sempre a presença do Outro, o que nos faz propor que a instituição, neste lugar, possibilita esse endereçamento, como nos aponta uma adolescente – situação que discutiremos mais adiante – ao dizer à psicóloga: “Você é uma cata-lixo”.

Enquanto bando, a “pá” parece dar uma certa unidade a corpos despedaçados, a crianças e adolescentes que se vinculam por uma identificação que se opera pela violência, pela transgressão, mas, sobretudo, pelo sofrimento e pela necessidade de garantir a sobrevivência, que, muitas vezes, somente o grupo/bando pode ofertar. Vincular-se a um bando implica submeter-se às regras e às leis que lhes dá “sustentação”, ao controle e ao poder do líder em troca da proteção que este oferece, constituindo um laço social fundado na agressividade e na violência. (BARROS, 2006, p.16).

Destacamos a forma como a violência se faz soberana na resolução dos conflitos, nos rituais de entrada no bando, nas “brincadeiras estabelecidas”. Apesar da intensidade, os conflitos – perpassados por espancamentos, pela utilização de facas, pedras, vidros – logo são “resolvidos”, de modo que o ato parece ofuscar o registro do que ocorrera, constituindo um “recurso” que, para eles, resolve a situação, o que, a nosso ver, “ora aponta para uma plasticidade incrível de se permitir reparar danos, ora para uma superficialidade nas vivências afetivas”(Ibid, p.29). Assim, por exemplo, após um curto período de tempo em que um adolescente esfaqueou um outro, ambos jogavam bola na praia, em times rivais, sem qualquer intercorrência. Basta, entretanto, que outro conflito surja, para que as disputas, aparentemente “sanadas”, venham à tona, com intensidades cada vez maiores.

Enquanto “pá de gente”, tem-se uma unidade que ora se fortalece ora se desfaz. A instabilidade do bando se revela seja quando ocorre alguma ameaça mais intensa, como os espancamentos da polícia, em decorrência do retorno para casa ou da morte de algum membro – o que nem sempre parece abalar a sua dinâmica –, seja devido à circulação por outros grupos e por outras localidades.

No estudo desenvolvido por Sobral (2008), foi ratificado, na fala dos jovens entrevistados, um desconhecimento entre as crianças e os adolescentes sobre as histórias individuais dos membros que compõem a “pá de gente”. Isso reforça a identificação do grupo enquanto “meninos de rua”, havendo, nesse sentido, uma homogeneização das atitudes e dos comportamentos nos grupos. Embora haja uma vinculação maior entre alguns membros, essa

relação se dá por aquilo que se presentifica no momento atual, como se a história tivesse início no momento em que se conheceram, no ambiente da rua.

O desconhecimento das histórias individuais parece ser um aspecto que reforça o caráter agressivo das relações entre os pares. Na medida em que o sujeito não compartilha sua história, nem tampouco conhece a história dos demais, tende a focalizar-se nas ações expressas por eles, desconsiderando que elas costumam estar repletas de significados. (SOBRAL, 2008, p.122).

Destacamos, no que falávamos sobre as leis e os pactos estabelecidos, algumas regras que norteiam a dinâmica da “pá de gente”, como: o compartilhamento, em algumas situações, do que foi obtido; a proibição de roubar dentro do grupo ou no território onde dormem – o que acarreta a ameaça ou a expulsão do grupo por moradores e, sobretudo, por comerciantes; a impossibilidade de delatar o grupo. Os pactos necessitam, muitas vezes, sustentar-se no ato, posto que a palavra, quando não apoiada por uma cadeia consistente de significantes, parece não lhes oferecer a garantia necessária de manutenção do pacto. Nesse caso, parece haver uma espécie de “pacto de sangue”, conforme aponta Calligaris (2000, p.37), no sentido de uma “responsabilidade coletiva indissolúvel, sem retorno. Aqui o ato de roubar, estuprar ou matar coletivamente produz uma culpa comum, um segredo comum”.

Quando do não cumprimento dos pactos, das regras, da lei que “protege” o grupo de si mesmo, a transgressão parece ser tomada como que da ordem do esfacelamento e do rompimento do que necessita constituir, para eles, “pá de gente”, o mínimo de unidade. Ao descumprimento, a medida imposta, então, é a de “cobrar vacilo”.

Certo dia, os adolescentes chegam na instituição relatando que um jovem adulto do grupo esfaqueou várias vezes um outro jovem, também do grupo, até sua morte. O que morreu, segundo os adolescentes, vinha “vacilando” muito no grupo e teria, diante do roubo de seu sapato, ameaçado matar aquele que o esfaqueou dormindo. A tragédia é narrada com muita frieza e minúcias. Após esfaqueá-lo várias vezes, o assassino, diante do outro, agonizando, lambe seu sangue na faca e estabelece um ritual, em que a faca é obrigatoriamente lambida por todos que presenciaram a cena.

Esse episódio constituiu uma forma extrema de se “cobrar vacilo” e por isso desarticulou o grupo de adolescentes que presenciaram a cena e que dela participaram, ao serem induzidos – como afirmaram – a partilharem o sangue da vítima, bem como ao serem obrigados a obedecerem à ordem de que ninguém lhe prestaria socorros. Após essa cena, um adolescente voltou para casa, outros migraram, por um período, para outras localidades, outros passaram a venerar o jovem assassino que, em programa televisivo, foi referido como “vampiro”.

Além dessa cena, entretanto, são comuns as referências ao modo como tomam satisfação ao se sentirem lesados pelo descumprimento de alguma regra estabelecida. “Cobrar vacilo” é uma prática corriqueira, na medida em que, muito frequentemente, as crianças e os adolescentes “vacilam” no cumprimento dos “acordos” estabelecidos.

É comum “cobrar vacilo” por meio de espancamentos, da utilização de objetos cortantes, da ameaça de morte, do ato de queimar alguma parte do corpo enquanto dormem – esta última, prática menos freqüente. Essas “cobranças” são acompanhadas, às vezes, da expulsão do grupo por algum período, pois, conforme apontamos acima, os conflitos logo são resolvidos e o adolescente que “vacilou” pode, então, retornar e novamente compor a “pá de gente”.

A expressão “cobrar vacilo”, entretanto, faz-nos questionar de quem estão realmente cobrando vacilo, tendo em vista a intensidade com a qual respondem ao vacilo no grupo. A violência e a descarga que parecem ali operantes apontam-nos, muitas vezes, para a atualização de uma cobrança que, somente agora, na relação entre os pares, está sendo possível ser feita. Quem de fato vacila e vacilou com essas crianças e esses adolescentes? O que pensar, por exemplo, a partir do que discutimos sobre o pacto social, ou mesmo de situações específicas como a história de um adolescente que sai de casa após presenciar seu atual padrasto matando o seu pai? Certamente, a cola roubada, as brigas vivenciadas, as delações, os conflitos entre eles, além daquilo que ameaça a unidade da “pá de gente”, atualizam situações outras, vacilos outros, os quais, na história do sujeito, não se fizeram possíveis ser cobrados.

1.3.3. ... na instituição.

A vida nas ruas, quase sempre, implica a circulação por espaços de atendimento, como instituições públicas da assistência social, ONG’s, sejam elas casas de acolhimento noturno – os abrigos –, instituições de atendimento diurno – como a que está em enfoque neste trabalho –, dentre outras. A porta de entrada para essas instituições dá-se, de um modo geral, por meio de encaminhamentos – do Conselho Tutelar, das Varas da Infância e Juventude, do Ministério Público, de outras instituições –, de solicitações das próprias famílias, da abordagem de rua realizada por algumas instituições e, sobretudo, por meio de demanda espontânea.

Conforme referido anteriormente, esta pesquisa surge como resultado das inquietações advindas da prática numa instituição que atende crianças e adolescentes em situação de rua – na faixa etária de sete a dezoito anos – no município de Olinda. Trata-se de um programa que tem por objetivo, através do atendimento psicossocial, a re-inserção familiar, escolar e comunitária. Para isso, dispõe de uma equipe de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores sociais e equipe de apoio, os quais desenvolvem as seguintes atividades: triagem, atendimento psicológico às crianças, aos adolescentes, visita domiciliar, reunião de família, grupo operativo, abordagem de rua, oficinas lúdicas e pedagógicas, reunião de equipe, além da articulação com a rede de saúde, de educação e de assistência social.

No levantamento feito com os registros de crianças e adolescentes em situação de rua, foi identificado que 81,25% chegaram à instituição por meio de demanda espontânea; 8,12% por encaminhamentos de outras instituições – como o Conselho Tutelar, a polícia e outros programas de atendimento; 7,5% em decorrência da atividade de abordagem de rua²³, e apenas 3,12% dos usuários foram trazidos por suas famílias. Importante destacar que as crianças e os adolescentes que passam a apresentar, após a triagem, uma frequência mais sistemática, são aqueles que vêm espontaneamente (ou que foram abordados na rua) e, a depender da demanda das famílias, alguns que são por ela trazidos.

O elevado índice de “demanda espontânea” – a expressão “demanda espontânea” é utilizada para demarcar a forma de chegada à instituição – constitui para esta pesquisa um aspecto fundamental, na medida em que aponta para o movimento da criança e do adolescente no sentido de buscar o atendimento institucional.²⁴ Convém questionar, desde já, o que impulsiona esses sujeitos a buscarem a instituição e o que é nela buscada. De um modo geral, chegam à instituição por intermédio das informações de outros adolescentes que já frequentam o espaço. É comum, portanto, possuírem algumas informações prévias sobre o seu funcionamento, como atividades desenvolvidas, regras de convivência, limite de idade – comumente, negam as idades reais para assegurarem a possibilidade de atendimento na instituição.

As crianças e os adolescentes em situação de rua, em geral, chegam em condições precárias de higiene – às vezes, também de saúde – e sob efeito de substância psicoativa, na

²³ É provável que esse índice seja maior, na medida em que nem todas as crianças e os adolescentes em situação de rua que foram abordados na rua por algum educador fazem essa referência no momento da triagem.

²⁴ A “demanda espontânea” permite-nos, a nosso ver, situar as crianças e os adolescentes no ponto de início do grafo do desejo, conforme discutiremos no próximo capítulo. Ressaltamos, desse modo, que não se pode estabelecer uma relação direta entre a “demanda espontânea” e a demanda – no sentido psicanalítico – que nos propomos a estudar nesta pesquisa.

maioria das vezes, a cola. A forma como chegam é bastante peculiar a cada um, embora algumas posturas indiquem o que discutíamos sobre a “homogeneização das atitudes e dos comportamentos”. Constatamos, então, reações que falam da desconfiança, do medo de identificar-se, da hostilidade, da necessidade de assegurar-se do ambiente e de impor-se pelas narrativas de delitos cometidos – como um adolescente que, na triagem, afirmou ter passado semanas na cela, quando estava na Fundac²⁵, por ter agredido a psicóloga durante o atendimento. São crianças e adolescentes que ora mobilizam pelo ódio que carregam, ora pelo pesar com que narram suas histórias. Histórias de vida às vezes relatadas com muita riqueza de detalhes, às vezes omitidas por dados visivelmente deturpados ou pela recusa em falar qualquer coisa a respeito.

Se, em alguns, é identificada a omissão de dados que concernem à sua história, em outros é visivelmente observada uma dificuldade de nela situar-se, seja porque lhes é difícil confrontar-se com situações traumáticas, seja pela comum desorientação no tempo e no espaço. Este último dado é intensificado, a nosso ver, pela circulação em várias localidades na rua, em vários espaços institucionais, o que não confere a esses sujeitos a estabilidade que lhes permita apropriar-se de um espaço que lhes seja pertinente. Indagamos sobre os muitos registros e inscrições na vida de um adolescente, por exemplo, que tinha registrado, no Conselho Tutelar, 128 (cento e vinte e oito) evasões de abrigos. Nesse sentido, Rizzini (2003, p.158) ressalta em sua pesquisa o relato descontínuo das histórias de vida.

A constante circulação de pessoas estranhas na família e a passagem por diferentes instituições de assistência e proteção em um mesmo ano foram fatores que impediam que estas crianças e adolescentes tivessem clareza sobre suas histórias, gerando uma certa confusão na construção de suas identidades. (*Ibid*).

A instituição, inicialmente, é considerada como um lugar que dá suporte às necessidades mais básicas do ser humano. É referida, então, como um espaço que alimenta, que possibilita o cuidado com o corpo – banho e atendimentos médicos²⁶ –, que permite um descanso mais tranquilo do que na rua. A partir desses cuidados, da satisfação das necessidades vitais para o organismo, delineiam-se demandas endereçadas à instituição no vínculo com ela construído. Demandas perpassadas por afetos intensos – o amor e/ou o ódio – por situações igualmente intensas – a solicitação constante e/ou a destrutividade e as ameaças.

Falamos em demanda a partir das hipóteses que fazemos sobre as constantes manifestações e atuações dessas crianças e desses adolescentes no espaço institucional.

²⁵ Fundação Estadual da Criança e do Adolescente.

²⁶ Semanalmente, as crianças e os adolescentes são atendidos no posto de saúde da comunidade.

Hipóteses – que, desde já, remetem ao que discutiremos sobre o transitivismo e sobre o grafo do desejo – que dão sustentação ao trabalho clínico e institucional com esse público, na medida em que, a partir da significação que o Outro dá aos apelos do sujeito, ou da hipótese que sustenta para os “gritos de socorro”, insere-o no campo da palavra, possibilitando-lhe uma mudança de posição.

Que hipótese, portanto, construir acerca de um adolescente que diz comparecer à instituição somente para “pintar o terror”? Na medida em que o adolescente vai à instituição e diz “vou pra pintar o terror”, supomos haver neste enunciado um endereçamento. De qual terror se trata? Uma expressão que remete à apresentação do terror que é sua vida, à pintura do quadro do terror da vida dele, o que é feito por meio da transgressão, como forma também de revide à sociedade que o exclui. Que intervenção esse adolescente, assim como outros, demanda da instituição para aquilo que se opera, na maioria das vezes, no ato, como pura destrutividade e descarga?

[...] quando um pedido não encontra uma palavra que no mínimo reconheça sua relevância, normalmente seu autor levanta a voz. Numa progressão linear, grita, quebra vidros e pratos, coloca fogo na casa e pode até se matar para ser levado a sério. Ou seja, ele tenta impor pela força, ou mesmo pela violência, o que aparentemente não é ouvido. (CALLIGARIS, 2000, p. 39).

A esse respeito, citamos também Paulo Freire (apud RIZZINI, 2003, p.36), que, em comentário feito quando da visita à unidade da antiga Febem, em 1984, reafirma o que foi abordado sobre o pacto social:

Imagino que, na verdade, cada vez que um deles quebra uma janela, ele está quebrando a classe dominante deste país. De uma maneira simbólica, ele não está quebrando a janela, mas está matando quem o mata em um nível simbólico (*Ibid*).

A referência ao movimento de matar quem os mata remete ao percurso de um adolescente, cujo vínculo com a instituição foi construído por meio de suas transgressões e de sua destrutividade. Um vínculo que nos parece decorrente da possibilidade de acolher, impedir e dar sentido ao seu movimento. Chamava-nos atenção a referência que fazia ao apelido com o qual se designava. Dizia ser “o matador”, mas, apesar de sua habilidade com a escrita, assinava sempre “Matado”.

Se, por um lado, assim como refere Calligaris (2000), há um pedido por uma palavra – posição essa com a qual concordamos –, essa palavra, ao mesmo tempo, é insuportável de ouvir, provocando, muitas vezes, reações as mais diversas, seja a destruição de objetos, a crise de choro, a ameaça e a transferência maciça de um ódio intenso dirigido ao profissional que o insere no campo da palavra. Foi desse modo que, certa vez, diante da fala da psicóloga que

assegurava que ele, José, somente voltaria à instituição caso devolvesse o que roubara da vizinha, ele a olha em tom de ameaça e diz: “Não vou devolver. E se você abrir a boca pra falar de novo, eu te mato”. José vira as costas e, já indo embora, escuta novamente a fala da psicóloga. Vira-se para ela, fita-a com muita fúria, deixa o objeto no chão e, na rua, ameaça jogar pedras. À recorrência de uma fala que interdita, vai embora e, no dia seguinte, ao ver a psicóloga, diz: “Eu quero falar com você”, pedindo, em seguida, desculpas pela ameaça do dia anterior e assegurando que não seria capaz de matar.

As regras da instituição necessitam ser, continuamente, trabalhadas, sendo, às vezes, possível construir acordos com as crianças e os adolescentes, os quais participam ativamente desses momentos. Embora nem sempre consigam cumprir os acordos feitos, cobram com muita veemência e rigidez que os outros possam cumpri-los. Uma cobrança que, ao ser dirigida aos pares, nos parece, como que numa relação de espelho, constituir uma exigência feita a eles mesmos.

Apesar dos limites impostos, da tentativa de interditar por meio da palavra os movimentos destrutivos, a violência e as ameaças, do necessário impedimento que os contém fisicamente em situações em que a palavra parece não alcançá-los, há situações que escapam à instituição naquilo que constitui o seu limite de intervenção, momentos em que se faz preciso recorrer a instâncias outras, como a polícia, uma representante da Lei.

Se, por um lado, o vínculo estabelecido na rua pode facilitar a convivência na instituição, por outro lado, constitui um grande dificultador, dada a tentativa de reproduzir a dinâmica do grupo e de transpor suas leis de funcionamento da rua para o espaço institucional. Dificultam-se, então, a apreensão da dinâmica institucional, a aceitação de outros adolescentes que não do mesmo grupo, com os quais haja conflitos na rua.

Naquele dia, os adolescentes haviam entrado na instituição bastante agitados. Alguns referiam-se a uma “batida policial” que havia ocorrido na noite anterior; outros falavam, indignados, de um jovem que havia “vacilado” com o grupo. A fala naquele momento era: “Vamo cobrar vacilo!”. Um adolescente que, àquela época, era tido como o líder do grupo, levanta-se e aproxima-se do jovem, para iniciar, dentro da instituição, a cobrança. A psicóloga, nesse momento, ao lado do adolescente, contém o seu braço, e diz: “Aqui, você não pode. Cobrar vacilo é uma regra de vocês na rua. Aqui, a lei é outra”. O adolescente, com muita raiva, puxa o seu braço e se senta. Após outros episódios em que houve a mesma tentativa de transpor as leis da rua para dentro da instituição, conseguimos acordar e assegurar entre os adolescentes a impossibilidade de resolver o conflito entre eles na instituição através da “cobrança de vacilos”.

Além da tentativa de transpor a rua para a instituição, uma questão aqui se coloca no sentido de tentar-se entrever o que representava, para esse adolescente, “cobrar vacilo” na

instituição, ao invés de na rua, onde muitos outros vacilos são cobrados. Qual o sentido de “cobrar vacilo” no ambiente institucional — um ambiente que faz fronteira com a rua; um espaço outro que não a rua? Que apelo, portanto, estava sendo ali endereçado à instituição por aquele adolescente que era tão temido e respeitado pelos demais no ambiente da rua?

Do mesmo modo, questionamos qual o apelo de um adolescente ao comparecer à instituição com uma garrafa cheia de álcool, dizendo que pretendia matar um outro adolescente queimado. Que intervenção esperava ele, senão o impedimento para esse ato, ao permanecer na frente da instituição, repetindo, insistentemente, que ia fazer o que estava anunciando, até ser destituído da idéia de fazê-lo?

Em determinadas situações, o comentário é de que alguns adolescentes estão “espalhados” – especialmente quando entregues a uma destrutividade desordenada – e a sensação é exatamente esta: a de sujeitos “espalhados”, fragmentados, sem uma continência corporal que lhe sirva de sustentação, de delimitação.

É nesse contexto que indagamos o sentido da expressão “Vê se me desimbaça”²⁷ – que nos parece algo da ordem de um apelo, veiculado pela palavra – bem como das situações de destrutividade relatadas acima, na tentativa de compreender o que nos parece constituir-se enquanto demanda endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua à instituição, um espaço possível, portanto, de endereçamento.

Reportamo-nos ao atendimento realizado com Mário, no qual foi feito um desenho cheio de riscos. Ao final, diz tratar-se de um telão e faz o seguinte comentário: “Tá chiando. Não escolhemos o canal direito”. No outro dia, Mário dirige-se à psicóloga e diz: “Depois, quero fazer outro telão, pra ele deixar de chiar”.

“Vê se me desimbaça”, “deixar de chiar”, destrutividade.... apelos endereçados à instituição.²⁸

²⁷ Aprofundaremos as questões pertinentes a essa expressão quando tratarmos do esquema óptico.

²⁸ O que constitui apelo e o que aponta para uma demanda nas situações descritas em relação ao que sustentamos enquanto endereçamentos feitos pelas crianças e pelos adolescentes em situação de rua à instituição? Conforme veremos mais adiante, tanto o apelo como a demanda constituem aspectos fundamentais naquilo que compreendemos perpassar a intervenção da qual falamos.

CAPÍTULO II

PALAVRAS QUE “ALIMENTAM”

Pedro, 12 anos, em seu primeiro dia na instituição, encontra-se em condições precárias de higiene e sob efeito de cola. Chega na hora do almoço e, enquanto espera que lhe seja servido o alimento – o que o grupo espera com muita ansiedade, tamanha a fome –, ele se integra a um grupo que escuta a psicóloga contar a história de Peter Pan. Escuta atentamente a história, sorri com comentários de outros adolescentes que dizem querer ser como Peter Pan, para permanecerem sempre crianças. A história é interrompida pela merendeira que o chama para almoçar, ao que os outros saem em disparada. Pedro, entretanto, curva a cabeça no meu ombro e diz: “Espera um pouco, eu quero ouvir o resto da história”.(sic)

Pedro tem fome de quê? Apesar da necessidade do alimento, condição necessária à manutenção e sobrevivência do organismo, parece-nos que, naquele momento, uma demanda ultrapassava a necessidade que, em geral, mostra-se mais urgente e imperativa para esses adolescentes, principalmente ao chegarem pela primeira vez na instituição. Em geral, o que se coloca, conforme vimos, como principais necessidades são o alimento, o banho, os cuidados físicos. A fala de Pedro, no entanto, aponta-nos para uma demanda por palavras que, a nosso ver, alimentam-no. A esse respeito, Lacan (1995, p.192) nos diz que “[...] a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras. Como diz o Evangelho, o homem não perece apenas pelo que entra na sua boca, mas também pelo que dela sai”. O que se faz necessidade para esses adolescentes, e em que margem a demanda se rasga da necessidade, esboçando o desejo, conforme aponta Lacan (1998b, p.828)?

Na língua portuguesa, a demanda tem, dentre outras, a denotação de “manifestação de um desejo, pedido ou exigência, solicitação; necessidade premente de, carecimento, precisão” (HOUAISS). No dicionário inglês, destacamos “um pedido muito firme por algo; coisas que alguém leva um outro a fazer, especialmente, coisas que são difíceis, que o deixam cansado, preocupado, como as demandas das crianças” (HORNBY, 2003).

Lacan (1999, p.98) destaca que a demanda, marcada pelos temas da exigência, vem, originalmente, de *demandare*, que significa se entregar. Refere-se à “demanda significada” (*signifié*, do verbo *signifier*, que remete a expressar) que, ao ser expressa pelo sujeito, implica o outro – conforme discutiremos no decorrer deste capítulo –, aquele de quem algo é exigido, mas igualmente aquele para quem a demanda tem um sentido.

Considerando, a partir dessas definições, que a demanda implica, necessariamente, um sujeito que a formula e um Outro para quem ela é endereçada, questionamos que demanda é possível ser formulada por essas crianças e esses adolescentes nos espaços pelos quais circulam – a rua, a casa, as instituições. Em que posição se situa o Outro para tornar possível esse endereçamento e, sobretudo, quais as implicações para esses sujeitos, quando o lugar do Outro lhes parece vazio? No que concerne à relação com a instituição, que hipótese ela faz sobre a destrutividade e a violência a ela dirigidas, bem como o investimento de ódio que, muitas vezes, permeiam os vínculos estabelecidos nesse espaço? Se se faz possível aí entrever um apelo, com quais limites a instituição se depara na tentativa de sustentar essa aposta?

Evocamos, aqui, a intervenção junto a Tereu que, extremamente agitado, a partir de algo que vivenciara na rua e de algum conflito na instituição, pega um pedaço de vidro e ameaça furar quem dele se aproximar. Diz querer matar ou ferir alguém. Apesar de sua agitação, é-lhe estendida a mão para que sobre ela ele deposite o pedaço de vidro. Tereu mostra-se irritado com essa intervenção; diz que estão brincando com ele e assegura que irá machucar. Após um tempo tentando entender o que se passara, é-lhe enunciada a aposta de que, apesar de sua raiva, ele poderia resolver tudo aquilo de outra forma e ele, então, entrega o pedaço de vidro.

Consideramos que foi porque já tinha sido feita uma hipótese acerca desse adolescente – baseada num saber²⁹ sobre o seu percurso na instituição – que essa intervenção se fez possível. A partir da leitura desse pedido, essa hipótese se estenderá, no decorrer deste trabalho, para a expressão “Vê se me desimbaça”. Apontamos, no recorte acima, uma demanda que a instituição também endereça a essas crianças e a esses adolescentes, convocando-os a se situarem e a responderem de um outro lugar.

Assim é que, muitas vezes, quando do questionamento sobre a permanência ou não de algum adolescente na instituição – face às ameaças e aos conflitos por ele provocados –, faz-se necessário incitar a discussão, no sentido de identificar o que o faz dirigir-se ao espaço da instituição e nela depositar esses conteúdos, obrigando, às vezes, por meio de suas transgressões, a intervenções que escapam aos limites institucionais – como a da polícia. O que faz, portanto, que a instituição sustente a hipótese de um apelo, de uma demanda nesses adolescentes e, a partir dessa hipótese, de que modo eles irão a ela responder?

Na tentativa de elucidar as questões levantadas acima, buscaremos, neste capítulo, discorrer, a partir das primeiras manifestações de desamparo do bebê, acerca do jogo de posições entre a mãe e a criança. Nesse jogo, pode-se entrever o que é nele estabelecido

²⁹ Utilizamos aqui do termo “saber” no sentido utilizado por Bergès e Balbo (2002) para designar o saber que a mãe supõe haver em seu filho de modo que, a partir dessa hipótese, a criança pode apropriar-se de um corpo simbólico. Discutiremos com mais detalhes quando abordarmos o transitivismo.

enquanto apelo, demanda, desejo, permitindo a ultrapassagem da necessidade de um organismo vivo à condição de desejo do sujeito humano, imerso no mundo simbólico e perpassado pelo campo da linguagem.

Essas formulações, naquilo que possibilitam os endereçamentos entre a mãe e a criança, entre o sujeito e o Outro, contribuirão para pensar a demanda que é endereçada pelas crianças e adolescentes em situação de rua às instituições de atendimento, a partir dos lugares e das posições ocupados por cada um deles – crianças, adolescentes e instituições.

2.1. DO “GRITO” DO ORGANISMO VIVO À PALAVRA DO SUJEITO HUMANO

No *Projeto para uma psicologia científica* (1996:1895), Freud fornece uma leitura da circulação de energia no organismo, adotando, inicialmente, a inércia como o princípio básico da atividade neuronal, através do qual o sistema nervoso primário tende a se manter livre dos estímulos. De acordo com Freud (*Ibid*, p.348), o “movimento reflexo torna-se compreensível agora como uma forma estabelecida de efetuar essa descarga: a origem da ação fornece o motivo para o movimento reflexo”.³⁰

O organismo torna-se mais complexo, à medida que o sistema nervoso recebe, além dos estímulos externos, estímulos do próprio elemento somático, ou seja, estímulos endógenos que se originam nas células do corpo e criam as grandes necessidades. Desses estímulos, entretanto, o organismo não pode esquivar-se, como o faz com os estímulos externos. “Eles cessam apenas mediante certas condições, que devem ser realizadas no mundo externo”. (*Ibid*)

Esses estímulos endógenos são retomados em *Pulsões e destinos das pulsões*³¹ com o conceito de pulsão. Diferentemente do modelo do arco reflexo, segundo o qual um estímulo aplicado ao tecido vivo (substância nervosa) a partir de fora é descarregado por uma ação para fora, o estímulo pulsional surge de dentro do organismo, atuando nele como uma força constante. De um ponto de vista biológico, a pulsão aparece como um conceito situado na

³⁰ A circulação de energia no organismo, bem como o percurso nos textos freudianos que por ora seguimos foi objeto de estudo de Frej (2003), em sua tese de doutorado, *Le don du nom et son empêchement - au sujet de enfants de rue au Brésil*. Nesta, a autora insere a noção de reflexo, a partir de Freud, no funcionamento do aparelho psíquico e propõe inserir o reflexo e o arco reflexo no campo analítico. A autora continua suas pesquisas a este respeito.

³¹ Embora na versão da obra utilizada, o título foi traduzido por *Instinto e suas vicissitudes*, a tradução correta é *Pulsões e destinos das pulsões*.

fronteira entre o psíquico e o somático, como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam o psiquismo.

Ela, a pulsão, exerce uma pressão (=Drang) constante, que brota no somático, de um órgão ou de uma parte do corpo, que constituem sua fonte (=Quelle). A pulsão, através de seu fator motor ou quantidade de força (Drang), bem como do seu objeto (Objekt), que é o que nela existe de mais variável e modificável no decorrer de suas vicissitudes, impulsiona o sujeito para o objetivo (=Ziel) que é, sempre, a satisfação.

Com a introdução das pulsões no funcionamento do sistema nervoso, do organismo humano, Freud (1996:1915) considera que o modelo simples do reflexo fisiológico torna-se mais complexo. Faz a seguinte referência aos estímulos pulsionais:

Estes exigem muito mais do sistema nervoso, fazendo com que ele empreenda atividades complexas e interligadas, pelas quais o mundo externo se modifica de forma a proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação. Acima de tudo, obrigam o sistema nervoso a renunciar à sua intenção ideal de afastar os estímulos, pois mantêm um fluxo incessante e inevitável de estimulação. (Ibid, p.126)

Diante do desprazer ocasionado pelo acúmulo excessivo de estímulos no sistema nervoso, a atividade do aparelho psíquico passa a ser regulada por sentimentos pertencentes à série prazer-desprazer, que refletem o modo como o processo de dominação de estímulos se verifica. O desprazer é associado ao aumento de estímulos, ao passo que o prazer corresponde à sua diminuição ou à descarga. O enchimento dos neurônios ou o acúmulo excessivo tendem a gerar, então, diante do desprazer, uma propensão à descarga, uma urgência que é liberada pela via motora.

Em *O Mal-estar na Cultura*³², Freud (1996:1930, p.76) destaca, como um “[...] incentivo para o desengajamento do ego com relação à massa geral de sensações”, as contínuas sensações de sofrimento e desprazer, em relação às quais o princípio do prazer “exigirá” o seu afastamento. Busca-se, então, isolar do ego tudo que pode acarretar desprazer, lançando-o para fora do organismo. Assim sendo, far-se-á necessário encontrar outras vias de alívio para o estado de desprazer, posto que da ordem do insuportável para o organismo.

Se o organismo não encontra possibilidades de descarga para o seu estado de tensão – o que pode ocorrer, como veremos, a partir da intervenção de um outro –, toma especial destaque o que Freud abordou no *Projeto...* (1996:1895, p.359) como o “fenômeno” da dor, do qual o sistema nervoso tem a mais decidida propensão a fugir. Para ele, a dor é ocasionada

³² Embora na versão da obra utilizada, o título foi traduzido por *O Mal-estar na Civilização*, a tradução correta é *O Mal-estar na Cultura*.

quando do aumento da quantidade – toda excitação sensorial, mesmo a dos órgãos superiores dos sentidos, tende a se transformar em dor à medida que o estímulo aumenta –, ou quando a quantidade externa é pequena, pois, nesse caso, há uma interrupção da continuidade.

Ao discorrer acerca do “sentimento do ego”, Freud (1996:1930, p.75) destaca a indistinção na criança recém-nascida entre o seu ego e o mundo externo, como fonte das sensações que fluem sobre ela. Não distingue a princípio, por exemplo, que certas fontes de excitação – advindas de seus próprios órgãos corporais – podem acarretar-lhe sensações a qualquer momento. Por outro lado, outras fontes – o seio, por exemplo – lhe escapam, reaparecendo apenas como resultado de seus “gritos de socorro”. “Desse modo, pela primeira vez, o ego é contrastado por um ‘objeto’, sob a forma de algo que existe ‘exteriormente’ e que só é forçado a surgir através de uma ação especial”. (FREUD, 1996:1930, p.76).

Trata-se da ação específica de que fala Freud, no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1996:1895), e que ele retoma em *Inibições, sintomas e angústia* (1996:1926) ao abordar o desamparo original dos seres humanos. De acordo com Chemama (2007), o estado de desamparo refere-se a um estado de dependência do lactente – submetido inicialmente à ordem das exigências da necessidade – que condiciona a onipotência da mãe (capaz de proporcionar ou recusar aquilo que é o mais indispensável para a criança), assim como o valor particular da experiência originária de satisfação. “[...] para a criança, o Outro se constitui antes de mais nada como todo-poderoso simbólico, capaz de satisfazer assim como de frustrar suas necessidades; e é essa alternância que constitui o Outro como simbolizado, presença sobre fundo de ausência”. (DARMON, 1994, p.101). Conforme discutiremos mais adiante, é do jogo de presença-ausência, em que o objeto chamado pode faltar, que se articula o apelo.

Diante das principais necessidades – fome, respiração e sexualidade – que dão lugar a estímulos endógenos, a tentativa de uma alteração interna (expressão das emoções, gritos, inervação vascular) não produzirá um resultado alivante, pois o estímulo endógeno continuará a ser recebido e a provocar desprazer. “A fim de ocasionar isto necessita-se de ‘ajuda estranha’, que a criança atrai pelos seus gritos” (FREUD, 1996:1926, p.85), dada sua incapacidade de efetivar tais ações em momentos ainda precoces de seu desenvolvimento.

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por *ajuda alheia*, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através da via de alteração interna. Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da *comunicação*, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial* de todos os *motivos morais*. (FREUD, 1996:1895, p.370)

Chama-nos atenção que, aquilo a que Freud se refere inicialmente como “organismo humano” passa, a partir da “ajuda alheia”, a ser referido como “ser humano”, ou seja, “o organismo é inscrito na condição de ser humano” (FREJ, 2007). Uma passagem em que, da *necessidade fisiológica*, emerge o *desejo* instaurado na falta; do *grito* de insatisfação do organismo, evolui-se para a *comunicação*, para a *demanda*, em que se percebe a relação com o que vai constituir o sujeito. “É a intervenção da pessoa atenta e experiente trazendo a ajuda estrangeira (*fremde Hilfe*) que abre o campo da reciprocidade na compreensão” (*Ibid*).

Segundo Dor (1991, p.140), a primeira experiência de satisfação configura um processo que se passa num registro essencialmente orgânico, por não haver ainda nenhuma representação psíquica do objeto que satisfaz a necessidade. O processo pulsional em ação nesta primeira experiência é, para ele, da ordem de uma pura necessidade.

Para Lacan (1999, p.227), entretanto, não existe estado de necessidade pura, pois a necessidade, desde a sua origem, tem motivação no plano do desejo, como algo que se destina no homem a ter uma certa relação com a cadeia significativa. “O que se produz da relação com o objeto mais primordial, o objeto materno, efetua-se desde logo com base em signos, com base no que poderíamos chamar, para dar uma imagem do que queremos dizer, de moeda do desejo do Outro” (*Ibid*, p.263).

A ação específica implica, então, a presença de um Outro, para o qual o grito do bebê e suas manifestações corporais – interpretados como uma demanda de satisfação – adquirirão valor de significantes, uma vez que é esse outro que, no cuidado dispensado à criança, irá nomear e atribuir sentido para a tensão e o estado de necessidade em que ela se encontra. “É preciso que a esse grito seja atribuída a significação de um apelo, de um pedido, transformando a necessidade que se expressa no grito em uma demanda” (QUINET, 2000, p.88)

Quando do reaparecimento da excitação pulsional, a criança poderá evocar no aparelho psíquico o traço mnésico associado à imagem/percepção do objeto que proporcionou a satisfação da necessidade, no intuito de reconstituir a situação da primeira experiência. “A criança, portanto, tende a satisfazer-se, num primeiro tempo, sob a forma de uma *satisfação alucinatória*”(DOR, 1991, p.140). Gradativamente, a imagem mnésica da satisfação passa a ser distinguida da satisfação real, o que, de acordo com Lacan (1999, p.225), permitirá à criança um primeiro reconhecimento do objeto.

Para Freud (1996:1895, p.371), a imagem mnêmica será a primeira a ser afetada pela “ativação do desejo”. É nesse sentido que o desejo é impresso na primeira experiência de

satisfação, orientando o sujeito, para além desta experiência, na busca de um objeto suscetível de proporcionar esta satisfação. (DOR, 1991, p.141)

A criança passa, então, a mobilizar suas manifestações corporais, as quais, articuladas ao sentido que lhes foi outrora atribuído, serão endereçadas ao Outro, não mais como um grito desarticulado, um movimento reflexo a um estado de insatisfação, pois a criança já consegue articulá-lo.

“O desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade”. (LACAN, 1998, p.828). A criança é, assim, inserida no campo do desejo através da demanda, no dinamismo desse reinvestimento psíquico em busca do objeto pulsional, um objeto suposto e perdido da primeira experiência de satisfação. Essa experiência é explorada por Lacan na formulação da problemática do desejo em relação à necessidade e à demanda, conforme veremos no grafo do desejo.

2.2. APELO E DEMANDA NA LEITURA DO GRAFO DO DESEJO

“Que é a demanda? É aquilo que, a partir de uma necessidade, passa por meio do significante dirigido ao Outro”
(LACAN, 1999, p.91)

De acordo com Chemama (2007, p.86), a demanda é introduzida por Lacan na oposição à necessidade, na mediação imposta pela palavra entre o sujeito que necessita e aquele que lhe apresenta o objeto. Essa mediação é feita pelo uso comum da palavra, o que impõe ao homem demandar, encontrar as palavras que serão audíveis pelo outro. “É mesmo nesse endereçamento que se constitui esse Outro, escrito com O maiúsculo, porque essa demanda que o sujeito lhe dirige constitui seu poder, sua influência sobre o sujeito”. (*Ibid*).

No Seminário *As formações do inconsciente* (LACAN, 1999), a demanda é amplamente discutida através do grafo do desejo, composto por diferentes posições e lugares que fazem intervir diferentes etapas constitutivas, delineando um movimento que nos permite situá-la junto à necessidade e ao desejo, na relação entre o sujeito, o Outro e a cadeia significante.

Lacan (apud DOR, 1991, p.179) destaca que não se trata de uma gênese ou de uma cronologia, mas de “uma *geração* onde algo que é do sujeito atualiza-se na *anterioridade lógica* de um momento em relação ao que se segue”.

2.2.1. O “a mais”: da necessidade ao desejo

Na formulação elementar do grafo do desejo³³ – conforme se observa na ilustração abaixo –, a demanda encontra-se inicialmente condicionada por uma necessidade, representada pelo símbolo *delta* (Δ), para a qual é traçada a linha da necessidade, em direção ao ponto A, lugar do Outro. Podemos situar em Δ o ponto de partida para o que articulamos sobre o grito do *infans*, aquilo que se coloca como pura descarga do organismo e que, uma vez capturado pelo Outro, terá uma significação atribuída.

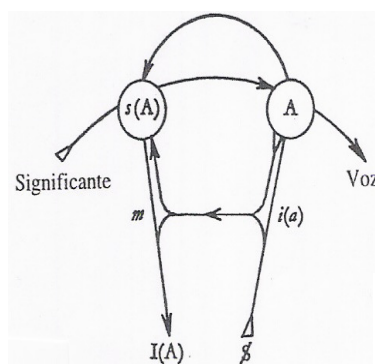


Figura1: Grafo do desejo – simplificado.
Fonte: Lacan, 1998, p.822.

“Todo o meu ponto de partida consiste em mostrar como esta demanda do sujeito é, desta mesma feita, profundamente modificada pelo fato de que a necessidade deve passar pelo desfile do significante” (LACAN, apud DOR, 1991, p.187). A demanda não se confunde com a satisfação da necessidade, haja vista que o significante opera na necessidade um mínimo de transformação, de modo que aquilo que é significado vai além da necessidade bruta. Daí porque a criação do significado não implica uma simples tradução da necessidade, mas sobretudo, a sua remodelagem, a criação de um desejo outro que não se confunde com a necessidade. Para Lacan (1999, p.91), “[...] a princípio o significante existe para servir a alguma coisa – existe para exprimir uma demanda”.

A necessidade, acrescida do significante – o que resulta na demanda que este veicula – “[...] transforma-se em pulsão, uma vez que sua realidade se oblitera ao se tornar símbolo de uma satisfação amorosa” (LACAN, 1998c, p.661).

Na teoria das pulsões, vê-se uma distinção fundamental entre o objeto da necessidade e o objeto pulsional – pois nenhum objeto que satisfaça a necessidade irá satisfazer a pulsão, cujo objeto é o que lhe há de mais variável (FREUD, 1996:1915, p.128). De acordo com

³³ Para fins do que pretendemos discutir, utilizaremos a formulação elementar do grafo do desejo.

Lacan (1999, p.342), o desejo articula-se necessariamente na demanda, na medida em que ela se encontra ligada a algo que está nas premissas da linguagem. Assim, o objeto, invocado pela demanda já não constitui um objeto puro e simples, mas um objeto-símbolo.

Para Aulagnier (1990, p.176), em determinado momento, ambos coincidem, durante o tempo de satisfação da necessidade, em que, por exemplo, o alimento poderá representar um significante de desejo, de modo que o alvo pulsional pode ser considerado como a busca do objeto de prazer que permite a satisfação transitória do “apelo do desejo”. A satisfação deverá ser transitória, para que, ao faltar o objeto, num “tempo morto para o prazer”, o desejo possa aí se alimentar, fazendo ressurgir o apelo como prova do não-domínio do objeto e da incompletude de tudo que lhe é proposto como resposta. (*Ibid*, p.177).

Nesse sentido, Lacan (1995, p.186) considera que “o apelo se faz escutar quando o objeto não está lá”, o que nos faz evocar a expressão “Vê se me desimbaça”, título da presente pesquisa. Ao evocar o objeto diante de sua ausência e na medida em que o objeto chamado pode ser rejeitado, o apelo, essencial à palavra, situa o enraizamento da ordem simbólica no par formado de presença e ausência, de sim e de não. Assim escutamos o apelo em sua conjunção e articulação com a demanda; o apelo, portanto, como suporte para o endereçamento de uma demanda ao Outro.

Consideramos que, ao dizer “Vê se me desimbaça”, o sujeito invoca o Outro, numa formulação que se coloca no imperativo: “Vê se...” Há, portanto, uma convocação do Outro, o que nos faz pensar nessa conjunção do apelo com o que vai se esboçando como demanda. De acordo com Lacan (1999, p.98), a demanda é relativa ao Outro, “se coloca no plano de uma comunhão de registro e de linguagem e efetua uma entrega de todo o si mesmo, de todas as suas necessidades, a um Outro de quem o próprio material significante da demanda é tomado de empréstimo”.

O fracasso na apreensão do objeto induz à repetição da demanda³⁴, donde emerge o desejo, como deslizamento metonímico de um significante da demanda para outro significante³⁵. “De demanda em demanda, o desejo estrutura-se pois, como desejo de um objeto impossível que está além do objeto da necessidade; objeto impossível que a demanda se esforça por querer significar”(DOR, 1991, p.146). Para o autor, a demanda configura, para

³⁴ Para Mannoni (apud LACAN, 1999, p.98), o mecanismo da demanda é provocar demandas sempre renovadas.

³⁵ De acordo com Darmon (in CHEMAMA, 2007, p.244), assim como o desejo, o sujeito emerge desse deslizamento de um significante a outro, donde dizer-se que o sujeito não pode ser suposto antes da primeira demanda.

além do objeto da necessidade, um resto da demanda no qual se pode identificar o desejo do sujeito a partir do que é significado do Outro.

Nesse resto da demanda, que vai além da satisfação da necessidade a que a demanda também apela, perfila-se a demanda do “a mais” que, conforme apontam alguns autores (DARMON, 1994; DOR, 1991; LACAN, 1999), é, antes de tudo, demanda de amor³⁶, formulada e endereçada ao Outro. “Ou seja, a demanda, no fundo, é uma demanda de amor – demanda daquilo que não é nada, nenhuma satisfação particular, demanda do que o sujeito introduz por sua pura e simples resposta à demanda” (LACAN, 1999, p.394).

O desejo irá situar-se, então, sempre numa posição dupla em relação à demanda, para além – considerando a demanda de satisfação de uma necessidade – e para alguém – a pulsão como demanda inconsciente, que “[...] por ser articulada em termos simbólicos, vai além de todas as satisfações para as quais apela, é demanda de amor que visa ao ser do Outro, que almeja obter do Outro uma presentificação essencial” (*Ibid*, p.418).

2.2.2. Endereçamento ao Outro, endereçamento ao Código

Francisco, 13 anos, chegou à instituição há poucos dias. Durante um atendimento, fala dos idiomas que está aprendendo na escola – inglês, espanhol e francês. Refere-se a uma palavra em francês, que quer dizer “socorro” e, em seguida, comenta: “Se um dia eu for pro exterior e acontecer alguma coisa comigo, eu já sei como pedir ajuda”. Nesse mesmo atendimento, comenta que, às vezes, chega em casa com uma sacola cheia de comidas e sua tia o recebe dizendo que não precisa. Em atendimento à tia, ela diz que, durante o Ano Novo, Francisco ganhou roupas novas que, no outro dia, estavam no lixo.

Como assinala Lacan (1999, p.94), através do reduzido estoque de significantes que preexiste ao humano, a necessidade ascende à dimensão da demanda, o significante que sobre ela incide se fechará sobre o sentido da demanda, constituindo a mensagem evocada pelo Outro. Identifica nesse esquema dois planos, o da intenção e o do significante, os quais progridem simultaneamente até atingirem os cruzamentos A e M (s(A)), lugares respectivos do código e da mensagem. “A instituição do Outro coexiste assim com a consumação da mensagem. Ambos se determinam ao mesmo tempo, um como mensagem, o outro como Outro” (*Ibid*, p.95).

Podemos melhor compreender essa relação a partir da discussão de Lacan sobre os chistes, na medida em que considera esse estudo freudiano como a melhor forma de se

³⁶ Para Darmon, também demanda de reconhecimento.

abordar as relações do inconsciente com o significante e, portanto, daquilo que se produz, no nível da fala, enquanto endereçamento entre o sujeito e o Outro. “[...] não há sujeito verdadeiro que se sustente a não ser aquele que fala em nome da palavra [...] Só existe sujeito na referência a esse Outro” (LACAN, 1999, p.16).

De acordo com Freud (1996:1905, p.96), o efeito do chiste está no seu propósito inequívoco de suscitar prazer em seus ouvintes. Constituído no sistema da linguagem, o chiste, em especial o chiste tendencioso, requer sempre a presença de três pessoas: aquela que faz o chiste, aquela que é tomada como objeto da agressividade hostil ou sexual e uma terceira na qual se cumpre o objetivo do chiste de produzir prazer (*Ibid*, p.100). A esse terceiro cabe a autenticação do conteúdo que lhe é endereçado, haja vista que “só é um chiste o que eu permito que seja um chiste” (*Ibid*, p.105). Não existe, portanto, chiste solitário, pois ele somente existirá enquanto chiste ao ser proposto e comunicado a um Outro. “A tirada espirituosa é solidária do Outro que está encarregado de autenticá-la”.³⁷ (LACAN, 1999, p.102).

A esse respeito, recorremos a Aulagnier (1990, p.193) que considera a presença na demanda de três entidades: um demandante, um objeto demandado e um respondente, ou seja, aquele a quem a demanda é dirigida. A demanda impõe ao demandante a aquisição do manejo da linguagem – “diríamos que o primeiro papel que o sujeito faz a linguagem desempenhar é exatamente o de veicular sua demanda” (*Ibid*, p.194) – e a presença de um respondente que, assim como ocorre no chiste, irá autenticar e legitimar o seu conteúdo.

Falar implica falar a outros; ao falar, o sujeito endereça sua mensagem a um outro, a quem ele reconhece como um Outro absoluto, um sujeito verdadeiro, apesar da incógnita na alteridade do Outro que norteia essa relação mediada pelo campo da palavra (LACAN apud DOR, 1991, p.158).

Lacan (1999) interroga quem é esse Outro e qual a sua necessidade, situando-o como lugar do código, lugar do referente simbólico, detentor do tesouro metonímico e, portanto, da multiplicidade das combinações significantes. Lugar a que chega a mensagem constituída pelo chiste, em que se inscreve a sucessão da cadeia significante daquilo que se produz no nível do discurso. De acordo com Chemama (2007, p.282), o Outro se confunde, no limite, com a ordem da linguagem. É no Outro da linguagem que o sujeito irá procurar se situar, numa busca sempre retomada, posto que nenhum significante é suficiente para defini-lo.

³⁷ No texto em francês, Lacan (1998d) emprega a expressão *Trait d'esprit*, traduzida para o português como *tirada espirituosa*.

O Outro, através do qual o sujeito tenta fazer aceitar, no dito espirituoso, a expressão de um pensamento obsceno, absurdo ou agressivo alinha a mensagem no código e a considera um chiste (*Ibid*, p.283).

Quando ninguém faz isso, não há tirada espirituosa. Quando ninguém se apercebe disso, quando *familiário* é um lapso, ele não constitui uma tirada espirituosa. É preciso, portanto, que o Outro o codifique como tirada espirituosa, que ele seja inscrito no código através dessa intervenção do Outro (LACAN, 1999, p.28).

Para que haja essa apreensão, para que possa haver audição do discurso, é preciso que o código esteja situado em algum lugar, decerto no grande Outro (A), de modo que só se pode falar de código quando este já é código do Outro. O primeiro ponto, no grafo do desejo, em que o discurso encontra a cadeia significante é, portanto, o feixe de empregos, o código, definido por Dor (1991, p.152) como o conjunto dos signos e dos símbolos que permitem não apenas representar, designar, mas também transmitir informações no deslizamento dos significantes que compõem essa cadeia, autorizando a comunicação intersubjetiva.

Haverá, pois, sempre na “tirada espirituosa”, a invocação – o apelo (LACAN, 1999, p.85) – do Outro como lugar de confirmação, como aquele que atribui à criação significante um valor de significante, o que se dá a partir do código, que desembocará no valor da mensagem. A invocação implica um apelo do sujeito à voz, àquilo que sustenta a fala, ou seja, ao sujeito como portador dela. É, portanto, no nível da fala, na articulação entre a voz e o desejo, que a invocação se coloca (*Ibid*, p.159). A invocação, mediada pela palavra, situa o sujeito não mais no registro da necessidade – mesmo que a fala se refira a ela –, mas no registro da demanda, que se dá, como vimos, através do sistema de significantes.

O resultado desse encontro com o Outro – do endereçamento ao Outro – é a mensagem – lugar da pontuação, da significação – constituída no sentido atribuído pelo código, que decodifica a forma de uma mensagem inicialmente codificada (DOR, 1991, p.153).

Assim, toda satisfação da demanda, em sua dependência em relação ao Outro, situa-se “[...] nesse vaivém giratório da mensagem para o código e do código para a mensagem, e que permite que minha mensagem seja autenticada pelo Outro no código” (LACAN, 1999, p.159).

Sua demanda, assim, começará a se formular a partir do Outro. Ela se reflete primeiramente naquilo que há muito tempo passou para o estado ativo em seu discurso, ou seja, o [Eu]. Este profere a demanda para refleti-la no Outro e, através do circuito A-M, ela se consuma como mensagem. Este é o apelo, a intenção, este é o circuito secundário da necessidade. (*Ibid*)

Retomamos a fala de Francisco que, ao fazer um pedido numa língua estrangeira, tenta assegurar-se de que, desse modo, sua mensagem seria, enfim, decodificada. Francisco aponta para uma não decodificação do Outro em relação àquilo que evoca em seu pedido de socorro. Se, em sua língua materna, sua demanda não é legitimada pelo Outro, empenha-se numa língua estrangeira para buscar essa possibilidade. Identificamos, nesse caso, uma espécie de não compartilhamento de símbolos que possam veicular o vaivém giratório entre a mensagem e o código, entre o sujeito e o Outro. Isso é corroborado, por exemplo, pela recusa da tia em relação ao alimento que Francisco traz para casa, bem como pelo ato de jogar as roupas que ela lhe dá na lata de lixo. Um movimento em que ambos parecem perdidos em relação ao que um quer e espera do outro, em relação ao que o Outro quer do sujeito, conforme veremos com a formulação da questão “*Che vuoi?*”, abordada por Lacan no grafo do desejo. Poderíamos indagar se, nesse caso, a questão com a língua estrangeira não seria uma busca de sustentação em um outro grande Outro, em outro tesouro de significantes?

2.2.3. “*Esse menino não presta!*”: o lugar do sujeito no desejo do Outro

No discurso endereçado ao Outro, o Eu (Je) constitui o lugar onde o sujeito se produz como aquele que fala. Essa fala presume a existência de uma cadeia significante que antecede o sujeito e à qual ele se encontra assujeitado, determinado, a partir da história de um dizer que já estava lá, antes de seu nascimento, no discurso de seus pais e que não cessará de acompanhá-lo. É esse dizer que irá articular-se no discurso do sujeito enquanto “organização da comunicação, sobretudo linguageira, específica das relações do sujeito com os significantes e com o objeto, que são determinantes, para o indivíduo, e que regulam as formas do laço social” (CHEMAMA, 2007, p.103).

Assim, ao articular sua demanda em direção ao Outro – primitivamente, a mãe, lugar do Outro real da primeira dependência da criança –, esta nele encontrará, além de uma resposta, um desejo. O que se produz na relação com a mãe – enquanto objeto mais primordial – efetua-se com base em signos, que Lacan (1999, p.263) chama de “moeda do desejo do Outro”. Esse desejo é preexistente ao sujeito, surge nesse lugar onde o sujeito falta, o que, para Aulagnier (1990, p.178), indica que a causa desse desejo não é o sujeito, mas sim a significância do lugar vazio em que a criança terá que advir.

É nesse sentido que, embora no grafo do desejo o discurso tenha seu início no lugar onde o [Eu] se produz como aquele que fala, e dirija-se ao Outro, o sujeito é, antes de tudo, falado pelo Outro para que a ele possa, então, endereçar sua demanda.

É mais correto perceber que, não importa o que pensemos, todo discurso parte do Outro, reflete-se no [Eu], já que é preciso que este seja incluído na história, retorna ao Outro no segundo tempo – donde a invocação ao Outro [...] e, em seguida, corre para a mensagem. (LACAN, 1999, p.26)

Corroboramos, portanto, o conceito de demanda apresentado por Aulagnier (1990) no que concerne à presença de um respondente – o Outro – como condição de existência da demanda, que surge, nesse sentido, como resposta à oferta que lhe confere estatuto.

A partir da precedência que deve ser dada ao desejo materno, a autora propõe a seguinte formulação: “A mãe deseja e o *infans* demanda”. Nesse sentido, apesar da imposição da fala na formulação da demanda, Aulagnier (1990, p.195) destaca que, ainda “que o primeiro som emitido pelo *infans* seja o grito mais inarticulado, não impede que seja entendido pela mãe como ‘demanda de...’, ou seja, como fala”. Mais adiante, vê-se que ela estabelece uma relação de equivalência entre o que chama de “demanda primária” e o apelo, ao afirmar que “[...] qualquer manifestação de vida no sujeito (grito, movimentos de alegria, sinal de sofrimento) é interpretada pela mãe como um apelo, como uma mensagem da qual ela seria a destinatária, interpretação que por sua vez é forjada nos moldes de seu próprio desejo” (*Ibid*, p.197).

Propõe, então, os seguintes desdobramentos para sua formulação: “A mãe deseja que o *infans* demande” e “O *infans* demanda que a mãe deseje”, como representação da dialética que subtende a identificação primária. A presença ou a ausência da mãe se tornará para o sujeito, diz-nos Lacan (1999, p.267), “[...] o signo do desejo ao qual se agarrará o desejo dele próprio, uma vez que fará ou não dele não apenas uma criança satisfeita ou insatisfeita, mas uma criança desejada ou não desejada”.

À demanda primária, o desejo do Outro responderá, então, propondo um objeto – o seio enquanto primeiro significante do desejo – que, ao ser introjetado como significante da oferta, dará ao sujeito o estatuto de desejante. Nessa primeira identificação, ao receber em M a mensagem bruta do desejo da mãe, a criança identifica-se ao objeto de seu desejo e, ao fazê-lo, torna-se seu “assujeito”. Freud (1996:1926) aponta a identificação como a “forma mais primitiva e original do laço emocional” e considera que “[...] os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouros” (p.43).

A identificação primária, imaginária, concerne ao circuito primitivo da demanda, em que se situa a imagem de um eu ideal, representado no grafo por $i(a)$. De acordo com Dor (1991, p.187), uma evocação do estádio do espelho³⁸ permite compreender a introdução de m (lugar do eu) e de $i(a)$ no esquema, haja vista abordar a identificação primária do sujeito a partir da identificação imaginária com um outro semelhante $i(a)$, sua própria imagem. “A relação com a imagem, assim, encontra-se no nível das experiências e do próprio momento em que o sujeito entra no jogo da fala, quase na passagem do estado de *infans* para o estado falante” (LACAN, 1999, p.421).

Para tanto, é preciso que a imagem seja apreendida no campo do Outro que, ao autenticá-la para o sujeito, permite-lhe identificar-se ao significante em sua forma elementar, referencial simbólico, que “[...] por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu” (LACAN, 1998, p.822).

O Outro, portanto, trará na resposta que retorna para o sujeito sob a forma de mensagem, a significação de seu desejo. O símbolo $s(A)$, significado do Outro, passa a ser tomado, então, como a mensagem da demanda tal como o Outro lhe outorga um sentido, em função da seleção significativa que seu desejo operou (DOR, 1991, p.184).

Na busca por apreender esse desejo, o sujeito irá interpelar o Outro com a questão *Che Vuoi?*, formulação de o “que queres?” que, em sua forma invertida, coloca o sujeito em referência, com a questão “o que ele quer de mim?”. Assim, “como os significantes vêm do Outro, a demanda necessita, em sentido inverso, uma demanda do Outro endereçada ao sujeito”³⁹ (CHEMAMA, 2007, p.244).

Que lugar o sujeito ocupa, então, no discurso do Outro? Que demanda lhe é endereçada pelo Outro para que a ele possa fazer retornar sua demanda? É desse lugar, causa do desejo, que a criança terá que responder face à “opacidade da demanda materna” (AULAGNIER, 1990, p.179). É igualmente desse lugar que sua demanda será formulada, instaurando um ciclo – o da demanda – que não poderá ter fim, na medida em que ela é via indispensável para a circulação do discurso, por meio do qual se veicula o desejo.

³⁸ O estádio do espelho, bem como o esquema óptico, serão trabalhados num outro capítulo.

³⁹ Se o Outro demanda, podemos aí, já entrever que, assim como o sujeito, o Outro também é barrado.

2.2.4. “É bom comer do Estado!”: uma referência ao Pai?

“Se eu quebrasse seu carro, você ia chamar a polícia? Eu preciso de lei!” (Rodrigo).

A inversão operada pelo questionamento *Che Vuoi?* revela o Outro também como desejante e submetido à lei do significante, atravessado pelo Nome-do-Pai, que virá apoiar a função simbólica do ideal do eu – I(A) –, opondo-a ao eu ideal e a um “gozo mortal, de onde o sinal inevitável de angústia quando o objeto se desvela em sua crueza” (DARMON, 1994, p.104).

Assim, a relação entre o sujeito e o Outro – entre os dois sujeitos em torno da demanda – deve ser complementada por uma nova dimensão, a dimensão do terceiro, o qual, na recusa à demanda, introduz o Ideal do eu. “O que tem de ser introduzido, e que está ali desde o começo, latente desde a origem, é que, para-além daquilo que o sujeito demanda, além daquilo que o Outro demanda do sujeito, deve haver a presença e a dimensão do que o Outro deseja” (LACAN, 1999, p.371).

Na alusão ao grafo do desejo, o pai, enquanto proibidor, chega ao ponto A – posição em que se manifesta como Outro –, detém a palavra em M, enunciando aí sua proibição, um não que se transmite no nível em que a criança recebe a mensagem esperada da mãe. Entra em jogo o para-além da mãe, constituído pela sua relação com um outro discurso, o do pai, cuja função, enquanto posição metafórica, está ligada à proibição do incesto, um obstáculo entre a mãe e a criança. Esta última é, então, questionada em sua posição de assujeito, desalojada da posição ideal de objeto metonímico do desejo da mãe. O pai encontra-se, então, na posição de “[...] dar à criança as armas que lhe permitem fazer de modo a que não haja adequação entre o que sua mãe diz e o que ela é como sujeito” (LEBRUN, 2004, p.32).

Em referência ao Pequeno Hans, Lacan (1999, p.196) destaca uma “angústia de assujeitamento”; nesse caso, o medo surge como uma asseguaração, graças à qual ele dá um para-além ao assujeitamento angustiante em que se percebe face à falta desse domínio externo. Nesse sentido, “para que ele não seja pura e simplesmente um *assujeito*, é necessário que apareça alguma coisa que lhe meta medo”.

De acordo com Chemama (2007, p.268), o Nome-do-Pai, enquanto produto da metáfora paterna, atribui a função paterna ao efeito simbólico de um puro significante e designa aquilo que rege toda a dinâmica subjetiva, ao inscrever o desejo no registro da dívida

simbólica. Ao introduzir no sujeito a marca de uma falta, o significante do Nome-do-Pai, presente no discurso materno, viabiliza ao sujeito – imerso no mundo simbólico – apropriar-se da linguagem.⁴⁰ Nesse sentido, Lebrun (2004, p.26) destaca que “ser pai” supõe o acesso à dimensão simbólica, à linguagem e, portanto, à instalação da realidade psíquica do sujeito.

“O pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei” (LACAN, 1999, p.202). É, portanto, por intermédio da fala materna que o pai é legitimado enquanto responsável pela procriação, enquanto pai simbólico, de modo que, segundo Lebrun (2004, p.37), é suficiente “[...] que haja ‘pai na mãe’, que haja função paterna assumida pela mãe”. A própria fala que responde à demanda é atravessada por uma lei que está além da mãe, que presentifica o Nome-do-Pai, significante ligado à enunciação da lei, que promulga a lei, suporte da ordem instaurada pela cadeia significante. A posição do Nome-do-Pai situa-se no nível simbólico, de modo que, afora as diversidades culturais quanto à sua forma de materialização, a questão do pai é uma necessidade da cadeia significante (LACAN, 1999, p.187).

Lacan (1999, p.474) destaca que a triangulação edipiana familiar comporta algo de mais radical do que tudo o que fornece a experiência social da família e é exatamente isso que, a seu ver, produz a permanência do triângulo edipiano e da descoberta freudiana. Desse modo,

[...] o Pai, com P maiúsculo, nunca é apenas um pai, mas, antes, o pai morto, o pai como portador de um significante, significante em segundo grau, que autoriza e fundamenta todo o sistema dos significantes, e que faz com que o primeiro Outro, isto é, o primeiro sujeito a quem o indivíduo falante se dirige, seja, ele mesmo, simbolizado. (*Ibid*).

Uma distinção parece-nos essencial, no que tange aos diferentes registros que o pai assume, enquanto pai real, pai simbólico e pai imaginário. Na definição utilizada por Chemama (2007, p.284), o pai simbólico é aquele ao qual a lei remete, o interdito sendo sempre, na estrutura, proferido, conforme vimos, em Nome-do-Pai; é o pai morto, de que falávamos há pouco. O pai imaginário é aquele ao qual é atribuída a privação da mãe, aquele que a criança inventa para si – pai ideal – (LEBRUN, 2004, p.46), “[...] o que lhe permite pôr obstáculo à devoração pela mãe” (*Ibid*, p.33). O pai real é o da realidade familiar, “[...] aquele

⁴⁰Na psicose, o efeito metafórico não se produz; o Nome-do-Pai é rejeitado, objeto de uma *Verwerfung*. Nesses casos, não há uma entrada no ciclo dos significantes, de modo que o desejo do Outro – da mãe – não é simbolizado. (LACAN, 1999, p.492).

que possui suas particularidades, suas escolhas, mas também suas dificuldades próprias” (CHEMAMA, 2007).

A esse pai real, diz-nos Lebrun (2004, p.42), cabe a função de presentificar para o sujeito o que lhe havia sido transmitido pelo discurso materno. Dito de outro modo, “[...] é preciso que aquele que sustentará para a criança ser o pai real intervenha em carne e osso para atualizar concretamente essa terceiridade”. O autor destaca que, para que haja pai simbólico, é preciso uma referência ao terceiro, um enunciado que, por ser incontestável, constitua terceiro. Para que haja pai real, por sua vez, é preciso, além da presentificação em carne e osso, que haja um sujeito engajado numa enunciação.

A essa intervenção, o sujeito deverá “consentir em assumir as conseqüências de falar” – posto que falar sempre implica uma perda – e validar essa operação, quando, principalmente na adolescência, ele poderá aceitar não mais contar com a intervenção efetiva de um pai real para consentir na castração, sendo-lhe suficiente o que foi inscrito em sua realidade psíquica para sustentar seu trajeto (*Ibid*, p.46).

Para que isso ocorra, é preciso, ainda, que a função do pai seja ratificada pelo social, que o social sustente a pertinência de sua intervenção. “Em outras palavras, é preciso que o social venha homologar o que é sustentado no seio do recinto privado. A sociedade deve estar congruente com aquele que sustenta o lugar ao intervir como pai real tanto em relação à criança quanto em relação à mãe” (LEBRUN, 2004, p.42). Em referência ao que denomina “um mundo sem limite”, Lebrun (*Ibid*) questiona, então, se se trata de um mundo sem pais ou de um mundo sem Pai, sem referência paterna, ou ainda, de um atingimento simultâneo de vários registros, apontando para uma “deslegitimação do lugar”.

Utilizamo-nos desses questionamentos para, igualmente, problematizar a figura do pai – enquanto função e enquanto presença em carne e osso – na realidade social e familiar de crianças e adolescentes em situação de rua. Chama-nos a atenção, por exemplo, as constantes atuações desses adolescentes, uma espécie de livre escoamento da energia, como se nenhuma intervenção produzisse ali efeito de barragem, como se algo fosse falho na intervenção do Nome-do-Pai que, com o imperativo “não tudo nas coisas!” (LEBRUN, 2004, p.37), inscreve o sujeito no campo da palavra.

No que concerne ao consentimento do sujeito em assumir as conseqüências da fala, pensamos que não se pode assumir conseqüência daquilo que, de um modo geral, não foi

apresentado por um pai que se fizesse presentificado em “carne e osso” ou cuja presença⁴¹ não tenha sido legitimada familiar e socialmente.

As razões podem também ser de ordem social, quando o pai real, o pai presente na família é demasiadamente desprovido, desmuniado, em falta com relação à referência fálica para poder funcionar como aquele que seria capaz de introduzir seu produto na cadeia significante. (MELMAN, 2000, p.45).

Deparamo-nos, então, com registros que apontam situações as mais diversas, como: o desconhecimento em relação ao pai; o não-saber sobre sua vida ou, até mesmo, sobre o seu nome; o não contato com o pai; pais assassinados, geralmente, durante a infância de seus filhos; uma recusa em falar do pai; narrativas de situações de violência, dentre outras. Quando presente no discurso materno – o que não é freqüente acontecer –, um pai revestido de uma imagem depreciativa, pela violência provocada, pelo abandono, por nunca ter contribuído afetiva e financeiramente na educação dos filhos.

Retomamos a referência feita por Lacan (1999) ao Pequeno Hans, no que tange à angústia de assujeitamento, e questionamos se, no caso de muitas dessas crianças e desses adolescentes, a rua não apareceria, nesse sentido, como uma saída contra esse assujeitamento à fala materna – face à ausência do pai, enquanto presença física e/ou enquanto função paterna –, que enclausura e determina o sujeito a partir do que faz real para a mãe e de enunciados como “esse menino não presta”, “esse menino não tem jeito”, conforme apresentamos anteriormente.

Falas como “é bom comer do Estado!”, “eu preciso de lei!”, além do notável movimento das crianças e dos adolescentes em situação de rua que convoca uma intervenção terceira, vê-se que, é a partir do real, do que se mostra literalmente, que esse apelo é feito, posto não passar pela mediação simbólica. Nesses termos, “comer do Estado” significa, literalmente, estar sendo alimentado num espaço do Estado, bem como “eu preciso de lei” aponta para a demanda por uma intervenção que, no real, exerça essa função, apreendendo o sujeito, entretanto, não mais no simbólico, mas no real.

É nesse sentido que Melman (2000, p.43), em seu estudo sobre a delinqüência,⁴² ressalta que, de um modo geral, “as estruturas sociais são simbólicas e nos permitem assim condutas reais”. Refere-se, por exemplo, aos neuróticos, para os quais o poder, em geral, é exercido em seu caráter propriamente simbólico, de modo que, na apreensão do objeto, as

⁴¹ São raros os casos em que o pai se encontra em casa.

⁴² Consideramos relevante destacar que, embora nem todas as crianças e adolescentes em situação de rua possam ser designados como “delinqüentes”, a prática de delitos, gradativamente, torna-se um fator presente em suas vidas nas ruas.

condutas sejam completamente reais. Quando, entretanto, as estruturas sociais se tornam reais – quando o poder das estruturas não vale para um sujeito senão em sua expressão encarnada, policial, armada, quando o poder vale somente por sua presença real –, as condutas do sujeito se tornam simbólicas. Desse modo, o pai, privado de suas incidências simbólicas, passa a valer somente em sua realidade, enquanto que, na conduta do “delinqüente”, há algo “que ultrapassa o caráter puramente material do delito” (*Ibid*, p.44).

Dessa forma, diante da falta de tomada pela ordem simbólica, parece não restar ao sujeito outro recurso que não o do rapto, o da apreensão violenta, o da violação.

É evidente que isto põe em causa a função do Nome-do-Pai, isto é, a relação deste sujeito com o Nome-do-Pai, sem que este esteja negado ou forcluído, mas em relação ao qual o sujeito encontra-se forcluído, quer dizer, encontra-se em uma posição onde não pode ser reconhecido por ele, portanto não pode valer-se de sua filiação, de sua autoridade. (*Ibid*, p.45)

Em outras palavras, incapacitados, de acordo com Melman (*Ibid*, p.59), de reivindicar um pai simbólico e de se atribuir as insígnias deste pai, não terão outra saída senão a de passar ao ato e buscá-las eles mesmos, como forma de suprir a necessidade de adquirir esta insígnia que não lhes foi transmitida pela filiação simbólica. “O delinqüente estima que se tenha faltado com o dever para com ele. Alguma coisa no dever com relação a ele não foi cumprida e sua ação não faz senão responder a esta falta, esta omissão do Outro”.

Winnicott (2005)⁴³ considera que a destrutividade e o roubo de crianças com tendência anti-social constituem apelos a um suprimento ambiental que sirva de suporte para a tensão, bem como à autoridade paterna, que pode barrar o seu comportamento impulsivo, visando à integração da personalidade.

Em que posição a instituição se situa de modo a elaborar a hipótese de um apelo no roubo, na destrutividade, nas transgressões que lhe são endereçadas? Discutiremos, neste momento, a construção de Bergès e Balbo (2002) acerca do transitivismo e destacamos, desde já, sua relevância no que propomos articular nesta pesquisa, mas, sobretudo, na legitimação que essa construção pôde dar às necessárias hipóteses e “apostas” que perpassam a relação entre a instituição e crianças e adolescentes em situação de rua.

⁴³ Para o autor, a tendência anti-social e a delinqüência são decorrentes da privação da provisão libidinal de elementos ambientais necessários para o desenvolvimento emocional do sujeito. Para ele, a “criança anti-social” recorre à sociedade para que esta lhe forneça “a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional”(WINNICOTT, 2005, p.130).

2.3. QUE HIPÓTESE PARA O “GRITO DE SOCORRO”? O TRANSITIVISMO EM BERGÈS E BALBO

“Eu faço esse desenho e dou a quem passa na rua. Quando olho pra trás, eles jogam na lata de lixo. Mas eu vou continuar fazendo porque um dia, alguém não vai jogar fora” (Rodrigo).

Bergès e Balbo (2002) trazem uma contribuição importante, no que tange à apreensão do significante do Outro pelo sujeito, à apreensão do desejo do Outro, bem como da demanda que, de uma forma invertida, é endereçada pelo Outro ao sujeito. Uma demanda que retorna ao sujeito sob a forma de confirmação de um saber que lhe foi atribuído, de uma autenticação da hipótese que sustenta o dinamismo dessa relação, no que os autores chamam de “jogo de posições entre a mãe e a criança”.

Naquilo que até então vínhamos discorrendo sobre a demanda, o apelo, a necessidade, o endereçamento, já estávamos imersos no que agora desenvolveremos sobre o transitivismo, que constitui um aporte teórico relevante acerca do que pensamos em termos dos lugares ocupados pelas crianças e adolescentes em situação de rua e pela instituição.

Conforme vimos, o sujeito é, antes de tudo, falado por um outro que, ao atribuir-lhe um lugar simbólico, investe-se como um outro privilegiado, o Outro. É somente ao ser inscrito na cadeia significativa – por uma fala que referencia a dimensão terceira do discurso – que o sujeito poderá, então, endereçar sua demanda a um respondente, o qual, na posição de Outro – “tesouro dos significantes” – irá decodificá-la e autenticá-la como demanda.

Ressaltamos também – a partir da formulação de Aulagnier (1990, p.195) – que, apesar da imposição da fala e do discurso na formulação da demanda, ainda “que o primeiro som emitido pelo *infans* seja o grito mais inarticulado, não impede que seja entendido pela mãe como ‘demanda de...’, ou seja, como fala [...]”. Do mesmo modo, se, como aponta Freud (1996:1905), só é um chiste aquilo que é reconhecido como chiste, consideramos que somente pode ser considerado como apelo, em particular, o apelo de crianças e adolescentes em situação de rua, se o considerarmos como tal. Caso contrário, conforme muito comumente ocorre na rua, esse apelo cairá no vazio.

Um apelo que, a nosso ver, muitas vezes ainda desarticulado – como um “grito de socorro” –, convoca um outro a, na posição de Outro, fazer nesse grito a leitura de um apelo. Essa leitura implica, conforme apontam Bergès e Balbo (2002), a construção de uma hipótese; aspecto, como já apontamos, de extrema relevância na sustentação do trabalho clínico e institucional com crianças e adolescentes em situação de rua.

O transitivismo é referido como uma colocação em jogo do afeto através de um golpe de força, por meio do qual a mãe demanda a seu filho que se identifique à hipótese e ao discurso que ela lhe endereça, integrando-se, assim, ao campo da fala e da linguagem.

A partir do grito, do choro e dos movimentos de desconforto do bebê, a mãe supõe haver nessas expressões apelos que lhe são endereçados para além do pedido de satisfação das necessidades. Através da hipótese que constrói para esses apelos, ela irá, juntamente com os cuidados que dispensa a seu filho, nomear para ele aquilo que, num primeiro momento, é da ordem de um real inominável, posto que ainda não articulado à linguagem. Ao nutrir seu bebê, por exemplo, a mãe fala com ele, que incorpora não apenas o alimento, mas também o que ela lhe fala sobre isso – a identificação que daqui decorre remete ao transitivismo mais primordial. A depender da resposta que o bebê, em sua posição, lhe confira, a antecipação que a mãe lhe havia feito será verificada. À confirmação de sua hipótese acerca da demanda (“*quando ele grita assim, é porque...*”), corresponde a construção de um saber que permeia esse jogo de posições.

Do mesmo modo, em situações de perigo ou de uma experiência de dor de seu filho, a mãe coloca-se na posição dele, faz uma hipótese de um saber acerca do que experiencia e enuncia a dor que ela supõe que ele está sentindo. O filho, por sua vez, vindo à posição de sua mãe, atribui-se a hipótese por ela formulada, identifica-se ao seu discurso e, assim, autentica o dizer dela. É em torno do saber que a mãe supõe em seu filho – saber que circula a partir do que ela mesma experienciou – que o apelo “[...] vai circular, como em torno de uma polia, para a ela retornar sob a forma de uma demanda; demanda que supõe ser a de uma identificação de seu filho ao discurso que ela lhe dirige” (BERGÈS; BALBO, 2002, p.10).

Ao fazer a hipótese de um saber no filho, a mãe é o agente desse saber, o que a situa na posição de S_1 , que, por sua vez, é colocado no lugar do Outro. A demanda do filho que daí resulta é formulada, portanto, a partir desse saber hipotético, um saber não-sabido por ele, que, ao se identificar à hipótese de sua mãe, se encontra igualmente na posição de S_1 , o que implica ser ele ao menos o agente da demanda que formula à mãe (*Ibid*, p.35).

De que demanda o filho é agente quando o que circula nesse jogo de posições é a hipótese de um saber? Bergès e Balbo se referem a essa questão quando afirmam que “[...] o filho pede à mãe que lhe leia o saber que está nele, saber ao qual, por essa leitura, ele vai poder identificar-se, tomando posse assim, simbolicamente, de um bem que ele já possui realmente” (*Ibid*, p.12).

Há, nesse jogo de posições, um relançamento entre mãe e filho, na medida em que a hipótese que faz em relação à demanda de seu filho sustenta-se na hipótese prévia de que essa demanda estará articulada ao seu desejo de mãe. Um relançamento, portanto, que concerne não apenas à mãe – na suposição que ela faz – mas também ao filho, cujos movimentos a convocam a nomeá-los para ele. “A atividade do filho é a colocação em ato da hipótese de um saber que sua mãe supõe nele, e ela é libidinizada na medida em que está enlaçada ao desejo da mãe, que a relança sem cessar” (*Ibid*, p.34).

Esse relançamento constitui-se enquanto um movimento espiralado, ou seja, não se fecha, dado o duplo desconhecimento que sustenta o discurso transativista: desconhecimento da mãe em relação ao saber do seu filho; desconhecimento do filho em relação ao desejo de sua mãe e ao seu próprio saber. É esse desconhecimento que permite à criança endereçar-se à mãe, e a esta sustentar a aposta e a hipótese de que há uma demanda e um saber em seu filho. Assim, a resposta que dará ao que supõe ser a demanda de seu filho jamais corresponderá ao que de fato a criança deseja, pois há um desconhecimento e um distanciamento entre o que a mãe antecipa e o que seu filho experiencia e deseja.

[...] uma demanda, mesmo se vem de uma criança, é um objeto que *jamais* pode responder ao desejo. É um impossível. No transativismo que uma mãe desenvolve – e que supõe de sua parte a hipótese de que seu filho vai lhe fazer demandas, demandas que ela vai estar satisfeita em formular-lhe – ela tem a necessidade de constatar que não vai poder satisfazê-las incessantemente. Ela vai falhar. No fim, o filho acaba se perguntando: ‘Mas o que ela quer?’. Nada mais do que fazendo à sua mãe essa última demanda, nada mais do que lhe endereçando esse *che vuoi?*, o filho faz dela um grande Outro. (*Ibid*, p.35).

A resposta que dá a um grito que lhe é endereçado e que a faz supor, a partir de suas experiências, que seu filho está com fome, constitui uma frase simbólica, justamente por não haver nenhum referencial que lhe ateste a certeza e por dar espaço à não correspondência ao real desconhecido da necessidade de seu filho. É exatamente esse distanciamento que irá permitir à criança apropriar-se de uma fala que lhe é própria, bem como endereçar-se ao Outro naquilo que lhe falta.

A hiância entre a hipótese da mãe e a demanda do filho aponta para um espaço terceiro, que permitirá falar sobre o saber suposto no filho, viabilizando sua identificação não apenas ao discurso, mas ao saber que esse discurso transmite; é esse distanciamento que viabiliza legitimar a dor de um corpo simbólico que será atribuído à criança.

Um corpo que, para a mãe, possui necessidades nem sempre passíveis de serem expressas pela criança, assim como muito frequentemente identificamos no movimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Ela, então, vem à sua posição para formulá-las e,

ao fazê-lo, substitui o objeto de necessidade pelo da pulsão, introduzindo esse objeto na demanda – conforme discutimos no grafo do desejo. Para Bergès e Balbo, (2002, p.88), é nesse sentido que Lacan afirma, no Seminário XI, que um grito exprime o enlaçamento da pulsão com a demanda.

Através do afeto que norteia o discurso transativista, a mãe faz retornar de seu corpo, pelo retorno do recalçado, algo que nela se inscreveu como experiência, permitindo agora a seu filho descobrir o seu próprio corpo sem negligenciá-lo. O afeto, portanto, tem a função de fazer funcionar entre mãe e filho seus corpos, o que, para os autores, para além do campo da especularidade, dá-se no campo simbólico do discurso. “O afeto tem por função primeira a passagem do corpo do imaginário ao simbólico” (*Ibid*, p.92).

Ao falar, a partir de algo experienciado como doloroso, a mãe dá corpo a seu filho e, ao fazê-lo, incita-o a identificar-se a um discurso que lhe permite anunciar o perigo, delimitando, assim, as barreiras que impõem à criança a renúncia à sua onipotência. O discurso materno barra a atividade ilimitada de seu filho e força, através de sua demanda, que ele renuncie àquilo que ela mesma teve que renunciar, o falo imaginário, significante da ilusão e da onipotência, conforme discutimos no item anterior.

Nesse sentido, a mãe incita seu filho a identificar-se a um falo simbólico, que, de acordo com Bergès e Balbo (p.89), apóia-se no que foi experimentado no corpo pela mãe e atesta a sua competência em sentir corporalmente o que ela supõe que seu filho experimenta. Uma competência simbólica, testemunha de um discurso atravessado pelo Nome-do-Pai, que produz um corte e faz obstáculo a um corpo, o qual, uma vez barrado e atravessado pela linguagem, não pode mais se entregar a qualquer excesso de sofrimento ou de gozo. Trata-se de uma passagem, por meio do afeto, a um corpo simbólico, um corpo de linguagem, inscrito pelo significante da função paterna. “[...] o sujeito, por toda a sua vida em seguida, habitará um corpo segundo o que lhe terá nomeado sua mãe em seu transativismo” (*Ibid*, p.137).

O que se passa quando da incapacidade da mãe em sustentar um discurso transativista, um discurso inscrito no afeto? O que impede a construção de hipóteses e a suposição de um saber no jogo de posições entre a mãe e a criança? Que situações inviabilizam a mãe de nomear a dor de seu filho, atribuindo-lhe um corpo atravessado pela linguagem?

Consideramos fundamental a distinção feita pelos autores (2002, p.11), entre o transativismo e o traumatismo. Essa situação, a nosso ver, é muito comumente vivenciada pelas crianças e adolescentes em situação de rua. Para os autores, embora se constitua enquanto um golpe de força, através do qual o discurso materno impele o sujeito ao campo

simbólico, o transitivismo distingue-se do traumatismo. Neste, uma força opera de forma disruptiva, num puro real, deixando o sujeito sob o efeito de uma descarga, de um golpe inesperado. Não há, no traumatismo, nenhuma possibilidade de construir uma hipótese, nem muito menos de nomear a experiência dolorosa que ele acarreta.

Assim, se, no transitivismo, a dor constitui-se enquanto objeto de elaboração simbólica – através da qual o filho introjeta a função transativista da mãe e a relação com a dor de seu corpo vai sendo tecida –, no traumatismo, por outro lado, perpassado por uma violência inominável, os limites suportáveis da dor são ultrapassados. “Os efeitos do traumatismo, ao contrário, privam o sujeito — que não pode ser senão transbordado — da capacidade de ser forçado” (*Ibid*, p.12).

Indagamos, nesse sentido, que hipóteses podem ser formuladas quando o que se apresenta, muitas vezes, é da ordem do traumatismo, de uma realidade muito crua, perpassada por atrocidades – como a fome⁴⁴, a violência, as perdas – que lançam o sujeito⁴⁵ a um real avassalador. Retomamos a questão do lugar que as crianças e os adolescentes em situação de rua ocupam no discurso do Outro – no que concerne ao lugar na família – e indagamos de que modo são falados se, com o seu choro, parecem lançar aquele que dele cuida a um real insuportável, a situações outrora vivenciadas, as quais, igualmente não simbolizadas, são reproduzidas e atualizadas sem nenhuma barra que possa aí fazer uma diferenciação.

De acordo com Bergès e Balbo (2002, p.54), algumas mães mostram-se incapazes de transitar ao determinar em seus filhos uma repetição daquilo que faz real para elas, como ocorre em situações traumáticas, por exemplo. O seu real torna-se, então, o real de seu filho que, privado do simbólico, é confrontado com um real não simbolizado nem imaginizado. “[...] reduzido ao que o transitivismo tem de defensivo, não pode se entregar senão a um mecanismo projetivo imputando-lhe o desconhecimento no qual está, a um saber que lhe é outro, no sentido de exterior a seu corpo”.⁴⁶ Os autores referem-se, nesse ponto, à função da letra, a qual se situa ou no lugar de significante ou, pela sua repetição, retorna sempre ao mesmo lugar, situando-se, nesse caso, no lugar do real. Dessa forma, o que se repete sem ser simbolizado deve ser entendido como o real da letra que faz repetição (*Ibid*, p.128). Mais uma vez, reportamo-nos, aqui, ao que foi discutido sobre a “carta roubada” que, enquanto letra, parece retornar sempre ao mesmo lugar.

⁴⁴ Embora apontemos a fome como um desses aspectos que perpassam essa realidade, não a consideramos um fator determinante, haja vista as inúmeras famílias, as quais, apesar do limite em que ela as coloca, mantêm uma dinâmica familiar que assegura a seus membros um ambiente psíquico favorável.

⁴⁵ Referimo-nos, aqui, às crianças e adolescentes em situação de rua, bem como a suas famílias.

⁴⁶ Os autores fazem referência, aqui, ao caso Schreber, cujo corpo permanece sempre estrangeiro.

Nesse caso, não parece haver uma dissimetria entre aquele que atribui hipóteses e significação à dor do outro, e este, que com o discurso do primeiro irá se identificar. Considerando o lugar do Outro – enquanto lugar do código, referente simbólico, “tesouro dos significantes” –, apontamos uma certa dificuldade, no que tange à “competência simbólica” (BERGÈS; BALBO, 2002) de, por meio do afeto, veicular a passagem a um corpo simbólico.

Se para a dor não é construída uma hipótese com a qual possam se identificar, far-se-á necessário encontrar outras vias de alívio para o estado de desprazer e de sofrimento. Cecarelli (1998 apud KAHN, 2002, p.127) aponta o recurso à violência, em alguns casos, como única saída possível.

Esse corpo suscetível de ser penetrado violentamente, sem superfície protetora, peca por excesso de excitabilidade, excesso no qual podem ser discernidos os efeitos conjugados de uma demasiada turbulência pulsional e de uma insuficiência de tudo que, na realidade, poderia ter a função de pára-excitação (falas e corpos maternos continentes, objetos mediadores de satisfação...). (ENRIQUEZ, M. 2000 apud KAHN, 2002, p.103).

Trata-se, portanto, de um corpo que, no real, é continuamente invadido, o que nos remete ao questionamento de Renata, ao se referir a suas evasões do abrigo – “Por que eu invado tanto?”. Cenas que, cravadas no corpo – muitas vezes, sem a inscrição simbólica que faça uma mediação –, constituem marcas traumáticas daquilo que faz real, que é da ordem do impossível de representar, de simbolizar.

Em determinadas situações, há uma incompetência – uma impossibilidade – do corpo em experimentar um afeto ou uma incompetência da mãe em falar seu corpo a seu filho (BERGÈS; BALBO, 2002, p.86). Nesse sentido, um discurso sem afeto pode fazer obstáculo à inscrição significativa de um corpo simbólico, na medida em que “[...] o filho poderá identificar-se a um discurso frio, em que estaria em questão um corpo de palavras, de representantes de palavras, sem carne: puro corpo de linguagem” (*Ibid*, p.89). Pensamos que certos enunciados exercem essa função, de uma fala destituída de afeto que, ao invés de uma inscrição significativa de um corpo simbólico, desempenha a função de signo para o sujeito, determinando, assim, um lugar estático – a fixidez à qual nos referimos com a “carta roubada” – que não parece lhe permitir o deslizamento e a mobilidade de que necessita. Referimo-nos a falas enunciadas tanto no âmbito familiar – “Esse menino não presta”, “esse menino não tem jeito”, “é tudo farinha do mesmo saco”, “ele é ruim desde que se entende de gente” – como no âmbito público, na rua – “cheira-cola”, “menino de rua”, “trombadinha”, “delinqüente”, dentre outros.

São expressões que, incidindo como espécies de imperativos, parecem produzir efeito semelhante em relação ao que os autores destacam no discurso de alguns pais – cujos filhos estão apresentando condutas delinquentes – que “[...] são desde o início confrontados a essa certeza de que seu filho seria inacessível, fundando a antecipação segundo a qual ele acabaria mal” (*Ibid*, p.120).

Se a demanda não pudesse mais ser sustentada, se perdesse o poder de significar (quer fosse a demanda de reconhecimento, a demanda do amor, ou a demanda de saber, pouco importa), o discurso não seria mais que o eco sonoro da fala de um Outro ou a repetição de um monólogo no qual o sujeito jamais teria esquecido a que papel responde, a que cena do drama e a que parceiro se refere (o que é exemplificado pela fala psicótica). (AULAGNIER, 1990, p.181).

Para a autora, o sujeito tem que saber, ao menos, o que ele demanda – que algum objeto venha justificar sua demanda – o que lhe permite localizar-se, situar-se no campo imaginário. Se, entretanto, ao desejo do Outro – e, por conseguinte, à demanda do sujeito – nenhum objeto pode ser oferecido, não haverá para o sujeito referência alguma possível e a ele não restará outra saída senão se projetar numa distância infinita do campo de seu próprio desejo, num ponto não identificável e não localizável (*Ibid*).

Como forma de resposta à impossibilidade ou incompetência de um discurso transitivista, Bergès e Balbo sugerem que determinadas doenças e sintomas surgem como apelos endereçados ao Outro, numa tentativa do sujeito de ter integrado o seu corpo a um discurso simbólico. “O sintoma é endereçamento que supõe uma demanda: ele é como a atualização transitivista de um experienciado primordial, que espera um dizer que faça cessar seu retorno” (*Ibid*, p.137).

Evocam, a partir desse ponto de vista, a insensibilidade à dor no psicótico – que, ao se bater na parede, parece acariciá-la, tomando o lugar da mãe que jamais tornou possível a introjeção de seu transitivismo – e o paciente psicossomático – que sofre de um excesso de discurso transitivista, fazendo-se necessária a defesa contra esse excesso.

Questionam se aquele que se bate não o faria para que o outro, que o vê, transitive, para que o Outro possa sustentá-lo nesse lugar da fala e consideram que a violência poderia, então, se originar num transitivismo sem fala, o que nos possibilita uma articulação fecunda com as crianças e os adolescentes em situação de rua, em meio à violência que norteia suas vidas. Concordamos, então, com Khan (2002, p.151) ao afirmar que a violência “não deixa de ser um grito que convoca o outro que falhou, o objeto amado/odiado que não pôde suportá-lo e interpretá-lo”.

Indagamos, nesse sentido, acerca da incrível tolerância à dor física das crianças e dos adolescentes em situação de rua; uma dor que, muitas vezes, parece não se sustentar em hipótese alguma que lhe dê significação, em palavra alguma que lhe dê sustentação. Assim nos referimos ao episódio com um adolescente que, transtornado, joga-se no chão, repetidas vezes, numa manifestação intensa de dor; à ocasião em que João⁴⁷, ao lançar garrafas de vidro, pisa em seus cacos – cacos das garrafas ou cacos de João?

Retomamos a fala de Rodrigo e nela destacamos a hipótese que ele próprio levanta do recebimento de seu desenho pelo outro, o qual, no entanto, sempre o joga fora. Mas sua demanda é sustentada naquilo que antecipa enquanto resposta do Outro a seu apelo, pois, conforme afirma, vai “continuar fazendo, porque um dia, alguém não vai jogar fora”. Isso nos coloca uma questão que nos permite pensar a possibilidade de uma hipótese que as crianças e os adolescentes em situação de rua levantam ao se endereçarem à instituição, o que nos faz indagar sobre as hipóteses e as demandas que são construídas a partir daquilo que se constitui como um duplo desconhecimento que perpassa o discurso transativista.

Que hipótese a criança e o adolescente fazem ao dirigirem-se à instituição e que saber supõem haver nela ao lhe endereçar os apelos, no sentido acima discutidos? Em quais hipóteses a instituição baseia a sua intervenção e, igualmente, que aposta e que saber atribui às crianças e aos adolescentes em situação de rua? Pensar as hipóteses sobre as quais são baseadas as intervenções institucionais implica a necessidade de discutirmos acerca do conceito de instituição – nele situando de que instituição falamos – bem como o interesse de problematizar que leitura vem sendo feita dos apelos e das demandas das crianças e dos adolescentes em situação de rua no decorrer da história do atendimento institucional a eles destinado no Brasil.

⁴⁷ Esse caso será discutido mais adiante.

CAPÍTULO III

INSTITUIÇÃO: CONCEITO E DESAFIOS HISTÓRICOS

3.1. DELINEANDO UM CONCEITO

“A instituição do Outro coexiste assim com a consumação da mensagem. Ambos se determinam ao mesmo tempo, um como mensagem, o outro como Outro” (LACAN, 1999, p.95).

A que instituição nos referimos quando destacamos, em nosso objetivo geral, a demanda endereçada por crianças e adolescentes em situação de rua a uma “instituição de atendimento”? O que institui o espaço institucional enquanto espaço possível de endereçamento? Ao falarmos em instituição, remetemo-nos, necessariamente, a um serviço do município de Olinda, no qual foi desenvolvida a presente pesquisa.

Embora não constitua nosso objetivo fazer uma análise da instituição – percurso esse de grande ressonância em nossa prática –, consideramos relevante, a partir do conceito de instituição e da posição de alguns teóricos engajados em seu estudo, situar alguns aspectos que nos permitirão, assim pensamos, o desdobramento para o que propomos enquanto endereçamento à instituição.

O termo instituição, derivado do latim *institutione*, denota, dentre os vários significados que lhe são atribuídos: criação, estabelecimento; a coisa instituída ou estabelecida, instituto, organização; regra, norma; associação ou organização de caráter social, educacional, religioso, filantrópico; estrutura material e humana, que serve à realização de ações de interesse social ou coletivo, com caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em lei; organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou da comunidade mundial (HOUAISS; MICHAELIS).

A instituição é, em primeiro lugar, *uma formação da sociedade e da cultura*; seguem-lhes a lógica própria. Instituída pela divindade ou pelos homens, a instituição se opõe àquilo que é estabelecido pela natureza. A instituição é o conjunto das formas e das estruturas sociais instituídas pela lei e pelo costume: a instituição regula as nossas relações, preexiste e se impõe a nós; ela se inscreve na permanência. Cada instituição é dotada de uma finalidade que a identifica e a distingue. (KAES, 1991, p.06).

Kaes (2002) considera que a instituição vincula e é perpassada por processos heterogêneos – sociais, políticos, culturais, econômicos e psíquicos –, os quais funcionam nos

seus espaços se intercomunicando e interferindo uns nos outros. “[...] a instituição é o lugar de uma dupla relação: do sujeito singular com a instituição e do conjunto de sujeitos vinculados pela e na instituição” (*Ibid*, p.20). A instituição permite a elaboração de um espaço psíquico diferenciado, que assegura as bases da identificação do sujeito com o conjunto social. O autor considera a função continente da instituição – espaço em que prevalecem as dimensões arcaicas –, o que aponta para a necessidade de se encontrar em seu espaço-tempo um lugar psíquico no qual as angústias e os conflitos intrapsíquicos e intersubjetivos possam ser atualizados e significados.

[...] o que não consegue ser significado/interpretado, simbolizado da desordem psíquica quer na relação entre os sujeitos de uma instituição quanto nas relações de cada um deles com o conjunto e seus representantes, retorna na instituição num cenário em que se entrelaçam de uma maneira intrincada e confusa a realidade psíquica com outras ordens da realidade. (*Ibid*, p.29).

Para Enriquez (1991, p.53), as instituições desempenham um papel essencial na regulação social global, considerando-se a alteridade em meio à trama simbólica e imaginária na qual se inscrevem. Embora aponte que sem as instituições o mundo seria regido apenas por relações de forças, não havendo qualquer possibilidade de civilização – como discutimos em relação ao pacto social – o autor destaca que

[...] as instituições são lugares que não podem impedir a emergência daquilo que aconteceu no momento em que se originaram e contra o que passaram a existir: a violência fundadora. Apesar dos esforços que as instituições desenvolvem para mascarar as condições do seu nascimento, elas são e continuam sendo herdeiras de um ou de vários crimes (*Ibid*, p.55).

3.2. “NO PRINCÍPIO FOI ATO”: A ORIGEM DAS INSTITUIÇÕES

No intuito de compreender a origem das instituições e os percursos daí decorrentes, respaldamo-nos, mais uma vez, nas formulações de Freud sobre o totemismo e a instituição do social, na medida em que o totemismo constitui um sistema que ocupa o lugar da religião entre certos povos primitivos e provê a base de sua organização social.

Freud considera a organização totêmica e a proibição do incesto como instituições decorrentes do sentimento de culpa pelo assassinato do pai,⁴⁸ e chama atenção para o fato de

⁴⁸ Na horda primitiva, o animal totêmico era o representante do pai, pelo qual eram nutridos sentimentos ambivalentes (amor, admiração, ódio e desejo de destruí-lo). “Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a

que qualquer explicação a esse respeito deverá dizer sob que condições determinada instituição se desenvolveu e a quais necessidades psíquicas do homem dá expressão. “É plausível supor que melhor se chegaria a uma compreensão da natureza essencial do totemismo e da exogamia se fosse possível aproximar-se das origens das duas instituições” (FREUD, 1996:1913, p.116).

O autor situa, então, na comemoração e na culpa do ato memorável e criminoso, o começo e a instituição da organização social, das restrições morais e da religião.

Um acontecimento como a eliminação do pai primevo pelo grupo de filhos deve inevitavelmente ter deixado traços inerradicáveis na história da humanidade e, quanto menos ele próprio tenha sido lembrado, mais numerosos devem ter sido os substitutos a que deu origem. (*Ibid*, p.157).

Poli (2004;2005) destaca que, no mito da horda primitiva, podem-se distinguir dois tempos: o tempo do acontecimento – no qual se dá o assassinato do pai da horda – e um segundo tempo – no qual a organização fraterna padece dos retornos do seu ato primitivo. Após esse segundo tempo, faz-se presente a distinção entre o “elemento cultural” e os laços sociais. Assim, o elemento cultural – princípio fundador da cultura, “o ato assassínio que funda a humanidade” – aponta para uma “constante” nas organizações sociais humanas; os laços sociais – a reunião dos “irmãos” em torno do “pai morto” – por sua vez, referem-se às relações humanas historicamente circunscritas.

O “elemento cultural” funda a humanidade; ele é atemporal posto que mítico. Já os laços sociais estabelecem a história, eles inscrevem ao longo do tempo as formas de enlace que os humanos constituem entre si, o que implica também nas diferentes formas de representar este ato primeiro. (POLI, 2004).

A autora propõe uma aproximação entre o “elemento cultural” identificado por Freud e o conceito de traço unário⁴⁹ introduzido por Lacan. O traço unário, enquanto suporte da identificação do sujeito (CHEMAMA, 2007), é condição de uma série significante, na qual um sujeito se representa entre outros, tornando possível, de acordo com Poli (2005, p.28), a constituição de um laço social dado. Trata-se, sugere a autora, do elemento cultural persistindo e retornando nos desenvolvimentos históricos do laço social.

“No princípio”, portanto, “foi Ato” (FREUD, 1996:1916, p.162). Um ato que se inscreveu enquanto traço, que deixou marcas e cujos efeitos instituíram o social a partir do

coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente”. (FREUD, 1996:1913, p.145).

⁴⁹ O conceito de traço unário surge da leitura de Psicologia das massas, texto em que Freud propõe a identificação como a forma “mais precoce e primitiva do enlace afetivo” (FREUD apud POLI, 2005, p.27). Lacan introduz o termo “para designar o significante em sua forma mais elementar e para explicar a identificação simbólica do sujeito” (CHEMAMA, 2007).

interdito que operou, abrindo espaço, entre um dito e outro, para o campo da palavra, para o desenvolvimento, conforme aponta Poli, dos laços sociais.

Frej (1997) identifica, no texto freudiano (em alemão), uma passagem, em *O Mal-Estar na Cultura*, em que Freud, ao falar do interdito no totemismo, refere-se também ao impedimento⁵⁰, distinção que nos será fundamental ao discutirmos o lugar e a intervenção da instituição. De acordo com Le Robert (apud FREJ), as acepções das palavras impedir e impedimento são as seguintes: impedir – entravar, incomodar; evitar, interditar, barrar e parar; reter; impedimento – contrariedade, contratempo, dificuldade, obstáculo, oposição.

Embora definidos no vocabulário francês como sinônimos, Frej (*Ibid*) considera que é possível constatar as diferenças entre a palavra alemã *Verbot* (interdição) e o verbo *verhindern* (impedir), as quais incidem sobre diferentes ações e se realizam em diferentes lugares. A interdição, conforme vimos com o totemismo, institui o social, e, para a autora, designa uma falta que indica o lugar de origem do psiquismo e do inconsciente. Diante da propensão do ser humano à agressão – o que constitui uma ameaça de desagregação à sociedade –, o impedimento aparece como “uma necessidade por parte da cultura, de produzir uma parada da ação em alguns indivíduos” (FREJ, 1997). A necessidade do impedimento surge, então, como uma intervenção proveniente daquilo que escapa ao campo da interdição, produzida pelo corte da palavra. Na leitura que faz sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, Frej (2003) considera que eles tenham sido, conforme destacamos no capítulo sobre o pacto social,

[...] impedidos de ter deveres [...] impedidos de ter direitos [...] impedidos de se submeter ao interdito imposto pelo Nome. Impedir não é a mesma coisa que interditar, porque ao interdito um não deve ser dito para que um nome faça barragem e produza o impossível, na ausência do qual não se pode contar Um. No entanto eles tentam ser inscritos [...].

Na ausência de uma palavra que os sustente, sujeitos que tentam se inscrever no e através do ato. Rosa (2002) destaca que, frente à posição de resto na estrutura social, que barra qualquer acesso à condição de uma lógica fálica e desejante, o sujeito cala-se e constrói uma barreira sólida e necessária, expressa no emudecimento e na apatia, rompida, por alguns, com reações violentas – como geralmente identificamos em crianças e adolescentes em situação de rua. Um sujeito que se cala, que foi calado no decorrer de toda a história e que ainda é silenciado, apesar de a legislação apontá-lo atualmente como “sujeito de direitos”.

⁵⁰ [...] Schon die erste Kulturphase, die des Totemismus, bringt das *Verbot* der inzestuösen Objektwahl mit sich, [...] Der Erfolg dieser einschränkenden Mabregeln könnte nun sein, dab bei denen, die normal, die nicht konstitutionell daran *verhindert* sind, alles Sexualinteresse. (FREUD apud FREJ, 1997).

Em pesquisa realizada por Rizzini (2008), intitulada *O Século Perdido*⁵¹, a autora suscita uma inquietação ao apontar que

[...] não havia um registro sequer das vozes das crianças e dos jovens de então. Não deveriam ser eles o centro de toda a história sobre a qual me debruçava? [...] Não compreendia tão claramente quanto hoje como me gritava o silêncio de suas vozes [...] os pontos de vista das crianças e dos seus, ou a sua 'leitura' da história, nos eram totalmente desconhecidos.

Ao pensarmos o lugar da instituição enquanto uma possibilidade de endereçamento, estamos propondo, exatamente, romper com esse silêncio, situar o sujeito em sua história de vida, instituindo, conforme veremos, a palavra. Rosa (2002) considera que “a escuta psicanalítica é transgressora em relação aos fundamentos da organização social e implica um rompimento do laço que evita a escuta do sujeito do desejo”. Nessas situações de escuta, considera que pode advir, ali onde parecia haver apenas vidas secas, o sujeito desejanste, vivo.

Tendo em vista a indagação sobre o ponto em que a instituição se situa em sua intervenção, consideramos relevante, a partir da inquietação de Rizzini (2008), delinear a origem e o percurso da instituição, suas transformações, no que se inscreveu enquanto marca na construção de políticas públicas e de instituições de atendimento para os “meninos de rua”. Propomos, então, numa breve contextualização histórica do atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua, problematizar o modo como o lugar da instituição foi sendo tecido e inscrito, perpassado por questões sociais e políticas de cada época, as quais delimitaram também o lugar e a posição das crianças e dos adolescentes, face às (im)possibilidades de endereçamentos com as quais eles se deparam no decorrer da história.

Para tanto, basear-nos-emos no percurso traçado por um sujeito, que teve na escrita a inscrição de sua história, por meio da qual se apresentou como um “sujeito desejanste, vivo”. Recorremos, portanto, à pesquisa de Roberto da Silva (1997)⁵², para, juntamente com outros autores – como Rizzini (2008) e Leite (2001) –, destacar pontos fundamentais da origem e do trajeto do atendimento institucional à criança e ao adolescente em situação de rua.

⁵¹ Esta pesquisa apresentou como proposta desvelar o significado social da infância no Brasil, na passagem do regime colonial para o republicano, a partir da construção de políticas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente.

⁵² Roberto da Silva foi institucionalizado aos dois anos de idade, juntamente com seus três irmãos. Levados pela mãe ao Juizado de Menores, pela falta de condições de criá-los, ela assegura que viria buscá-los assim que possível. Entretanto, Roberto e os irmãos logo são separados e têm seus dados arquivados, o que os torna, no período militar, “filhos do Governo”. Vivendo em instituições da FEBEM até os 16 anos de idade, passa a morar nas ruas, numa alternância entre este ambiente e cumprimentos de pena na prisão. Livre, envolve-se na militância em torno da questão carcerária, sendo ameaçado por autoridades judiciárias. Cursa Pedagogia e, aprovado na Universidade de São Paulo (USP), realiza o Mestrado com o objetivo de “investigar a trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores da Febem”, pesquisa através da qual tem acesso à sua própria história.

3.3. ROMPENDO COM O SILÊNCIO: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA DO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

Silva (1997) contextualiza a prática da assistência à criança órfã ou abandonada, institucionalizada no Brasil, situando o fenômeno da criminalização da infância abandonada. “[...] a cada fase de desenvolvimento do pensamento assistencial sempre correspondeu uma postura político-científica e filosófica, que se traduziu, por sua vez, na edição de leis que estabeleceram alguns parâmetros para o tratamento e assistência à infância” (*Ibid*, p.34).

Propõe sistematizar a evolução do pensamento assistencial brasileiro nas seguintes fases: Filantrópica (1500-1874), Filantrópico-higienista (1874-1922), Assistencial (1924-1964), Institucional Pós-64 (1964-1990), Desinstitucionalização (1990-?). São fases cujas especificidades, aproximações e estagnações, permitem, a nosso ver, identificar entraves que persistem, avanços realizados, questões que se colocam, os quais delineiam o que constitui, hoje, a política de atendimento institucional à criança e ao adolescente em situação de rua.

3.3.1. Fase Filantrópica

De acordo com Leite (2001), a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil data de, aproximadamente, 1550, período da colonização. A pedido dos jesuítas, jovens órfãos – “desvalidos”, “desprotegidos” ou “sem valor” – foram enviados ao Brasil, no intuito de auxiliarem na evangelização dos índios. Deste grupo, conforme atesta o padre Anchieta em carta a Portugal, muitos deles eram tidos como “um bando de moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam de patifes [...] [e que] em pouco tempo, assediados pelas índias, não resistiram à tentação, fugindo com elas [...] é a gente mais perdida desta terra e alguns piores mesmo que os índios”. Esses jovens, segundo Leite, ao fugirem com as índias, “tornaram-se os primeiros meninos de rua da nossa história” (*Ibid*, p.10).

Para Silva (1997, p.34), essa fase constitui a implantação do modelo português, centralizado nas santas casas de misericórdia, nas quais foram instaladas as rodas dos expostos, símbolo maior desse período.

Além do abandono à porta de caridosos particulares ou nas naves das igrejas, muitas crianças eram deixadas na rua, à mercê das intempéries e dos animais, por mães desesperadas ou parteiras irresponsáveis. O terrível espetáculo de crianças mortas de frio e de fome, ou devoradas por cães ou porcos, inspirou aos governos das cidades a idéia de criação da Roda. (SILVA, 1997, p.38).

A Roda dos Expostos⁵³ surge com o objetivo de acolher e “salvar” a vida de crianças abandonadas, oferecendo-as, para adoção, a famílias bem constituídas. Como garantia do anonimato de quem abandonava as crianças, a Roda da Misericórdia “[...] foi considerada uma solução para o problema, uma forma de esconder a prole indesejada, pois supostamente preservava e garantia a moral, a felicidade e a tranquilidade da família brasileira e, assim, a paz social” (LEITE, 2001, p.13). Apesar das constantes denúncias – como em 1850, quando é registrada a morte de quase 82% dos bebês internos antes de completarem um ano de vida –, a Roda continuou existindo, permanecendo como um local de perigo, risco de morte e abandono, o que nos faz questionar de que modo era assegurada às crianças a salvação de suas vidas, em tese, objetivo dessa “instituição”.

Aos sete anos de idade, as crianças não adotadas eram encaminhadas para outras instituições, surgindo, então, a demanda por novos abrigos e asilos de caridade, instituições filantrópicas, para acolher crianças mais velhas, advindas das Rodas ou que se encontravam nas ruas. Vemos aí a fatídica saga dessas crianças que, enjeitadas, passavam de um espaço a outro, o que reforçava, a nosso ver, a marca de que não prestavam, de que eram inúteis e desvalidas. A circulação em vários espaços institucionais ainda constitui – como referimos anteriormente – uma realidade das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas e que se deparam nesses espaços com normas de funcionamento e dinâmicas que lhe são próprias.

O Doutor Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1891), considerava que o descuido da infância comprometia não apenas o país, mas também a “raça humana”.

(...) O ‘asylo’, tal qual o concebiam os antigos, era uma casa na qual encafurnavam dezenas de crianças de 7 a 8 annos em diante nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrução quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de hygiene, muitas vezes atrophiadas pela falta de ar e de luz sufficientes, via de regra pessimamente alimentadas, sujeitas, não raro, à qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quaes o mais suave era o supplicio da fome e da sede, aberrando, pois, tudo isso dos princípios scientificos e sociaes que devem presidir a manutenção das casas de caridade, recolhimentos, patronatos, orphanatos, etc., sendo, consequentemente os asylos nessas condições instituições condemnaveis. (MONCORVO FILHO apud RIZZINI, 2008, p.112).

Diante da falta de investimento, muitas crianças e jovens, destituídos de um lugar, acabavam indo para as ruas e, nesse movimento, pareciam provocar um olhar face ao incômodo causado com a circulação deles nos espaços públicos. Ao irem para as ruas, recusavam a política, então vigente, de caridade e de recolhimento em espaços fechados.

⁵³ De acordo com Leite (2001, p.10), *exposto* é um adjetivo que define o que está à vista, aparente.

3.3.2. Fase Filantrópico-higienista

Essa fase é marcada, de acordo com Silva (1997), pela intensa imigração estrangeira para o Brasil⁵⁴, o que suscitou a criação de diversas sociedades científicas, voltadas, sobretudo, para o controle das doenças epidêmicas, assim como para a ordenação dos espaços públicos e coletivos – como escolas, hospitais, internatos e prisões. “Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o” (RIZZINI, 2008, p.24).

A criança passa a ser considerada como “chave para o futuro”, podendo, a depender dos cuidados que lhe sejam dispensados, tornar-se um “homem de bem” ou um “degenerado” – “um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos” (*Ibid*). O discurso do Senador Lopes Trovão, proferido em 1896, atesta essa preocupação: “*Temos uma patria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para emprender essa tarefa, que elemento mais dúctil e moldável a trabalhar do que a infancia?!...*” (apud RIZZINI, 2008, p.23).

Constrói-se uma categoria específica, a de menor⁵⁵, “[...] que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou ‘*em perigo de o ser*’; pervertida ou ‘*em perigo de o ser*’...” (RIZZINI, 2008, p.26). Que outra saída se fazia possível para essas crianças, situadas sempre num limite tênue entre o abandono e o perigo de o ser, a perversão e o perigo de o ser? Que atitudes dessas crianças e desses adolescentes escapavam ao imperativo que os definia como “desvalidos”, “almas potencialmente criminosas”? Da mesma forma, o que esperar dos “meninos de rua” que, hoje, reunidos em “pás de gente”, circulam pelas ruas sob as denominações de “trombadinhas”, “marginais”, “delinquentes”, “cheira-cola”? Deparamo-nos, conforme articulamos com a “fixidez” da carta roubada e com a existência de um “texto prévio”, com um “saber” antecipatório que encerra o sujeito numa posição – “menino de rua” – que o enclausura. Nesse sentido, Rizzini (2008, p.15) demonstra sua inquietação: “Fico a me perguntar sobre como tantas destas imagens ainda são presentes entre nós e por que não conseguimos fazer melhor”.

⁵⁴ A política de imigração, no período republicano – com a instauração de uma nova ordem política, calcada no enaltecimento do homem a partir de seu trabalho e daquilo que produz –, é decorrente do despreparo dos antigos escravos para o trabalho livre e da falta de interesse do poder público em investir nessa mão-de-obra. Intensificasse, assim, a classe dos pobres, com ênfase àqueles que, fora do mercado de trabalho, eram chamados de “vadios”, “ociosos” e “vagabundos”.

⁵⁵ Expressão cunhada pelos “homens de ciência” da República para se referir àqueles que se enquadrassem nas categorias de ‘abandonado’, ‘mendigo’, ‘explorado’, ‘infeliz’, ‘libertino’, ‘desocupado’, ‘vadio’, ‘delinquentes’ ou ‘vicioso’. (Leite, 2001, p.29).

Os “homens de ciência” (LEITE, 2001, p.21) consideravam que as crianças e os jovens pobres estavam destinados pela situação social a seguirem o caminho da “perdição”, da criminalidade, e, por isso, necessitavam ser “salvos”, transformados em adultos válidos para o país. Acreditavam que suas propostas de salvação – o recolhimento e a reclusão em instituições fechadas até os 18 anos de idade – contribuía para “[...] ‘moldar a infância pobre’, ‘resguardando-a’ dos maus exemplos de vida e ensinando virtudes como bondade, decência, decoro e moral de bons costumes” (*Ibid*, p.21).

Salvar a criança para transformar o Brasil constituía uma forma de defesa da própria sociedade, preocupada com o futuro da nação. Convém questionar quem era, de fato, o sujeito da ação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, considerados um perigo à sociedade. Recolhê-los em internatos implicava não apenas “protegê-los” dos perigos da rua, mas, sobretudo, tirá-los dos olhos da população, supô-los inexistentes, ocultar uma situação insustentável, uma realidade que aponta para o fracasso da população no “cuidado” com essas crianças e com esses adolescentes.

Quando recolhemos um pequeno ser atirado sosinho nas tumultuosas maretas dos refolhos sociais, victimas de paes indignos ou de taras profundas, não é elle que nós protegemos, são as pessoas honestas que defendemos; quando tentamos chamar ou fazer voltar á saúde physica ou moral seres decadentes e fracos, ameaçados pela contaminação do crime, é a própria sociedade que defendemos contra agressões das quais, para ella mesma, o abandono das crianças constitue uma ameaça ou um preságio. (MAGALHÃES, 1922 apud RIZZINI, 2008, p. 84).

Com o objetivo de “[...] corrigir condutas ‘irregulares’; precaver a sociedade contra ‘viciosos vadios’[...]” (LEITE, 2001, p.24), inaugura-se, em 1898, a Escola XV de Novembro, primeira instituição totalmente administrada pelo Estado, voltada para o atendimento aos “menores” que viviam nas ruas. Embora tenha idealizado uma proposta pedagógica inovadora e experimental, não se libertou das amarras da época, um modelo predominantemente jurídico-assistencial de atenção à infância em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade ao acesso de todos.

O aumento de crianças e jovens nas ruas era, cada vez mais, noticiado, como se observa no depoimento do chefe de polícia do Rio de Janeiro, em 1906.

Existem nesta capital, disseminados por todos os pontos, numerosos menores do sexo masculino que, sem amparo e proteção e sem recursos, portanto, que lhes proporcionem a subsistência, entregam-se à prática de delitos e vícios, sem que a essa situação possa remediar a Polícia ou os Juizes de Órfãos, porquanto, nem estes nem aquela dispõem de lugar apropriado onde sejam acolhidos, visto que se acha completa a lotação da Escola Correccional Quinze de Novembro. Assim, cumprindo à Polícia impedir que essas crianças continuem, por qualquer forma, a aprendizagem do crime, tanto mais quanto cabe-lhe garantir à sociedade o direito que esta tem a

sua segurança e tranqüilidade, torna-se necessária uma medida que impeça, quanto possível, a formação de futuros criminosos. Demais triste e deprimente é o espetáculo que, diariamente, essas crianças oferecem ao público, perambulando pelas ruas da cidade, roto o fato, esqualida a fisionomia, pedindo um níquel aqui, subtraindo um objeto acolá. (apud LEITE, 2001, p.28).

Vê-se, nesse depoimento, o objetivo da Polícia de impedir a aprendizagem do crime e a formação de futuros criminosos, o que, àquela época, limitava-se a “recolhê-los” das ruas, confinando-os em “estabelecimentos” sem que nenhum trabalho de intervenção se fizesse possível. Impedi-los de estar na rua implica, nesse contexto, armazená-los nos tão polemizados “depósitos de meninos”.

A proteção da infância abandonada e maltratada é fundamental entre os substitutivos penais, porque ela tem aplicação sobre milhares de indivíduos predispostos e impelidos ao crime. Ela equivale, na prevenção sanitária, ao uso de beber água fervida durante as epidemias de cólera ou de tifo, esterilizando os germes patogênicos. (MOTA apud LEITE, 2001, p.28).

Para esse mentor do Instituto Disciplinar de São Paulo, como as crianças só conheciam o crime no contato com os “vagabundos”, bêbados, assassinos e ladrões, em geral, nas ruas ou em suas famílias, fazia-se necessário segregá-los e regenerá-los até os 18 anos, quando voltariam ao convívio com os demais. Ou, conforme aponta Leite (2001, p.28), “como não se podia ferver meninos e meninas para ‘esterilizá-los’ da situação de desamparo social de que eram vítimas, então o internato seria, para ele, como um grande caldeirão, de onde os jovens pobres e internos deveriam sair aos 18 anos, ‘fervidos’ e ‘filtrados’, ou seja, ‘úteis e aproveitáveis’ ao país”.

3.3.3. Fase Assistencial

Nesta fase, dá-se a aprovação do primeiro Código de Menores⁵⁶, com a desativação da Casa dos Expostos e a criação do Juizado de Menores, configurando o Estado como o responsável legal pela tutela da criança órfã e abandonada. Reduz-se o abandono anônimo – em troca do qual é instituído o sigilo quanto às causas da exposição, do nascimento da criança e da condição de seus pais nas situações de abandono – e passa-se a oferecer à criança internada oportunidades de trabalho (SILVA, 1997, p.35).

Isso significou o fim das prerrogativas da sociedade civil sobre a criança em situação irregular e, conseqüentemente, o início da tutela do Estado que, amparado em suas

⁵⁶ A promulgação do Código de Menores visa consolidar as leis de assistência e proteção a menores de 18 anos, “abandonados ou delinqüentes”, propiciando-lhes um tratamento específico de proteção, fundamentado em normas próprias e diferentes das dispensadas aos adultos.

prerrogativas legais, instituiu o segredo de justiça, dando origem a uma geração de crianças que, por essa razão, chamo de legítimos filhos do Governo. (*Ibid*, p.69).

Embora a legislação caminhe, nesse período, num minucioso documento de 231 artigos, no sentido da proteção total à infância, o código não garantiu o fim das medidas coercitivas aos “desvalidos”, para os quais não se previa tratamento diferente ao que lhes vinha sendo dispensado ao longo da história. Uma lei, portanto, que nos plenos poderes atribuídos ao Estado, nas funções destinadas à Justiça, não assegura aquilo que deveria ser sua principal atribuição.

A “incompetência” e a “viciosidade” da família continuam determinando a segregação e a reclusão dos “menores” e dos “filhos do Governo” – expressão que nos aponta para uma outra, “É bom comer do Estado”. As famílias perdem, então, para o poder público a paternidade, cabendo ao Estado a tutela dos menores que, não diferentemente, são internados em instituições fechadas até os 18 anos de idade, a fim de que sejam corrigidos os comportamentos, bem como reparada a omissão da família e da sociedade.

A pesquisa realizada por Silva (1997), com 370 crianças órfãs e abandonadas que viveram em São Paulo sob a tutela do Estado durante o governo militar, aponta que um terço dessas crianças precocemente institucionalizadas se orientaram para uma carreira delinqüente; depois, parte significativa se tornou reincidente e multirreincidente, revelando para o autor a impropriedade das condições de atendimento a que foram submetidas. Destaca que, paradoxalmente, em 1927, quando diversos países ainda admitiam o castigo físico, a legislação brasileira se encaminhava no sentido da proteção total à infância.

Em nenhum momento, posteriormente, esse princípio foi removido da legislação pertinente ao menor, ainda que a prática institucional o violasse diuturnamente. O Brasil sempre se deparou com esta contradição: por um lado, adota posturas avançadas na legislação, acompanhando os principais avanços consagrados nos tratados e nas convenções internacionais, mas, por outro, essa mesma legislação avançada serve para mascarar e camuflar uma prática arcaica e discriminatória. (*Ibid*, p.71).

Na era Getúlio Vargas, o trabalho é tomado como forma de salvação da pobreza, e o governo federal passa a investir na escola primária como um dos pilares básicos de uma nação. Em 1940, é instituído o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), com o objetivo de organizar e normatizar os diversos internatos e instituições públicas que desenvolviam ações com os ‘menores’. Além de não cumprir a importante função para a qual havia sido criado, o SAM passa a ser conhecido como “internato de horrores” (LEITE, 2001, p.32).

3.3.4. Fase Institucional Pós-64

Em 1965, criam-se a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem), em nível federal, e a Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem), em nível estadual. Introduz-se a disciplina militar nos internatos e passa-se a encaminhar os ex-menores para o serviço militar e para o trabalho em órgãos públicos (SILVA, 1997).

Altoé (2004, p.52) chama atenção para a especificidade da proposta implícita no nome “Funabem”, que remete à ética do bem, destacando, como uma de suas conseqüências, o “[...] decidir pelo outro o que é bom ou não para ele; e isto implica um julgamento de valor que determina sobre o que leva a criança ou o jovem a entrar no circuito institucional”. Nesse sentido, a autora aponta que, sob pretexto de protegê-las, de distanciá-las de todo o mal que atingia seus pais, do ambiente das favelas e periferias pobres, as crianças eram confinadas em internatos-prisão e tinham suas histórias guardadas nos arquivos da administração. “[...] a criança vista como objeto, dessubjetivada, sem história e o atendimento institucional orientado em nome de se promover o bem dessas crianças” (*Ibid*, p.53).

Em 1979, é instituído o novo Código de Menores, que substitui leis anteriores, mas resgata as teorias dos “homens de ciência”, no que tange a salvar as crianças para salvar a nação. Para tanto, faz-se necessário detectar indícios de patologias sociais, o que implica considerar a periculosidade da pobreza; uma doença, portanto, a ser tratada. “O significado dessa doutrina era simples: alegando a proteção dos menores diante dos perigos a que estariam submetidos por força de sua origem social e econômica, autorizava qualquer policial a ‘recolhê-los’, quando estivessem ‘vagando’ em lugares públicos” (LEITE, 2001, p.37).

Submetidos a uma triagem na Delegacia de Menores, que visa à investigação da situação social e familiar, os jovens são minimamente rotulados de abandonados, carentes ou desassistidos. Esses rótulos, de certo modo, autorizam o Estado a retirar a criança ou o jovem do convívio familiar e social, o que acarreta a suspensão do pátrio poder e o internamento em “locais apropriados”, onde devem ficar até os 18 anos de idade, a fim de serem protegidos e ressocializados. “Com o passar das décadas a ‘preocupação social com o bem-estar da criança’ foi sendo deixada de lado e restaram apenas os internatos-prisões, que em nada contribuíram para solucionar o problema e agravaram a exclusão” (LEITE, 2001, p.33).

3.3.5. *Desinstitucionalização*

Nesta fase, a Constituição Federal estabelece dispositivos legais para inibir as arbitrariedades do Estado sobre o cidadão. No que tange aos direitos da criança e do adolescente, impõe a regulamentação do artigo 227 – mencionado anteriormente –, que resulta no Estatuto da Criança e do Adolescente⁵⁷, destinado à proteção não apenas da criança em situação de risco, mas de toda pessoa em fase de desenvolvimento até os 18 anos de idade.

Dentre os principais aspectos, destacam-se: a integração da criança na família, ainda que substituta; a participação da sociedade civil, através dos conselhos tutelares, da criação dos conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos da criança; a criação de estratégias de atendimento às crianças e adolescentes nos lugares por onde circulam, como a rua; a criação de ‘unidades de passagem’, sem as características de instituição total; a limitação da tutela ao Estado nos casos de conflito com a Lei; o incentivo às ações não governamentais (SILVA, 1997).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art. 4, Estatuto da Criança e do Adolescente).

Consideramos este artigo um resumo do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, face à proteção integral e especial que destina a toda criança e todo adolescente, aos quais é atribuída a condição de “sujeitos de direitos”, sem discriminação de nenhum tipo. Para Leite (2001, p.40), essa atribuição constitui a mais importante contribuição do Estatuto, na medida em que, da arbitrariedade com que se consideravam crianças e adolescentes em situação irregular – enclausurando-os em instituições fechadas sem direito à defesa – passa-se a falar em “sujeitos de direitos”.

Observa-se a tentativa de implicação de todos os atores sociais e sujeitos envolvidos, a fim de garantir os direitos fundamentais à criança e ao adolescente. Reportamo-nos à formulação de Chaves (2008), ao destacar a necessária integração que as vírgulas presentes neste artigo impõe. O que, durante toda a história, operava enquanto responsabilização da família pela “degeneração” de seus filhos, passa a ser tido como uma questão social – não mais uma questão de filantropia benemérita, higienização médica, assistencialismo ou

⁵⁷ Nossa proposta, aqui, não é problematizar o Estatuto, nem discutir o que vem sendo construído, alcançado e questionado em termos de políticas públicas no atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua. É certo que o Estatuto constitui um marco na formulação dessa política, bem como nos desdobramentos e avanços dele decorrentes.

segurança nacional. Uma questão social, portanto, a ser compartilhada e respondida em suas várias instâncias, pelos múltiplos fatores que compõem essa realidade.

A família, portanto, como parte do processo de inserção social de seus filhos, deve receber suporte para o fortalecimento dos vínculos com eles e dos vínculos deles com a comunidade ao seu redor. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária enfatiza que “a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais”.

Cuidar da família, incitar o poder público, mobilizar a sociedade, escutar o sujeito são aspectos importantes na tentativa de proteger a criança e o adolescente, conforme os direitos que lhes deveriam ser assegurados, pela condição de humano, e os direitos que são preconizados pela lei. Uma lei que aponta para a gritante realidade de exclusão em que vivem crianças e adolescentes em situação de rua.

Na posição de sujeitos excluídos, persistem as imagens a eles atribuídas, que, de um modo geral, carregam o sentido de repulsa, de “criança desvalida”, de marginalização, de relegação social, de periculosidade, de violência, de desnudamento, de descrédito em relação a qualquer tipo de intervenção, clínica ou institucional. Isso nos remete à fala do padrasto de uma criança: “O Governo agora deu pra querer fazer de bicho gente”. Essa fala ratifica, a nosso ver, a relevância de ouvir o que a história tem a nos dizer daquilo que se mantém enquanto traço na sociedade.

Nesse sentido, Marin (1998) questiona se as instituições que atendem adolescentes em situação de risco excluem e negam a violência produzida pela sociedade – reproduzindo, assim, um sistema de violência, que chama de violência branca – ou oferecem um espaço referencial e reorganizador para o jovem.

As instituições são criadas como suporte. Mas de quem? A serviço de quê? Quais seriam suas propostas? Seriam um espaço, não de confinamento, mas sim de continência, de referência para permitir um reposicionamento em relação ao social, como se propõem hoje? [...] Ou tratar-se-ia, na verdade, apenas de proteger a sociedade da violência? (*Ibid*, p.102).

Na articulação com o grafo do desejo, destacamos que o endereçamento passa, necessariamente, pelo lugar onde o sujeito é colocado, o lugar em que o sujeito é situado no campo do Outro. Nesse sentido, no breve percurso que fizemos e naquilo que deste percurso nos permite pensar elementos que perduram atualmente, podemos dizer que, entre o sujeito e a violência do Outro, não nos parece haver espaço de formulação de qualquer demanda. À

inexistência desse espaço acrescentamos, igualmente, a inexistência da possibilidade ao sujeito de lançar-se ao questionamento *Che vuoi?*, que lhe permitiria situar-se no desejo do Outro, não restando outra saída que não o aprisionamento a signos que se apresentam como imperativos da exclusão e da relegação social.

Tendo em vista as proposições de Aulagnier (1990), no que concerne ao movimento por parte do *infans* – aquele que não fala –, torna-se compreensível a inquietação de Rizzini no tocante ao silêncio das vozes das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, para os quais, muitas vezes, não é dado a falar. Retomamos, assim, a relação estabelecida por Frej (1997) com o impedimento, apontando para sujeitos "impedidos de ter deveres", sujeitos "impedidos de ter direitos", "impedidos de se submeter ao interdito imposto pelo Nome".

Questionamos, ainda, frente ao que destacamos sobre a instituição e sobre o que norteou o atendimento institucional em determinados períodos, se os "estabelecimentos" nos quais as crianças e os adolescentes eram "confinados" – e, às vezes, ainda o são – poderiam ser denominados como instituição, no sentido discutido acima.

Desse modo, consideramos que pensar a instituição nesse contexto nos incita a – a depender da posição em que ela se situe – destacar a possibilidade – condição, a nosso ver, fundamental para que um trabalho dessa ordem se dê – de olhar as crianças e os adolescentes em situação de rua enquanto sujeitos do desejo. Daí a construção e a sustentação de hipóteses, a escuta, portanto, àquilo que, enquanto grito, desvela um apelo, na tentativa de fazer daí advir a demanda. Assim, se no princípio era o Ato, o Ato permanece enquanto Ato da palavra que institui a Outra Cena.

Consideramos que foi com essa perspectiva que a instituição na qual se realizou a presente pesquisa teve origem em 2004, como primeira instituição do município de Olinda a oferecer um atendimento específico às crianças e aos adolescentes em situação de rua. Com essa perspectiva é que nos foi possível, por exemplo, na escuta da expressão “*Vê se me desimbaça*”, autenticá-la como demanda. É com essa perspectiva que nos propomos, então, a partir dessa expressão, discutir o esquema óptico, nele situando o olhar da instituição, bem como a posição das crianças e dos adolescentes, para, em seguida, na leitura dos casos clínicos, indagar acerca da demanda que é endereçada por esses sujeitos à instituição.

CAPÍTULO IV

“VÊ SE ME DESIMBAÇA”...

Era mais um dia de grupo operativo. Como de costume, a resistência de alguns em participar desse espaço em que, a nosso ver, os adolescentes são convocados a falar. Luís, mais uma vez, tumultua o grupo e, irritado, sai da sala, passando a derrubar objetos lá fora. Faz xingamentos à instituição e, diante do movimento destrutivo em que se encontra, algumas intervenções são feitas, até que, num dado momento, pára, consegue, enfim, endereçar um olhar para quem intervinha junto a ele e enuncia: “Vê se me desimbaça!” Ao dizer isso, Luís encontra-se visivelmente acalmado e vê-se cessada, naquele momento, sua destrutividade.

Conforme destacamos no início deste trabalho, a expressão “vê se me desimbaça” surge como desdobramento de uma outra, “tá imbaçado”, a qual foi abordada em nosso estudo anterior (BARROS, 2006) e que pretendemos retomar a fim de aprofundar a análise.

Na língua portuguesa, o termo “embaçado” possui diversos significados: que se embaçou, sem brilho, embaciado; sem cor, pálido de susto ou medo; tomado de assombro, perplexo, estupefato; enganado, iludido. Enquanto verbo, embaçar quer dizer: tornar(-se) baço; fazer perder ou perder o brilho, tirar prestígio a, obscurecer(-se), ofuscar(-se); deixar ou ficar mudo, perplexo; iludir(-se), burlar (-se), enganar(-se); não ir por diante, fazer perder ou perder a força, o impulso, a velocidade, deter(-se), parar, estacar (Dicionários de HOUAISS e de MICHAELIS, disponíveis no *site* www.uol.com.br; FERREIRA, A.B.).

No contexto ora em enfoque, consideramos, conforme o fizemos no estudo acima citado, que o ofuscamento configura a situação de embaçamento dessas crianças e desses adolescentes ao enunciarem “tá imbaçado”. O verbo ofuscar possui as seguintes denotações: “impedir de ver ou de ser visto; encobrir; ocultar; obscurecer; deslumbrar; turvar a vista a; toldar; esconder, empanar; fazer diminuir de intensidade; desprestigiar; fazer esquecer; apagar-se; perder o brilho, o prestígio, o valor; obscurecer-se” (*Ibid*).

“Tá imbaçado” parecia-nos ser da ordem de uma denúncia, de uma constatação, daquilo que não é dado a ver, que é impedido de ser visto, obscurecido, encoberto. Acrescentamos o que relatamos a respeito de um atendimento com Mário, em que, a partir do desenho de uma televisão, diz: “Tá chiando. Não escolhemos o canal direito”, e acrescenta no outro dia: “Depois, quero fazer outro telão, pra ele deixar de chiar”.

Questionávamos, nesse sentido, qual o sentido dessa “denúncia” – o que nos faz evocar o que foi discutido sobre o teor de denúncia da “carta roubada”, bem como o que a

partir dela articulamos com o pacto social –, na medida em que tudo é dado a ver de uma forma desmedida e concreta – a violência, o sexo, a condição de miséria. Além de um desnudamento intenso, a sobrevivência na rua impõe um aguçamento da visão e é perpassada por um excesso de estímulos visuais – e sonoros. Numa analogia com a imaturidade do bebê, pode-se constatar, ao mesmo tempo, que o excesso de estímulos acarreta um desconforto, uma intrusão no organismo desse ser em constituição, incapaz ainda de uma visão nítida do mundo que o cerca.

Apontávamos, a partir da expressão utilizada, “um comprometimento e uma carência no olhar” endereçado a essas crianças e a esses adolescentes, o que nos fazia pensar “uma dimensão escópica turva, de modo que a realidade não se lhes é apresentada em outras perspectivas”, senão através do universo real e cru da violência, que tenderá, portanto, a ser reproduzida (BARROS, 2006, p.37).

Importante destacar, neste momento, que, ao falarmos em “dimensão escópica turva”, estamos tomando como metáfora uma expressão própria da visão, do olho em si, para simbolizar aquilo que se passa na dimensão do olhar. De acordo com Lacan (1985b, p.85), a visão ordena a função das imagens – uma função que se define por uma correspondência ponto a ponto de duas unidades no espaço – e é a partir dela que se esboça o olhar, em sua função pulsátil, inscrito no registro da pulsão escópica, portanto, integrado ao campo do desejo. “O conceito de pulsão escópica permitiu à psicanálise restabelecer uma função de atividade para o olho não mais como fonte da visão, mas como fonte de libido [...] Lá onde estava a visão, Freud descobre a pulsão” (QUINET, 2004, p.10).

No estudo das pulsões, Freud (1996:1915) destaca o olhar no par de opostos escopofilia-exibicionismo, num movimento em que o retorno em direção ao eu do indivíduo e a transformação da atividade em passividade – vicissitudes da pulsão – convergem ou coincidem. É a partir dessas vicissitudes que se pode apreender o dinamismo da pulsão escópica, na alternância e possível ambivalência entre a finalidade ativa *olhar* e a finalidade passiva *ser olhado*.

A pulsão escopofílica é descrita num processo, composto por fases que coexistem lado a lado e que são precedidas de uma fase auto-erótica, em que o sujeito toma parte do próprio corpo como objeto: (a) o olhar como uma atividade dirigida para um objeto estranho; (b) o desistir do objeto e dirigir a pulsão escopofílica para uma parte do próprio corpo do sujeito, demarcando a finalidade de ser olhado; e (c) a introdução de um novo sujeito (um agente) diante do qual a pessoa se exhibe a fim de ser olhada por ele.

De acordo com Nasio (1995, p.60), Lacan propõe repensar os três tempos verbais propostos por Freud (o tempo reflexivo, olhar-se; o tempo ativo, olhar; e o tempo passivo, ser olhado), substituindo-os por um único tempo verbal que resume a pulsão escópica, o fazer-se olhar. “No fazer-se olhar, não se trata de ativo-passivo. O sujeito, que de uma posição passiva passa a ser ativo o bastante para ser olhado, é ativo no ‘fazer-se’, e é, por ser olhado pelo Outro, objeto passivo”. De acordo com Quinet (2004, p.70), “no âmbito escópico do desejo, o sujeito se dá-a-ver para o Outro, se oferece em exibição ao Outro do desejo, se mostra ao desejo do Outro”, num movimento que configura o circuito pulsional.

Em referência ao movimento do sujeito em fazer-se olhar, retomamos situações apontadas no estudo anterior que nos parecem, em determinadas ocasiões, configurar o movimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Destacamos, então, a dificuldade de endereçar o olhar – em momentos de fala – em contraposição à necessidade de endereçá-lo – sobretudo em situações em que o olhar do outro é fígado como que na tentativa de intimidá-lo, ou, por exemplo, quando, ao cheirarem cola, parecem insistir em “submeter o outro a uma visão de extremo gozo e de destruição do sujeito” (BARROS, 2006, p.36). Mencionamos, ainda, o alto nível de desconforto e de agressão em que se encontram ao serem olhados pelas costas – situação em que o olhar do outro os alcança sem que tenham acesso, em seu campo visual, àquele que olha – ou, em outras situações, a ansiedade e o desejo de serem vistos quando da intervenção de algum representante da Lei.

Refletimos, por ora, a forma como os adolescentes se oferecem ao olhar do Outro⁵⁸, convocando-o a presenciar aquilo que é da ordem do destrutivo. Se, por um lado, o roubo é realizado no anonimato – fora do campo visual de quem quer que seja –, a destruição, por sua vez, parece só ter sentido se permeada – e, talvez, sustentada – por esse olhar, o que nos permite remeter ao que consideramos constituir-se enquanto apelo. Algo que nos parece com o que Lacan (1985b, p.99) fala sobre a relação do pintor com sua obra e, sobretudo, com aquele que a aprecia.

O pintor, àquele que deverá estar diante do seu quadro, oferece algo que em toda parte, pelo menos, da pintura, poderia resumir-se assim – *Queres olhar? Pois bem, veja então isso!* Ele oferece algo como pastagem para o olho, mas convida aquele a quem o quadro é apresentado a depor ali seu olhar, como se depõem as armas.

Na referência ao texto de Merleau-Ponty, “*O Visível e o Invisível*”, em que destaca não apenas o olho do sujeito, mas toda sua espera, seu movimento, sua tomada, sua emoção

⁵⁸ Apontamos, aqui, o Outro enquanto lugar ocupado pela instituição.

muscular e também visceral, Lacan (1985b, p.73) aponta o olho como metáfora do que chama “empuxo daquele que vê – algo de anterior ao seu olho [...] é a preexistência de um olhar – eu só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte”. Seres olhados no espetáculo do mundo conforme sugere Merleau-Ponty (apud LACAN, 1985b, p.76).

Voltamos, aqui, a questionar, na tentativa de melhor apreender o sentido da expressão “*vê se me desimbaça*”, de que lugar essas crianças e esses adolescentes em situação de rua são olhados no “espetáculo do mundo”, assim como no quadro que pintam para que o Outro veja. Indagamos, ainda, em que ponto do esquema óptico o sujeito é situado, de modo a ter uma “visão embaçada”.

4.1. A POSIÇÃO DO SUJEITO NO ESQUEMA ÓPTICO

Na formulação do esquema óptico⁵⁹, Lacan recorre a Freud que, na tentativa de compreender a localização psíquica em meio às funções anímicas – em seu trabalho sobre a interpretação dos sonhos –, faz uma analogia com um microscópio composto, um aparelho fotográfico ou algo desse tipo.

Com base nisso, a localização psíquica corresponderá a um ponto no interior do aparelho em que se produz um dos estágios preliminares da imagem. No microscópio e no telescópio, como sabemos, estes ocorrem, em parte, em pontos ideais, em regiões em que não se situa nenhum componente tangível do aparelho. (FREUD, 1996:1900, p.567).

A partir da articulação com a óptica, Lacan se propõe, então, a inserir a tópica subjetiva na interação das instâncias do *Eu ideal* e do *Ideal do eu*, a partir da intrincação do Imaginário, do Simbólico e do Real, no próprio terreno do *corpus* freudiano (DOR, 1995, p.32). Lacan (1981, p.93) destaca como hipótese estrutural fundamental da óptica a condição de que “[...] a todo ponto dado no espaço real, corresponda um ponto e só um num outro espaço, que é o espaço imaginário”. Tomando essa hipótese como base, destaca a diversidade das imagens ópticas, algumas das quais são puramente subjetivas, o que o leva a ressaltar o quanto a dimensão simbólica incide na manifestação de um fenômeno.

⁵⁹ Destacamos, aqui, que abordaremos o esquema óptico a partir das formulações lacanianas do Seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud*, posto que, no Seminário sobre a *Angústia*, Lacan retoma o esquema óptico e faz novas formulações a respeito.

Antes de prosseguirmos, consideramos relevante situar, no campo da Física, alguns conceitos da óptica, sem os quais se tornaria opaca a articulação que Lacan se propõe a fazer na leitura do esquema óptico.⁶⁰

De acordo com Bonjorno (2003, p.141), o sistema óptico é qualquer superfície ou conjunto de superfícies sucessivamente atingidas pela luz, como espelhos, lentes, olho humano⁶¹. O raio de luz é toda linha que representa geometricamente a direção e o sentido da propagação da luz. Na relação dos raios luminosos com a superfície, distinguem-se o ponto objeto – ponto de onde saem os raios de luz em direção ao espelho, determinado pelo cruzamento dos raios incidentes – e o ponto imagem – ponto em que os raios convergem, formando a imagem, determinado pelo cruzamento dos raios emergentes. Esses pontos podem ser, conforme veremos, reais ou virtuais. Diante do retorno de um feixe luminoso para o meio do qual é proveniente ao atingir uma superfície, tem-se a reflexão, a partir da qual o espelho forma imagens.

Para Dor (1995, p.36), o que interessa a Lacan, no universo da ótica, é a combinatória recíproca das “imagens” e dos “objetos” acerca da posição do sujeito; posição que ele situa na leitura que faz de um experimento clássico da Física, a experiência do “buquê invertido” de Bouasse – descrita em *L’Optique et photométrie dites géométriques* (apud LACAN, 1998e, p.679). Na opinião de Lacan (1981, p.95), esse esquema permite ilustrar de uma forma simples o que resulta da intrincação estreita do mundo imaginário e do mundo real na economia psíquica. “Trata-se de ver aparecer, sob certas condições, um buquê de flores num vaso real que não o contém de fato, como se pode verificar saindo do campo onde a ilusão se produz” (DARMON, 1994, p.91).

Essa ilusão decorre da utilização, no esquema, de um espelho esférico côncavo, definido na Física como qualquer superfície ou calota esférica espelhada em que a parte interna da superfície é a refletora (GASPAR, 2002, p.125). O ponto imagem só será visto se o observador estiver no campo do espelho. “[...] ao contrário dos espelhos planos, para os espelhos esféricos, a cada posição do observador o ponto imagem tem uma posição diferente” (*Ibid*, p.126). No que tange à posição do objeto, se ele for situado, conforme destaca Lacan (1998e, p.679), no ponto do centro de curvatura do espelho, a imagem daí decorrente será

⁶⁰ Utilizaremos, para esse fim, dois livros didáticos de Física, Bonjorno (2003) e Gaspar (2002).

⁶¹ Para efeito de compreensão e análise do esquema óptico, limitar-nos-emos, aqui, à superfície do espelho. Abordaremos algumas especificidades dos espelhos plano e côncavo, na medida em que são estes os utilizados por Lacan na construção do esquema óptico.

simétrica e real. É com essa posição que é construído o experimento de Bouasse, ilustrado e descrito a seguir.

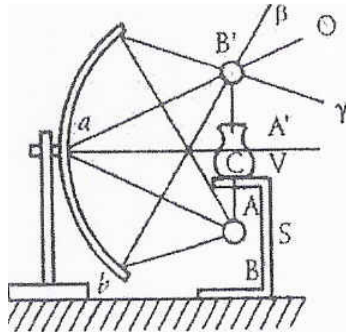


Figura 2. Esquema óptico de Bouasse
Fonte: Chemama, 2007, p.125

Diante de um espelho côncavo, coloca-se uma caixa oca no centro da semi-esfera. Dentro da caixa, há um buquê de flores e em cima dela um vaso. Das flores – objeto real – emanam raios luminosos que se refletem sobre a superfície do espelho e convergem em um ponto simétrico em relação ao centro de curvatura, constituindo, assim, a imagem real do buquê, a qual “[...] se realiza nitidamente, a despeito de uma certa deformação que a forma irregular do objeto deve tornar bastante tolerável” (LACAN, 1998e, p.680). A ilusão das flores dentro do vaso só ocorre se o olho do observador posicionar-se num ponto estratégico, ou seja, no interior do cone B' . Assim, para que se constitua, diante do olho, um mundo em que o imaginário pode incluir o real e em que o real, igualmente, pode incluir e situar o imaginário, é preciso que o olho esteja situado em um campo determinado, num lugar preciso.

Um outro conceito relevante na Física é o de ângulo visual, formado a partir dos raios que emanam de cada extremidade do objeto, delimitando, assim, o campo visual do observador. Quanto maior a distância em relação ao objeto, maior será o campo visual (GASPAR, 2002, p.96).

Assim, a imagem será tão mais nitidamente situada em sua posição e a ilusão completa quanto maior for sua distância do olho, desde que a imagem não vacile em demasia com o deslocamento (LACAN, 1998e, p.680). “[...] vocês terão uma impressão de realidade, sem deixarem de sentir que alguma coisa é estranha, borrada, porque os raios não se cruzam muito bem”. (LACAN, 1981, p.95). A esse respeito, Bonjorno (2003, p.161), partindo dos estudos de Gauss, destaca que a imagem de um objeto, formada por um espelho esférico, não é nítida, pois a cada ponto do objeto correspondem vários pontos imagens.

No intuito de formar a imagem das relações intra-subjetivas e situar a função do outro na dupla incidência do imaginário e do simbólico, Lacan introduz modificações no esquema de Bouasse, transformando-o no fenômeno do vaso invertido. O vaso passa a ocupar o lugar do buquê que agora é posicionado em cima da caixa. O vaso será, então, reproduzido, pelo jogo de reflexão dos raios, sob o modo de uma imagem real. Se o olho permanece na mesma posição em que estivera antes, verá o vaso, enquanto imagem real, envolver o buquê, dando-lhe estilo e unidade, reflexo da unidade do corpo (LACAN, 1981, p.146). Para Lacan, a depender das várias posições que o olho – enquanto símbolo do sujeito – assumir, faz-se possível compreender as diferentes posições do sujeito em relação à realidade.

Para que o olho tenha a ilusão do vaso invertido em condições ótimas, Lacan completa o dispositivo com um espelho plano, atrás do qual introduz um espaço imaginário, lugar das imagens virtuais. De acordo com Gaspar (2002), o espelho plano é um sistema estigmático, no sentido de fazer corresponder sempre a um objeto uma imagem pontual. A imagem de um espelho plano é virtual e simétrica ao objeto real, ou seja, formada pelos prolongamentos dos raios refletidos pelo espelho. “A imagem não é produzida, fornecida, criada, gerada etc. pelo espelho. A imagem existe porque existe o objeto e existe o espelho. E o espelho conjuga um com o outro” (*Ibid*, p.105). Pensamos, desse modo, que, em certas circunstâncias, o objeto também pode fazer algo com a própria imagem, questão sobre a qual discorreremos mais adiante.

No novo esquema, o olho deverá situar-se na borda do aparelho esférico e, ao direcionar o olhar àquilo que o espelho plano refletirá, buscará realizar sua ilusão na imagem virtual que este dará da imagem real, conforme ilustra a figura.

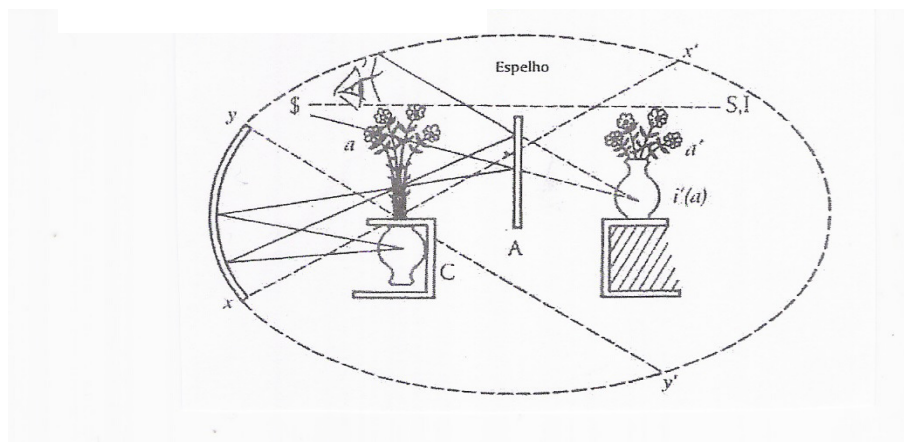


Figura 3: Esquema óptico de Lacan
Fonte: Chemama, 2007, p.125.

Nessa nova disposição, o jogo das imagens e dos objetos se inverte. O sujeito agora só poderá ver a imagem real $i(a)$ do vaso contendo as flores sob a forma de imagem virtual $i'(a)$, por intermédio do espelho plano A – lugar do Grande Outro. Isso somente se faz possível porque, através do espelho plano, o sujeito é substituído por um sujeito virtual (LACAN, 1981, p.164) situado além do espelho – lá onde ele não está –, no interior do cone, que delimita a possibilidade da ilusão. O sujeito realiza, então, a ilusão no campo virtual que um espelho plano pode produzir da imagem real, inacessível ao sujeito, em sua nova posição.

Vê-se, através desse esquema, que o sujeito virtual se situa inicialmente fora do sujeito, do outro lado do espelho, o que aponta para a impotência primitiva do ser humano.

O ser humano não vê sua forma realizada, total, a miragem de si mesmo, a não ser fora de si [...] Aquilo que o sujeito, que existe, vê no espelho, é uma imagem, nítida ou bastante fragmentada, inconsistente, descompletada. Isso depende de sua posição em relação à imagem real. Muito nas bordas, vê-se mal. Tudo depende da incidência particular do espelho. É só no cone que se pode ter uma imagem nítida. (LACAN, 1981, p.164).

Na interpretação metafórica que faz do esquema óptico, Lacan considera o vaso como o invólucro que representa o corpo libidinal em sua realidade. As flores, enquanto objetos reais, metaforizam a dispersão dos objetos de desejo que não realizam um conjunto senão sob a forma do buquê, quando reunidos na imagem real do vaso $i(a)$, a qual o sujeito não apreende senão no estado de imagem virtual $i'(a)$, ou seja, em sua imagem especular.

Lacan remete esse modelo ao estádio do espelho, à medida que visualiza a relação especular e seu enodamento com a relação simbólica. Segundo Crespin (2004, p.37), a experiência de Bouasse constitui, para Lacan, um modelo analógico do modo como a imagem especular do sujeito vai se constituir e, ao se modificar o esquema, torna-se possível representar o estádio do espelho, “[...] momento fundador em que a antecipação sobre a imaturidade motora conduz à constituição da imagem do corpo” (*Ibid*, p.34).

O estádio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental.(LACAN, 1998e, p.100).

De uma imagem despedaçada e fragmentada do corpo, dá-se, numa espécie de “exercício triunfante” (LACAN, 1981, p.172) – a depender, como vimos, da posição do sujeito diante do espelho –, a aquisição progressiva da imagem corporal, a apreensão do corpo

enquanto totalidade, unidade narcísica. Configura-se, assim, um processo identificatório, a partir da imagem do outro, que conduz o sujeito à ascensão do campo imaginário ao campo simbólico, portanto, ao campo da linguagem e do desejo. “[...] o sujeito toma consciência do seu desejo no outro, por intermédio da imagem do outro que lhe dá a fantasia do seu próprio domínio” (LACAN, 1981, p.182).

O sujeito só pode, então, aceder à imagem real por meio de sua imagem especular, através de uma alienação fundamental com relação ao pequeno outro, em que se situa a captura narcísica do *Eu-Ideal*. Ao mesmo tempo, como vimos no esquema, a captura narcísica e a relação imaginária só se dão na dependência do olho em relação ao Grande Outro, nesse sentido, presente até mesmo na relação especular: “[...] no gesto pelo qual a criança diante do espelho, voltando-se para aquele que a segura, apela com o olhar para o testemunho que decanta, por confirmá-lo, o reconhecimento da imagem, da assunção jubilatória em que por certo *ela já estava*” (LACAN, 1998e, p.685).

É na dependência do Outro, em meio a suas marcas, insígnias e traços significantes, que se constitui no interior do cone simbólico o *Ideal do eu*, apontado por Lacan (1998e, p.684) como uma formação que surge nesse lugar. Assim, para que haja o reconhecimento e a identificação do eu com a imagem, é preciso que haja uma instância simbólica, o ideal do eu, responsável pela organização e coerência dessa realidade psíquica, designando as representações culturais, sociais e os imperativos éticos.

Vê-se, portanto, uma passagem do eu especular para o eu social, ligando o sujeito, conforme aponta Lacan (1998e, p.101), a situações socialmente elaboradas, “[...] momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro, constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem [...]”, o que é perpassado por uma intermediação cultural, possível a partir do reconhecimento, conforme vimos, de um elemento terceiro, o Nome-do-Pai, sem a qual o sujeito ficaria fixado ao imaginário, não sendo possível nenhuma relação intersubjetiva.

“Superpõe-se ao espaço imaginário, atrás do espelho, o lugar simbólico do Outro, atrás do muro da linguagem, que corresponde, no modelo, ao espaço real, no qual encontramos o cone $x'y$ ” (DARMON in CHEMAMA, 2007, p.126).

É nesse sentido que Dor (1995, p.43) considera que a consistência da ilusão depende da posição do sujeito perante a imagem real, mas, sobretudo, da inclinação do espelho, que comanda a qualidade da imagem, ou seja, do Outro, dado que o próprio posicionamento do olho no campo virtual dependerá da posição do espelho plano.

Vê-se, portanto, que a ilusão do vaso invertido – ou, na analogia utilizada por Lacan, o corpo enquanto continência para seus objetos, desejos, instintos –, o acesso do sujeito ao imaginário depende de sua situação no mundo simbólico, o que implica, utilizando-nos da física, de um posicionamento ideal do olho e do espelho plano.

Ao movimento do espelho plano, aponta-nos Gaspar (2002, p.111), corresponde o movimento também das imagens, numa proporção em que a um distanciamento x , a imagem se deslocará $2x$, o mesmo ocorrendo para uma inclinação – rotação – do espelho.

Retomamos, aqui, o conceito de campo visual e questionamos, no caso de uma aproximação do espelho, se o campo visual não se encontra aí bastante reduzido, aproximando-se do que Bonjorno (2003, p.137) destaca como o “limite da acuidade visual”. Além de uma limitação da imagem, haveria, a nosso ver, um comprometimento na nitidez que o espelho plano proporciona, o que permite indagar se uma “colagem”, sem o distanciamento necessário, do espelho plano – do Outro – ao sujeito não acarretaria uma visão, poder-se-ia dizer, “embaçada”.

Lacan (1981, p.164) supõe que a inclinação do espelho plano é comandada pela voz do Outro; assim, pode-se dizer que é a relação simbólica que determina a posição do sujeito como aquele que vê. “É a palavra, a função simbólica que define o maior ou menor grau de perfeição, de completude, de aproximação, do imaginário” (*Ibid*, p.165).

Assim, dependendo da inclinação do espelho plano, da voz enunciada pelo Outro, poder-se-á ver mais ou menos perfeitamente a imagem. Havendo uma determinada inclinação do espelho, tem-se um posicionamento em que os objetos podem sair do campo ou em que se vê muito mal a imagem no espelho, o que representa a difícil acomodação do imaginário no homem (LACAN, 1981, p.164).

Desse modo, o acesso do sujeito ao imaginário depende de sua situação no mundo simbólico – no mundo da palavra –, das ligações simbólicas e das trocas dos símbolos entre os seres humanos, que se definem socialmente por intermédio da lei. Para Lacan (*Ibid*, p.166), é o ideal do eu que, em se situando para além do imaginário, no nível do plano simbólico, viabiliza a troca verbal entre os seres humanos, permitindo nessa troca identificar o sujeito. “Em outras palavras, a regulação da estruturação imaginária efetua-se por intermédio do registro simbólico, ou seja, aqui, pelo jogo do *Ideal do eu* metaforizado pela inclinação do espelho” (DOR, 1995, p.43).

Nesse sentido, é o lugar do sujeito no mundo da palavra – incluindo aqui suas relações de parentesco, seu nome etc. (DARMON, 1994, p.92) – o que determina se ele se situa no interior do cone simbólico ou não.

Se estiver no exterior do cone, já não verá o que é imaginário, pela simples razão de que nada do cone de emissão virá bater nele. Verá as coisas no seu estado real, inteiramente nu, quer dizer, o interior do mecanismo, e um pobre vaso vazio, ou flores isoladas, segundo os casos. (LACAN, 1981, p.97).

Em referência ao caso Dick, apresentado por Melanie Klein, Lacan (1981) traz uma leitura que nos é bastante fecunda, ao articular a posição do olho no esquema óptico ao apelo. Para ele, essa criança não faz qualquer apelo, situando-a fora do cone simbólico. Apesar de possuir certos elementos do mundo simbólico, de possuir o sistema da linguagem, Lacan considera que ele é interrompido, no nível da palavra, ou seja, “a palavra não chegou a ele. A linguagem não envolveu o seu sistema imaginário [...] Para ele, o real e o imaginário são equivalentes”. (1981, p.102). Perguntamo-nos, a partir do que discutimos sobre o transitivismo, se, para ele, a palavra não chegou pelo fato de não ter sido feita nenhuma hipótese a seu respeito.

A intervenção de Klein, num primeiro momento, se deu no sentido de introduzir a verbalização. “Ela simbolizou uma relação efetiva, a de um ser, nomeado, com um outro”, donde surge o primeiro “apelo falado” (LACAN, 1981, p.103), na medida em que permitiu à criança simbolizar a realidade em sua volta, determinando uma posição inicial a partir da qual o sujeito pôde fazer agir o imaginário e o real e conquistar o seu desenvolvimento – dado que este só ocorre quando da integração do sujeito ao sistema simbólico (*Ibid*, p.104).

É desses encontros que o mundo exterior – real, humanizado, simbolizado – poderá se produzir. “Essas posições são da mesma ordem do que aquelas que, no meu esquema, fazem depender tal estruturação da situação de tal posição do olho” (*Ibid*, p.105).

Ao discorrer acerca do “apelo falado”, Lacan (1981, p.101) pontua uma distinção em relação aos possíveis apelos realizados por animais domésticos, na medida em que “ao apelo humano está reservado um desenvolvimento posterior, mais rico, porque se reproduz justamente num ser que já adquiriu o nível da linguagem”. Retomamos, nesse sentido, as considerações que fizemos sobre o apelo – humano – como “essencial à palavra” (LACAN, 1995, p.185), uma introdução, a partir do jogo da presença-ausência, “totalmente engajada na ordem simbólica, à palavra” (*Ibid*, p.186). Isso nos faz considerar que “vê se me desimibaça”, ao convocar o Outro através da palavra – diferentemente da forma como muitos outros apelos são endereçados, por meio da destrutividade –, situa-se no que consideramos a articulação e a

conjunção do apelo com a demanda; o apelo, portanto, como um suporte para a possibilidade da demanda.

É-nos de grande relevância, na articulação com nosso objeto de estudo, quando, a partir do caso Dick, Lacan (1981, p.105) considera a possibilidade de um sujeito dispor de todos os elementos da linguagem, que lhe permitem estruturar o seu mundo, mas não encontrar meios de dar a esse conjunto o menor desenvolvimento. Tratar-se-ia, a partir da posição de Klein, destacada por Lacan, de um ego que, ao ser desenvolvido de maneira muito precoce, acarretou uma relação excessivamente real à realidade, dada a inviabilidade de o imaginário se introduzir – o ego, nesse caso, pararia o desenvolvimento. “Isso quer dizer simplesmente que o ego não pode ser utilizado de forma válida como aparelho na estruturação desse mundo exterior. Por uma simples razão – por causa da má posição do olho, o ego não aparece, pura e simplesmente” (LACAN, 1981, p.106).

Consideramos possível reportar essa leitura para a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, naquilo que discutimos sobre o traumatismo apresentado por Bergès e Balbo (2002). Questionamos, ainda, em referência ao esquema óptico, sobre o lugar a partir do qual são olhados e que imagem lhes é possível adquirir – uma imagem despedaçada, fora do cone simbólico, sem a continência do vaso?

Na leitura do experimento de Bouasse (apud LACAN, 1998e, p.679) e do esquema que a partir dele Lacan se propõe a fazer, importantes analogias nos pareceram possíveis, portanto, na tentativa de apreender essa posição das crianças e dos adolescentes, bem como da posição da instituição para intervir perante os mesmos.

Entretanto, um aspecto nos chamou atenção nessas leituras. Conforme vimos, Bouasse (*Ibid*) destaca, na construção de seu esquema, a posição do olho, a partir da posição sempre estática da caixa, do vaso e do buquê de flores. As variantes que daí decorrem parecem-nos advir apenas dos muitos lugares que o olho pode ocupar diante do objeto e do espelho esférico. Lacan, além da posição do olho e do espelho esférico, introduz um elemento de grande relevância, que é o espelho plano, enquanto lugar do Grande Outro. Considera, portanto, a dependência, inclusive da posição do olho, em relação à inclinação do espelho plano.

Ao levantarmos o questionamento acerca da posição dos adolescentes e da instituição, propomos situar os primeiros na posição do olho – enquanto símbolo do sujeito – e a instituição – poderíamos acrescentar também a sociedade, a família, o Estado – no lugar do espelho plano, porque é a inclinação desse espelho que permitirá situá-los dentro do cone

simbólico ou não, conforme discutimos acima. Mas propomos, também, questionar, a partir de uma analogia que nos parece possível, as várias posições que o vaso poderá ocupar diante do olho e do espelho plano, o que nos faz questionar a posição do corpo dessas crianças e desses adolescentes diante do olho – instituição, família, sociedade, Estado – que lhes endereça um olhar.

Recorremos, mais uma vez, à Física e constatamos que, a depender da posição do objeto diante do espelho esférico, sua imagem dar-se-á de formas bastante peculiares (BONJORNIO, 2003, p.163). Para efeitos de ilustração e problematização, destacamos, por exemplo, que, se o objeto situar-se além do centro de curvatura do espelho, ter-se-á uma imagem real, invertida e menor que o objeto; se entre o centro e o foco, a imagem será real, invertida e maior; quando o objeto se situa sobre o foco principal, a imagem é imprópria, pois ela só se formaria no infinito, já que os raios refletidos são paralelos; ao colocar o objeto entre o foco e o vértice (já muito próximo ao espelho), a imagem é virtual, direita e maior. Somente, portanto, ao situar-se no centro de curvatura, teremos uma imagem real, invertida e igual, conforme aponta Lacan em todo o seu esquema óptico.

Constatamos, então, nessa analogia, que o vaso pode se mover e, a depender da posição que ocupe, poderá “determinar” a visão do olho. Dito de outro modo, a depender do movimento do vaso, ele colocará o olho do sujeito em determinado lugar. Assim, pensamos que tanto o vaso como o olho têm influência na forma como a imagem será apreendida. Assim pensamos que, se, de um lado, as crianças e os adolescentes em situação de rua precisam, sim, ser implicados em seus atos – confirmando ou não o lugar de “trombadinha”, “meninos de rua” a eles designado –, por outro lado, a depender da posição em que a instituição se situe, ela dará movimento ao vaso inserindo-os no cone simbólico e possibilitando, assim, a apreensão deles enquanto sujeitos, para além das contingências da vida nas ruas.

A partir do que aqui foi discutido, propomos a leitura dos casos que se seguem, na tentativa de neles entrever os apelos e as demandas endereçadas por crianças e adolescentes em situação de rua à instituição.

4.2. RELATOS DE CASOS CLÍNICOS: UMA TENTATIVA DE INSCRIÇÃO

4.2.1. João

João chega à instituição aos 14 anos de idade⁶², acompanhado de um outro adolescente, temido pelos relatos de violência e pelo seu forte envolvimento com o tráfico. No primeiro dia, João já apresenta um comportamento bastante agressivo e transgressor, envolvendo-se em brigas e conflitos com outros adolescentes. Chama atenção tanto o lugar de confronto de onde João se apresenta, como a condição imposta pela instituição de que sua permanência somente se daria a partir do comparecimento de um responsável – condição que nunca ocorrera antes, mas que adquire um sentido, no decorrer do acompanhamento, como uma tentativa de filiação para João.

Durante a triagem, realizada juntamente com seu pai biológico, vê-se o medo que este, um senhor de 72 anos, tem de seu filho, o qual fala com muita frieza dos delitos já praticados, discurso não muito comum quando da chegada à instituição. Diz ter uma vivência de rua de mais de cinco anos, onde rouba e faz uso de cola, álcool, maconha, cigarro, cocaína e crack. João dorme na rua ou no terraço de seu pai de criação, que relata que João já recebeu várias ameaças de morte, tendo intervindo em todas elas – momento, então, em que seu pai se faz presente. Foi internado em algumas instituições, tendo fugido de todas elas.

Fala com raiva de sua família e diz que seu pai biológico é o único a lhe dar atenção. Preocupa-se com o estado de saúde dele e comenta: “Eu já disse a ele. Quando ele morrer, eu viro a cabeça de vez. Vou matar, matar, até morrer, porque é isso o que eu quero. Vou até mudar de nome, porque aí não vão saber que fui eu que morri”.

Os atendimentos são perpassados por um gozo que ostenta ao falar de seus atos infracionais, como os roubos e a suposta participação na morte de um homem. Diverte-se falando dos gritos da vítima a cada golpe que leva. Parece querer chocar a psicóloga – assim como o faz com seu pai – com suas narrativas, muitas vezes, insuportáveis de ouvir, dada a crueza, a banalidade dos atos, a indiferença ao outro, como que a testar até onde é possível ser ouvido. Diante de um olhar que fisga o meu olhar e que dele não descola, como que na tentativa de apreender minha reação, passo a discutir com ele os conteúdos que traz, sobre os delitos provocados, as agressões, a violência que norteia a sua vida de forma tão intensa. Algo

⁶² João, atualmente, tem 18 anos de idade.

intriga naqueles atendimentos, porque, apesar de toda a dificuldade de ouvi-lo e de toda resistência em ser atendido, João está sempre lá, diante daquele que pára a fim de ouvi-lo.

De uma fala em que quer seduzir pela vitimização de seu lugar na família, do olhar agressivo “endereço”, passo a supor um sujeito em intenso sofrimento, que não sabe sequer nomear seus sentimentos; apenas expulsá-los com muita violência na instituição. Essa expulsão remete ao texto *A Negativa*, no qual Freud (1996:1925) destaca que “[...] o ego-prazer original deseja introjetar para dentro de si tudo quanto é bom, e ejetar de si tudo quanto é mau. Aquilo que é mau, que é estranho ao ego, e aquilo que é externo são, para começar, idênticos”.

4.2.1.1. O eu que morre naquele a quem mata

Certo dia, João descobre, no terreno vizinho, um depósito de garrafas de vidro. Sobe no muro e começa a jogá-las contra a instituição e os que nela se encontram. Avisamos (psicóloga e pedagoga) que vamos nos aproximar com uma educadora e ele ameaça nos atingir, mas joga garrafas em outra direção. A cada garrafa a ser jogada, João treme e chora bastante, pisa em cacos de vidro e somente então arremessa a garrafa. “Saia daí que eu vou jogar em você. Estou avisando”. Após um tempo, exausto, ele pára, desce do muro e vai embora. Assim como o eu que morre naquele a quem mata, ele parece confundir-se com a garrafa, de modo que a cada garrafa quebrada, é a si mesmo que ele quebra. Essa cena das garrafas passou a ser evocada, nas reuniões, como que numa tentativa de encontrar algum fio condutor que pudesse dar sustentação ao atendimento àquele adolescente.

Na instituição, um vínculo é estabelecido através de transgressões, violência, destrutividade e ameaças dirigidas aos profissionais. Transgrede muito facilmente as normas instituídas. É continuamente suspenso, o que parece alargar suas possibilidades de transgressão. Pula o muro, quebra e rouba objetos, ameaça profissionais, agride adolescentes – em determinada situação, um educador –, entra no espaço com drogas. Se, nos atendimentos, coloco-me no sentido de tentar compreendê-lo, por outro lado, é preciso igualmente uma posição que não negligencie o que João vem provocando no contexto institucional.

Em menos de um mês, João arremessa uma garrafa contra uma educadora, põe fogo no terreno baldio vizinho à instituição, quebra telhas na casa ao lado, atinge uma criança com uma pedra no rosto. Numa das intervenções do Conselho Tutelar e da polícia – que se fazem

necessárias quando dos roubos e das agressões de João –, um conselheiro comenta: “Eu já lavei as mãos, ele não tem mais jeito. Agora é só esperar que ele faça alguma coisa muito grave na instituição para ser preso e pegar três anos de Fundac”. O que a instituição precisa esperar que aconteça e que investimento se faz possível nesses termos?

Em dezembro de 2004, João e outro adolescente pulam o muro da instituição, cheirando cola e passam a interferir nas atividades. Trancam-se na sala de atendimento psicológico, quebrando brinquedos, cadeiras e mesa. Abrem a porta e ameaçam jogar cadeiras contra os profissionais que deles se aproximam. Cochicham e riem bastante, dizendo que os técnicos estão com medo. Admitimos que estão conseguindo, sim, deixar-nos com medo, por não estarem conseguindo resolver de outra forma, mas asseguramos que não os deixaremos sozinhos. O pai de João chega, segura-o pelo braço e João continua a rir. Nesse momento, parece repetir-se a cena conflituosa da garrafa, só que dessa vez é o pai de João quem treme e chora até conseguir dar um tapa no rosto de seu filho. João continua agitado e só pára quando é contido fisicamente e conduzido à GPCA – Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente.

Em 20 dias, João retorna à instituição com um encaminhamento da Juíza pedindo sua re-inserção. Debocha do documento e dos profissionais que o recebem. Em atendimento, diz não ter sido muito ruim ficar na Fundac⁶³. “É bom comer do Estado!⁶⁴. Só foi ruim porque por causa de vocês eu perdi meu Natal e meu Ano Novo”. Parece-nos importante o lamento de João em relação à perda de duas festas – festas que comemoram o nascimento e a renovação. “Eu pedi pra vim pra cá, não pense que foi por causa de vocês não. Foi por causa dos amigos que eu tenho aqui”. Diante da dificuldade e impossibilidade de João implicar-se na autoria de seus atos, retomo com ele o dia em foi para a Fundac e nomeio para ele tudo o que ocorreu, questionando, por fim, o que ele busca na instituição naquele momento. Embora não responda durante o atendimento, no mesmo dia João briga com um adolescente, derrubando-o do telhado da vizinha. Talvez esteja ali a sua resposta.

O movimento destrutivo de João é, então, retomado. Joga pedras contra os adolescentes, ameaça matar os profissionais, rouba a bomba d’água e quebra lâmpadas do espaço externo. Recorremos mais uma vez à Juíza, que determina a reclusão do adolescente. Determinado dia, João pede para entrar, diz que sabe que vamos chamar a polícia – pois

⁶³ Fundação Estadual da Criança e do Adolescente.

⁶⁴ Essa fala é comum entre os adolescentes que passam um período privados da liberdade na Fundac. Parece-nos que, ao menos na situação-limite da transgressão dos adolescentes, o Estado, enquanto referência paterna, é convocado a cumprir o seu papel de “alimentá-los”.

havíamos lhe comunicado o mandato de busca e apreensão – e espera sentado, até que a polícia chega e o leva para a Fundac, onde passa oito meses.

Em visita feita a João, na Fundac, pelas psicólogas da instituição, ele conversa bastante sobre sua saída que já está próxima, pergunta sobre os outros adolescentes e profissionais da instituição e, ao final, sugere: “É bom ir embora logo, o clima aqui hoje tá muito tenso, acho que vai ter rebelião”.

4.2.1.2. Um “filho do demônio”: quem é João afinal?

A apropriação da história de João foi o que permitiu compreender, além de seu movimento, um comentário da assistente social num de seus momentos de fúria: “Ele parecia filho do demônio, parecia estar com o diabo no corpo”. Após muito tempo rechaçando qualquer possibilidade de falar sobre sua mãe, comenta sobre ela um dia, em que falava sobre “vacilo”: “Imagina, tua mãe te chamar de diabo e mandar tu ir embora de casa. Não quero saber dela não”.⁶⁵

Seu pai, José, aos 50 anos, teve um relacionamento extraconjugal com a mãe de João, à época, grávida e com 17 anos de idade. “A irmã dela me ofereceu pra eu comprar ela e eu quis” – afirma José. Tiveram 5 filhos, dos quais João é o mais novo, tendo nascido após a morte de dois, por desnutrição. José passou um tempo morando com a mãe de João, mas saiu de casa porque ela tentou envenená-lo. Voltaram a se relacionar, período em que ela engravidou de João – nesse sentido, resultado do veneno? Sua mãe perdeu a guarda de todos os filhos, por causa do envolvimento com o álcool e da negligência com os filhos, de modo que João passou a ser criado pela filha adotiva de seu pai. “Eu já tinha criado ela. Então pedi pra ela cuidar de João”. Nessa idade, aos dois anos, em decorrência de sua agitação, João foi colocado numa roda de fogo, num ritual religioso, pois julgavam que ele tinha um demônio no corpo. “Ele chorava muito e acho que ficou pior depois disso” – afirma José.

Embora esse ritual tenha o significado de salvamento, indagamos de que modo essa cena foi vivida por João, aos dois anos de idade. Uma cena que, se não simbolizada, foi cravada no corpo, como a força disruptiva de que falam Bergès e Balbo (2002) acerca do traumatismo, constituindo uma marca daquilo que fazia real para ele. Nesse sentido, preso a uma roda de fogo, ele encontrava-se literalmente sem saída, o que parece ter determinado a forma de se apresentar em sua vida, o lugar de “filho de demônio” que passou a reproduzir.

⁶⁵ Em sua fala, João parece dizer que sua mãe também vacilou com ele.

Aos nove anos de idade, João passou a tirar objetos de casa para comprar cola e costumava fugir para a rua, motivo pelo qual era amarrado na mesa. Por conta disso, passou um tempo com a mãe biológica, mas logo voltou, porque, segundo José, "ela chamava ele de miserável". Como continuou a roubar e a consumir muita droga, sua mãe adotiva o colocou para dormir no terraço, para que não fizesse mal a seus netos.

José mostra-se preocupado com a situação de João – “Ele foi sem sorte em tudo” – e diz que sua família fica só aguardando a notícia de que ele foi morto. “Querem matar ele. Uns quatro de lá, da qualidade dele, safado, cheira-cola”. “Eu tô prevendo tirar ele daqui pra ele não ser sepultado. Tem menino pré-meditado pra matar ele”. Apesar da preocupação e do afeto que tem pelo seu filho, na fala de José, João é um corpo a ser sepultado. “Enquanto eu tiver vivo, eu faço por ele. Quando ele tiver com 18 anos, ele morre logo. O destino dele é ruim”. José diz não entender por que João é assim, com esse “mau pensamento”. “Ele tá bonzinho e de repente se alvoroça. Acho que a cola sobe pra cabeça dele”. Fala da dificuldade de dizer “não” ao filho, dando-lhe dinheiro sempre que pede. “Ele só chega lá em casa pra pedir e eu sempre dou”.

Mostra-se ambivalente em seu investimento, ora nos endereçando uma demanda de cuidado e proteção que ele não consegue oferecer, ora parecendo desistir de seu filho. Após um longo período de escuta, diz que também já morou na rua e foi usuário de droga, mas afirma ter trabalhado muito, não precisando fazer o que João faz. Por outro lado, afirma que João não tem nada de sua família, chegando a dizer ter descoberto que a mãe de João teve outro companheiro na época em que engravidou. “Então, eu não sou o pai dele. Pelo que sei, agora, João tem tudo do pai, que é igualzinho a ele”. Recorremos, aqui, à observação que fizemos no início, no que tange a uma “convocação” de algum responsável para que o acompanhamento a João se fizesse possível.

4.2.1.3. Uma mudança de posição – da instituição e de João

Seu retorno à instituição constitui um período de muita tensão entre os profissionais, principalmente, pela divergência de opiniões quanto a sua permanência ou não no espaço. Apesar disso, algo é evocado no sentido de sustentar a hipótese de um apelo, mesmo que dirigido sob uma forma difícil de sustentar e que coloca em questão essa aposta, aparentemente infundada. Discutimos na equipe os medos suscitados, as fantasias sobre o que pode ocorrer e, sobretudo, o questionamento sobre o que João faz e sobre o que o traz quase todos os dias à instituição, mesmo que não possa entrar. Essa discussão provoca uma

mudança de posição na instituição e, em contrapartida, em João, que, em seu relançamento, a partir do que lhe é ofertado, pode endereçar-se de outro modo.

Os atendimentos são retomados, com uma certa resistência de João. Os conflitos voltam a acontecer, o que reforça a posição à qual João pare nos convocar com seu movimento – a posição de, assim como sua família, desistir dele.

Fala das ameaças que um outro adolescente fazia à instituição e da raiva que esse adolescente sentia por ter perdido as festas de quase um ano. “Ele vivia dizendo que, quando saísse da Fundac ia pegar vocês, estropar, matar. Ele tinha muita raiva”. Ao que questiono: “E você? Eu imagino que você também tinha muita raiva”. Esse questionamento lhe permite concordar e falar sobre isso, havendo um deslizamento em seu discurso. Por vezes, faz-se necessário pontuar que a instituição precisa responder a uma Lei que, neste momento, é insuportável para ele cumprir.

Nesse período, em geral de cabeça baixa nos atendimentos, é-lhe dito, certa vez, que, apesar de seu movimento nos levar a desistir dele, acreditávamos que ele podia fazer diferente, que ele talvez não precisasse conseguir as coisas apenas colocando medo e destruindo. João ergue a cabeça e fita meus olhos – como nunca ocorrera antes – com um olhar que não mais intimida, mas um olhar de quem se sente ali, investido, falado.

Os atendimentos passam a ser mais sistemáticos. Por vezes, João pergunta-me se vou atendê-lo e vem chamar na sala quando está na hora. Em alguns períodos, não comparece à instituição, em decorrência das ameaças que sofre pelos arredores.

Numa sessão, diverte-se falando de seu envolvimento com o tráfico e do dia em que se escondeu da polícia no mangue. Diz que não sentiu nada e eu retruco: “Imagino que uma pessoa deve sentir medo numa situação dessa”. Ele irrita-se com essa fala, mas, após um tempo em silêncio, acrescenta: “Mas é claro. Eu fiquei com medo, com as pernas tremendo”. Fala de outros conteúdos – o medo da audiência com a Juíza, o medo de voltar para a Fundac, os efeitos das drogas, sua vida na rua, na comunidade, sua participação nas atividades, como em uma oficina de percussão, na qual participou bastante. “Mas você nem tava aqui pra ver”. Fala de sua solidão na rua e comenta, surpreendido, que, certo dia, um policial o havia protegido quando um outro adolescente ia bater nele com um ferro. “Ele me defendeu!”.

Passa a falar de seus delitos, porém, de uma forma diferente, pois evoca-os, justificando-os a seu modo. Explica por que pôs fogo, juntamente com outro adolescente, em um homem que aliciava o grupo – ele teria tentado estropar uma criança. Retoma a morte do policial de que havia falado no início do acompanhamento, cerca de dois anos antes. Relata

que o policial havia estuprado a avó de seu amigo. “Ele chegou chorando dizendo que a avó dele tinha morrido. A gente se drogou, entrou lá no barraco e matou ele a paulada. Depois, jogamos no mangue. A gente descobriu que ele era policial. Por isso, eu fiz essa tatuagem, que mostra que eu já matei policial. Não tenho medo dela não”.

Fala da surra que deu em alguns adolescentes da “pá de Marta”⁶⁶ que “vacilaram” com ele anteriormente. “Eles me roubaram na cidade e me deixaram de cueca no meio da rua. Agora eu posso pegar de um a um”.

Os conflitos na instituição continuam, às vezes com menor ou maior intensidade, como no dia em que entra, quebra algumas cadeiras e esmurra um adolescente. Cada situação parece ser tida como fracasso ou confirmação da impossibilidade de atendê-lo, mas há sempre uma fala que sustenta, como, por exemplo, a fala da servente, nesse dia, que disse: “Os meninos estavam perturbando ele desde cedo e ele disse ao porteiro: ‘quando eu entrar aí, eu vou brigar e vou pintar o terror!’”. Essa fala, a nosso ver, coloca João numa posição outra, em cuja ação se configura uma “reação a...”. Além disso, ele aponta a possibilidade de enunciar o que vai fazer, o que, diferentemente de muitas de suas atuações repentinas de outrora, parece apelar por alguém que o contenha e o impeça de agir.

Apesar da violência intensa que norteia sua vida, passa a ser possível resolver os conflitos de uma outra forma, pois ele consegue ouvir, falar, embora, muitas vezes, ainda seja necessário descarregar depois, como no dia em que sustentamos a regra de que, uma vez entrando com droga no espaço, a mesma não seria devolvida. Passa um bom tempo ameaçando, como fazia antes, empurrando os portões, mas chega a dizer que não tem ninguém por ele. Insiste para sair e, somente lá fora, passa a jogar pedra contra o espaço.

Num determinado dia, briga com um adolescente na frente da instituição e, sem que ele veja, quase o acerta com um tijolo na cabeça. Fala da raiva que sentiu e da dificuldade de controlar essa raiva. “Ele disse que ia me matar. E quando me juram de morte, só um pode ficar vivo”.

Em alguns momentos, quando do afastamento de João – em geral pelos conflitos com outros adolescentes que o consideravam “vacilão”⁶⁷ –, fazemos o movimento de visitá-lo, como ocorreu após o episódio acima narrado. Diz não querer mais saber da instituição, situamos a gravidade do ocorrido e falamos da preocupação também com ele, que pergunta:

⁶⁶ Segundo João, Marta “é uma cheira cola que junta todo mundo e manda roubar. É uma pá de gente”.

⁶⁷ De fato, João, comumente, burla as regras do grupo na rua, roubando ou expondo os adolescentes a alguma situação de perigo.

“Os meninos ainda querem me pegar?”. Ao sair de sua casa, chama a atenção o olhar de João, que chama meu nome e, simplesmente, acena com a mão.

Em geral, João responde voltando a freqüentar a instituição. Certa vez, encontramos-lo dentro de casa, com seu pai adotivo, que o havia acolhido, pois ele “prometeu” deixar de cheirar cola, situação que não se sustenta por muito tempo, e João volta para a rua, dizendo se sentir mais protegido lá do que em casa.

João passa a ser falado de outro modo. Participa de algumas atividades, conturba o funcionamento de outras, vence o concurso de dança realizado na festa do dia das crianças, reage bem ao perder em brincadeiras. Em determinada reunião com os adolescentes, uma menina acusa um educador e o ameaça, ao que João – diferentemente de outros momentos em que ele certamente reforçaria a acusação, criando tumulto – defende o educador e diz que este cuida bem de todos. Fala que já fez muita “besteira” na instituição, que já teve vontade de matar, que já roubou. “Mas eu já paguei por isso e por isso estou aqui hoje”.

Combinamos com seu pai uma visita à sua mãe biológica e, ao ser-lhe comunicado, diz de imediato: “Eu vou!”. E acrescenta: “Não vou pra ver minha mãe. Vou pra ver meus irmãos e minhas tias”. No dia marcado, de banho tomado, João parece ansioso, à nossa espera, em frente à casa de seu pai. No caminho, pai e filho disputam quem primeiro dá as coordenadas, até que João pede que o pai o deixe ensinar o caminho, pois diz saber muito bem como chegar à casa de sua mãe. João, recentemente, passou um período com o irmão que mora próximo, pois estava ameaçado. Na visita, cumprimenta sua mãe, apresenta-nos seus irmãos e brinca com eles. Algumas vezes, João chama a mãe para ver os filhos menores que estão “trelando”. Enquanto conversamos com ela, João deita-se numa cama de criança, encolhe-se e coloca o dedo na boca. Parece-nos que João, ali, autentica o nosso dizer a seu respeito e confirma, assim, para nós a hipótese que sobre ele havíamos feito.

Convidamos sua mãe para comparecer à instituição e ela se mostra bastante entusiasmada. João sugere que ela procure o pai dele para não errar o caminho. Sua mãe, no entanto, não comparece na data marcada.

João continua a freqüentar a instituição esporadicamente, pois está mais uma vez ameaçado nas vizinhanças. Passa a dormir mais na rua do que no terraço, pois se considera mais seguro na rua. Em briga com adolescente na rua, quando ia bater nele com uma madeira, um policial interveio e teve seu braço quebrado. João foi levado, durante toda a noite, em várias delegacias, para ser espancado pelos policiais.

Recentemente, a assistente social o encontrou na rua, cheirando cola e catando latinha. Disse que ele estava muito sujo, com a roupa rasgada e pediu que fosse feita uma nova visita à sua mãe, pois informou estar passando uns dias lá. “Eu tô com essa roupa assim porque eu tô aqui. Mas na casa de minha mãe eu tenho muita roupa boa. Se não der pra vocês irem nessa quarta, vocês vão na outra, né?”

A possibilidade de tolerar a frustração de não ter o que quer no exato momento do presente, aponta, na fala de João, para a possibilidade de espera, como, por exemplo, no dia em que trabalhamos minha saída do serviço. Ao explicar-lhe o motivo dessa saída, ele diz: “Mas esse curso é de dois anos né? Aí você pode voltar quando acabar então”.

João visivelmente pode endereçar-se à instituição de um outro lugar, distinto do lugar aprisionador de “filho do demônio”. Todavia, a história de João – assim como a de outros adolescentes em situação de rua – inquieta-nos, a cada vez que alguém comenta tê-lo visto na rua, maior, do “mesmo jeito”, sozinho, cheirando cola. Recentemente, tivemos a notícia de que João foi baleado em sua comunidade, por mais um “vacilo”⁶⁸. Se, por um lado, isso nos faz pensar na descontinuidade dos serviços da rede de assistência – posto que João não tem mais idade para freqüentar a instituição –, por outro, aponta para a crueza de uma realidade social que aprisiona esses “meninos”, senão no lugar de “filho do demônio”, no lugar de “meninos de rua”. João, um jovem de 18 anos, continua sendo um “menino de rua”.

4.2.2. Renata

Renata, aos 10 anos de idade, é levada à instituição com sua irmã, 8 anos, pelo padrasto, a partir de um encaminhamento do Conselho Tutelar, por fugirem de casa constantemente e passarem dias na rua.

Na triagem, vê-se a hostilidade e a agressividade com as quais Renata se dirige a seu padrasto, que se refere a ela e à sua irmã sempre no masculino. “Esses meninos não prestam. Eles são muito ruim, não têm jeito”. A demanda da família, bastante explícita, é de internar essas crianças que “não têm jeito” em alguma instituição, como já foi feito com alguns de seus irmãos. Fala da violência doméstica, principalmente, na época em que o pai “dos meninos” estava vivo e diz que a mãe costuma bater sempre que vão para a rua.⁶⁹ Chama

⁶⁸ Importante destacar que esse “vacilo” de João deu-se pouco tempo depois de seu pai ter sofrido um ataque cardíaco, o que deixou sua saúde ainda mais fragilizada.

⁶⁹ Vale salientar que o pai de Renata morreu quando ela ainda era um bebê.

atenção o jeito masculino como se apresentam – cabelos curtos, roupas indiferenciadas, o jeito de andar e a voz grossa –, suscitando dúvidas, inicialmente, na equipe quanto ao sexo dessas crianças, o que confirma a forma como o padrasto se refere a elas.

Renata apresenta uma forte ligação com sua irmã, seja no cuidado, seja na competição entre ambas. Diante do encaminhamento de que cada uma seria acompanhada separadamente, elas sinalizam um movimento de quererem trocar de psicóloga, confrontando nos atendimentos a tentativa de ter atendido o seu pedido. Curiosa a forma como, inicialmente, as psicólogas referem-se a uma e à outra na hora do atendimento. É comum dizer-se: “Vou atender Rosângela-Renata”.

Apesar da pouca idade, Renata traz em sua fala relatos de experiências na rua, às quais se refere como a brincadeiras. Fala dos grupos na rua, das fugas da polícia em decorrência de brigas, uso de drogas, depredações públicas. Embora assegure não fazer uso de substâncias psicoativas, gradativamente, passa a falar do uso de cola, maconha, loló e álcool. Do mesmo modo, passa a fazer referência às idas a motéis com homens mais velhos, confirmando para a família a suspeita de que “se prostitui”.

Destacamos a crueza e a concretude em tudo que faz, o desprendimento diante de certas situações, a incrível tolerância à dor física – apresentando as tatuagens que faz ao queimar a pele com castanha de caju ou ao rasgá-la com caneta. Renata ocupa uma posição que ora cativa muito facilmente – situações em que se mostra carinhosa –, ora provoca uma irritação naquele que dela cuida, pois parece testar até onde é possível ao outro receber as incursões de sua energia afetiva.

Diferentemente de algumas crianças e adolescentes⁷⁰, Renata não traz em seu discurso uma posição vitimizada. Ela parece, o tempo todo, num movimento bastante desorganizado, que não lhe é possível confrontar-se com aquilo que é da ordem do sofrimento. Àquilo que seria da ordem de uma dor psíquica, ela reage sempre na forma de ataque – como se precisasse agredir antes de ser agredida. Um ataque, seja a seu corpo, seja ao outro, através do qual expulsa de si o que lhe parece insuportável, posto não dispor de recursos para simbolizar, de uma forma semelhante à que apontamos na história de João.

É essa desorganização que parece nortear o movimento de Renata em todos os lugares por onde passa – casas de familiares e conhecidos, várias instituições, vários pontos na rua – e nos quais parece não se sustentar. Não é por acaso que a Juíza questiona em audiência: “Essa menina não tem nenhum responsável não, é?”. Igualmente, não é por acaso que surge a

⁷⁰ Conforme veremos na história de Vitor.

seguinte fala no estudo de caso: “Renata parece que desliza entre os dedos, é escorregadia, é difícil segurá-la”. Uma sensação de não conseguir fisgá-la, paralelamente ao seu movimento de não se permitir – ou de não lhe ser possível – ser fisgada.

Na instituição, ela é bastante explosiva, “espaçosa” – ocupa muito facilmente todos os lugares do espaço, dada a ausência de uma fronteira que lhe sirva de continente. Embora não costume destruir objetos, bagunça o espaço da instituição e xinga com muita facilidade as pessoas, fazendo questão de demonstrar isso aos demais. Ao mesmo tempo, vincula-se aos profissionais com uma certa intensidade. Um vínculo construído a partir de uma carência afetiva e de um ódio intenso dirigidos àqueles dos quais se aproxima e dos quais parece requerer um freio, um impedimento, para o que ultrapassa os seus limites.

Nos atendimentos, um movimento de desafiar, sempre a testar o limite do outro. Recusa-se a sair da sala e, constantemente, simula que sairá levando algum objeto. Mostra-se impaciente, sobretudo quando demanda que o outro lhe fale em seu lugar e não obtém o retorno esperado.

Ainda na triagem, simula estar fazendo uma tarefa de casa⁷¹, na qual escreve o nome completo de seus irmãos, com exceção de três, filhos de outro homem. Escreve o nome de seu pai, de seu padrasto e de sua mãe, Sandra – duas vezes, uma no feminino e outra no masculino. Abaixo, registra: “faça um desenho sobre a família” e desenha três pessoas: ela, uma irmã e um irmão.

Demonstra gostar muito de histórias infantis, as quais costuma ler, seja nos atendimentos, seja durante o dia, na instituição. A partir da história “Os três porquinhos”, comenta que a mãe é a mais inteligente e que o lobo não conseguiria derrubar sua casa, pois “praga de mãe é muito forte e pega”.

Questiona, no início do acompanhamento, o que eu faria se um menino de seu tamanho tentasse me matar na sala de atendimento e diz: “A senhora tem mais força, não tem?”. Parece-nos que Renata precisa assegurar-se exatamente de que é possível dirigir sua energia destrutiva, ou ainda, como veremos no decorrer de sua história, de que, para além de seu desejo, eu sobreviveria a qualquer tentativa sua. Nesse mesmo dia, pede um beijo e à pergunta sobre de quem gostaria de recebê-lo, ela diz: “De minha mãe, claro!”.

Chama a atenção sua irritação quando, às vezes, sem ser compreendida em sua fala – num tom de voz bastante alto, mas acelerado –, peço-lhe que repita, ao que ela pergunta se

⁷¹ Nessa época, apesar de passar alguns dias na rua, Renata costumava freqüentar a escola, onde apresentava um bom rendimento.

sou surda. Essa irritação ganha sentido quando, em atendimento à sua mãe, verifica-se que ela tem problemas sérios de audição, como também o padrinho de Renata, que a criou durante seus primeiros oito anos de vida.

4.2.2.1. “Eu vou pra onde?”

No acompanhamento a Renata, muitas pessoas de sua família foram escutadas por buscarmos alguém que pudesse, enquanto referência, assumir a responsabilidade por sua educação e oferecer-lhe uma unidade e uma continência. Ouvimos seu padrasto, sua mãe, seu padrinho, duas irmãs, sua madrinha, a filha de sua madrinha. Percebemos que são muitas falas, algumas que destoam, que se acusam umas às outras, mas que mantêm, de certo modo, uma linearidade no que tange à dificuldade de lidar com Renata.

De acordo com a mãe de Renata, ela perdeu o pai aos seis meses de idade. Ele teria sido assassinado por causa de Renata que, no momento em que vieram chamá-lo em casa, teria se assustado no berço e chorado, de modo que seu pai teria sido, então, encontrado e baleado.

Essa história é, no entanto, confrontada com a “versão” da madrinha de Renata, segundo a qual seu pai – bastante temido e envolvido em crimes – teria, numa prestação de contas, colocado fogo num barraco com uma mulher grávida e uma criança dentro. Ficando à porta desse lugar, com uma foice na mão, para que ninguém tentasse salvá-los, o pai de Renata teria levado um tiro e morrido. Muitas histórias de violência e brutalidade são contadas a respeito dele, como, por exemplo, o fato de ter matado uma mulher e saído arrastando seu corpo pelo bairro, amarrado no rabo do cavalo. Histórias que, embora, às vezes, pareçam ficção, a despeito de sua veracidade ou não, são contadas, reproduzidas e, às vezes, atualizadas por Renata e seus irmãos.

Após a morte de seu pai, Renata, segundo sua mãe, teria ficado muito doente – “ela ficava vomitando e se obrando direto”. Depois de um tempo internada, passou três meses morando com seus padrinhos, tendo voltado para casa aos nove meses. “Ela estranhava tudo. Não queria vim para mim, ficava chorando. Então, voltou para a casa do tio”. Como “não se adaptou”, Renata morou com seus padrinhos até os oito anos de idade, época em que, segundo sua mãe, seus padrinhos “não sabiam mais lidar com ela”. Após ter tentado colocar fogo na cozinha da escola, os padrinhos e a mãe de Renata foram chamados, momento em que sua madrinha disse não ser sua “mãe de verdade” e Renata voltou para a casa de Sandra.

Já na fala de sua madrinha, Renata teria voltado para casa porque, durante uma visita à filha, Sandra teria se incomodado com uma reclamação feita à Renata, em decorrência de ela ter roubado brinquedos do vizinho. Segundo a madrinha, Sandra costumava roubar objetos e incentivava seus filhos a fazê-lo.

É nessa idade, de acordo com Renata, que ela começa a ir para a rua e, aos poucos, envolve-se com roubos, drogas e exploração sexual. Em atendimento à Sandra, ela diz que não sabe mais o que fazer com as filhas, principalmente com Renata, que influencia sua irmã mais nova a segui-la. Considera que somente um abrigo resolveria o “problema”, embora tentativas já tivessem sido feitas nesse sentido. Declara que, no mês anterior, descobriu que Renata é usuária de cola, a partir de um exame feito porque ela “tentou se matar” ingerindo uma grande quantidade de diazepam, medicamento de sua mãe. Queixa-se de que, depois da “úlcera na perna”, não pode mais “correr atrás delas”, situação da qual, em sua opinião, Renata se aproveita para fugir com mais frequência. Diz que Renata rouba dinheiro em casa e, certa vez, teria deixado o fio do ventilador descoberto para que a mãe levasse um choque.

Renata demonstra muita atenção e interesse em saber o que foi falado no atendimento com sua mãe, o que ela disse a seu respeito. Escuta tudo como que a ouvir a uma história, assim como faz quando da leitura das histórias infantis. Prefere não falar a respeito e passa a desenhar flores, assinando outro nome. “Eu sou uma nova adolescente que está chegando aqui hoje”. Como uma “nova adolescente”, resolvemos fazer uma triagem para preencher seus dados. Diz ter 18 anos, que sua mãe tem meu nome, que seu pai tem o nome de meu pai e que estuda no colégio “Mundo Mágico”. Ao final, afirma que essa não é a sua história, o que é endossado, e passamos, então, a trazer dados de sua história.

Como costumava ficar no Parque Treze de Maio, Renata passava alguns períodos sem comparecer, de modo que, após a morte de sua mãe, a instituição passou um período sem ter nenhum contato com ela. Se a mãe havia se encarregado de culpá-la pela morte do pai, cabia agora à família dizer que não queria mais vê-la porque ela teria sido a culpada também pela morte da mãe. Alegavam que, como Renata fugia muito, sua mãe ficava preocupada, o que teria agravado seu estado de saúde, provocando sua morte – a morte de quem: de Sandra ou de Renata?

Ao aparecer na instituição, Renata não fala a respeito da morte de sua mãe; diz que está passando um tempo em casa, com uma irmã e um irmão, e pergunta se sua irmã disse algo a seu respeito. Declara que aprendeu a fazer uma rosa e brinca com os nomes, por exemplo, quando escreve “Meu nome é Rosa, mas meu apelido é Paula” – “essa rosa é muito

safada” – e assina “Renata”; ou, em outro desenho, quando escreve “Meu nome é Rebeca⁷², meu apelido é Paula Bezerra da Silva⁷³ e eu gosto de maconha”. Mais uma vez, enfatiza que aprendeu a fazer a rosa e comenta: “Antes, eu não sabia porque eu era nojenta. Hoje eu sou rica”.⁷⁴

Nesse mesmo dia, entra numa casinha de pano, na sala de atendimento, e passa a falar sobre o que sente quando fuma maconha. Diz que gostaria de chamar suas amigas para brincarem com ela em sua casa e comenta: “Eu só não chamo você porque minha casa tá muito suja. Na próxima vez, você entra”. Chama-nos atenção o fato de que Renata resiste bastante em sair da casinha e também da sala de atendimento, dizendo que quer ficar dormindo nela até morrer.

4.2.2.2. “Por que eu invado tanto?”

Na instituição, na forma como se coloca e como insiste em enfatizar o seu envolvimento com as drogas, bem como os programas que faz, parece buscar um impedimento para todo o seu movimento desordenado. Certa vez, tenta colocar um *piercing* no umbigo, durante o atendimento. Impedida de fazê-lo, é necessário, nesse momento, segurá-la fisicamente com a fala de que não é permitido deixá-la machucar-se. Num outro momento, lamenta-se por não ter ganhado dinheiro no dia anterior, porque o homem com quem sairia não teria comparecido ao local acertado. Ao ser-lhe dito que, dessa forma, ela não teria sido violentada sexualmente mais uma vez, ela pára e, embora irritada, demonstra um impacto diante do que lhe é colocado.

Além do atendimento a Renata na instituição, das atividades de abordagem de rua – na tentativa de encontrá-la, em determinadas situações –, do acompanhamento à família, percebe-se a necessidade de articular na rede da assistência um lugar de proteção para ela, se não na família, que o seja, momentaneamente, em alguma instituição de acolhimento noturno, na tentativa de assegurar a Renata um lugar “pra onde ir”.

Renata circulou em vários espaços, em circunstâncias às vezes específicas de sua vida. Em cada um desses espaços, tentamos, quando possível, situar Renata em sua história, atribuindo-lhe um lugar em que ela pudesse simbolicamente movimentar-se.

⁷² Nome fictício para sua irmã mais nova, filha de seu padrasto.

⁷³ Bezerra da Silva são os sobrenomes fictícios de seu pai. Importante destacar que Renata não foi registrada com o nome de seu pai, fato que, após a morte de sua mãe, deixou-a destituída da pensão que esta recebia.

⁷⁴ Refere-se a ter passado um tempo com uma “gringa” que iria levá-la para o exterior.

Por conta dessa preocupação, certa vez, tendo sido encaminhada para um abrigo pelo Conselho Tutelar e, frente às dificuldades encontradas na equipe em relação a sua história, propusemos contá-la, juntamente com Renata, que, mais uma vez, fica bastante atenta e acrescenta dados que passaram “despercebidos”. Ao final, a assistente social questiona por que Renata é culpada por levar a irmã para a rua e ela diz: “É, mas mesmo depois que eu saí de casa, ela ia pra rua sozinha. Ela ia porque queria, a culpa não foi minha”. Intrigava-nos, em sua história, a forma como era culpada por ter induzido seus irmãos à rua, na medida em que, antes dela, outros irmãos mais velhos já apresentavam uma vivência de rua intensa.⁷⁵

Em menos de um mês, Renata evade do abrigo cinco vezes. Quando interpelada, questiona: “por que eu invado tanto?”. Declara sentir falta das amigas e da cola. Fala do pai de uma amiga – morador de rua – e conta que seu pai morreu quando ela era bebê. “Ele foi na casa de uma mulher, que tinha duas filhas, botou fogo⁷⁶ e saiu arrastando a cabeça dela. Aí mataram ele”. Questiona o que ela tinha quando era bebê, uma vez que sua mãe teria dito que teve que ser internada e, logo em seguida, pergunta por que sente tanta dor na perna.⁷⁷

Renata não permanece no abrigo e volta para a rua, período em que, acometida por um problema de saúde nos olhos, é internada e levada para a casa de seus padrinhos. Após quatro meses – período em que volta a freqüentar a escola e cuida de seus objetos pessoais, de seu quarto –, seu padrinho falece por problemas cardíacos. Renata continua em casa, com sua madrinha, a qual, apesar do investimento afetivo que faz em sua afilhada, afirma sempre não ser de sua família, queixando-se de que Renata diz não gostar dela. Por outro lado, traz conteúdos significativos, quando conta, por exemplo, que, à noite, Renata a acorda e pede que a acompanhe ao banheiro ou, com medo, vai dormir com ela em seu quarto. Renata passa a freqüentar a igreja, onde arruma um namorado, mas volta a se “desorganizar” – seu quarto fica bagunçado, suas roupas sujas misturam-se às limpas, descuida-se do gato que estava criando. Apesar de ser-lhe sinalizado o seu movimento e da tentativa de trabalhá-lo com ela, três meses após a morte de seu padrinho, ela volta para rua.

Passa a alternar entre a rua e a casa de sua madrinha, além de ser encaminhada à GPCA⁷⁸, por ter depredado um ônibus com uma irmã. Além desse ato, graças à solicitação feita à Juíza para uma medida de proteção a Renata, ela é encaminhada a um outro abrigo,

⁷⁵ De acordo com a madrinha de Renata, sua mãe, inclusive, induzia os filhos a irem para a rua e obrigava-os a somente voltar com dinheiro.

⁷⁶ Assim como ela fez na escola.

⁷⁷ Convém lembrar que sua mãe faleceu em decorrência de uma “úlcera na perna”.

⁷⁸ Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente.

agora da Fundac, onde permanece cerca de um mês, e se submete a um tratamento para pneumonia e tuberculose.

De volta para casa, Renata passa algumas semanas, mas vai embora um dia, quando sai para fazer um pagamento para sua madrinha. Mais uma vez, Renata passa a alternar entre a casa e a rua, e, apesar de a medida judicial assegurar que, uma vez saindo de casa mais uma vez, ela retornaria ao abrigo, essa medida não se cumpre.

A cada vez que Renata sai de casa, sua madrinha telefona para comunicar e para falar de seu cansaço, de seu movimento de desistir de Renata, apesar de sempre voltar atrás nessa posição. Renata, por sua vez, todas as vezes que sai de casa, chega à instituição aflita, ansiosa, querendo saber se sua “mãe” – conforme costuma chamá-la – ainda vai aceitá-la em casa. “Ela disse o quê?”. Algumas vezes, falamos da mágoa e do cansaço de sua madrinha, paralelamente à aposta e ao desejo de seu retorno. Outras vezes, convocamos Renata para que ela possa ouvir diretamente de sua madrinha a sua posição.

Certo dia, na instituição, Renata é acusada por um adolescente de ter roubado uma presilha de cabelo – o que não havia ocorrido. Ela, por sua vez, agride o adolescente e, diante da tentativa da assistente social de separar a briga, esta é ferida na mão. Renata fica bastante agitada e, transtornada, coloca a cabeça entre as pernas e chora de soluçar. Diz que só os outros tinham razão, que ninguém gosta dela, o que nos faz pensar o lugar de Renata em sua família, face à culpa dilacerante que perpassa toda a sua história.

Na instituição, algumas vezes em que provoca sua suspensão ou que parece querer irritar – forma que nos parece ser-lhe a possível de se colocar – é-lhe pontuado que, apesar de seu movimento e dos sentimentos que conseguia evocar nas pessoas, não vamos desistir dela. Em determinada situação, legítimo o seu sofrimento – falo, inclusive, algumas questões de sua vida, como as perdas já sofridas – e digo compreender a forma encontrada de manifestá-lo, mas digo, ao mesmo tempo, que, naquele momento, era possível endereçar-se de outro modo. Horas depois, Renata entrega-me uma pipa que acabara de fazer e vai embora, retornando no dia seguinte.

Esse era o movimento de Renata, pelos vários espaços através dos quais circulava. Em busca de quê? Talvez de uma inscrição, talvez de um impedimento para sua (auto)destrutividade, talvez de uma escuta e de uma fala através das quais pudesse legitimar o seu sofrimento e aliviar aquilo que a havia acompanhado durante toda sua vida: a morte. Infelizmente, Renata teve sua vida também interrompida, no final do ano de 2008, quando foi estuprada e assassinada por dois homens e um adolescente. Uma morte brutal – assim como o

é a morte de milhares de crianças e adolescentes em situação de rua – através da qual Renata continuou, a nosso ver, sem uma inscrição. No enterro, a inquietação das pessoas – “é mesmo Renata?” –, tamanho o estado de desfiguração de seu rosto pela violência que havia sofrido. Um corpo que somente foi reconhecido pela irmã através das tatuagens que Renata fazia com castanha de caju – teria ela feito a sua inscrição? Um corpo que, diante da demora de reconhecimento, foi enterrado, apesar dos esforços de se mudar o registro de óbito, como indigente, sem identidade, sem filiação e sem endereço reconhecidos.⁷⁹

4.2.3. Vitor

Vitor chega à instituição em setembro de 2005, aos 15 anos de idade, acompanhado de um adolescente, que diz ser seu “irmão”. Procura fazer um bom contato com a equipe e parece tranquilo, embora apresente uma fala escorregadia, dada a inconsistência dos dados que procura passar com muita segurança.

Dá seu nome completo, os de seu pai e de sua mãe – a “mãe de verdade”. Diz que seu nome é Pedro José Martins e seus apelidos Pablo – “apelido de verdade” – e Vitor – apelido dado pela mãe de seu “irmão”. Relata ter dois irmãos e afirma que sua família reside em Minas Gerais, de onde teria fugido há três anos, por ser agredido por sua mãe. Indagado sobre o endereço de sua família, agita-se e diz que não informará para que não seja feita nenhuma visita. Possui um saber sobre o funcionamento da instituição, o que, conforme apontamos, é comum entre os adolescentes, que já chegam com algumas informações prévias – faixa etária atendida, atividades, regras, entre outras. Esse saber é transmitido no contato com outros adolescentes que já freqüentam a instituição ou reflete a circulação por espaços institucionais, como é o caso de Vitor, que teve passagem em várias instituições, das quais saiu por ter transgredido as normas. “Eu fazia o que todos os outros faziam”.

Sobre a vivência de rua, diz que é usuário de cola e que costuma roubar, afirmando que tudo que faz é por influência dos outros. Na época em que nos procurou, costumava dormir no Parque Treze de Maio, de modo que sua freqüência na instituição não era sistemática, somente passando a ser na medida em que passou a adotar algumas localidades no município de Olinda como espaço de moradia.

⁷⁹ No enterro, o comentário de um profissional da instituição de que não gostava de enterro e de que somente ia quando se tratava de alguém importante em sua vida. De fato, Renata importava para todos na instituição, tendo deixado a marca de sua energia, de sua inquietação, de falas que lhe eram peculiares como “mas menino!”, de um movimento que apontava para a vida, apesar de toda a morte que a circundava.

4.2.3.1. A intrusão de um toque

Logo no início, Vitor costuma envolver-se em conflitos, mostra-se agressivo e intolerante a qualquer tipo de frustração. Cobra com vigor que as normas da instituição sejam cumpridas, mas não consegue cumpri-las. Frequentemente, briga com outro adolescente e, num movimento interessante, após as brigas, eles se reúnem e se fortalecem contra a instituição. Responsabiliza o outro por tudo o que lhe acontece, não se implicando em seus atos, os quais, a seu ver, sustentam-se em argumentos para ele consistentes.

Certa vez, entra na sala da equipe técnica, deita-se no chão e recusa-se a sair. Diz que vai dormir e que sabe não poder ficar ali. Insiste que somente sairá do espaço quando for suspenso para as atividades do dia posterior, já que não quer vir no dia seguinte. É-lhe dito que ele pode não vir sem que tenha sido suspenso, que ele pode assumir o “desejo” de não querer estar presente sem que sua ausência tenha que passar por uma determinação do outro. Embora constrangido e irritado, após um tempo em silêncio, levanta-se e vai embora.

Seu tempo parece limitado ao presente e, com esse tempo joga, para justificar suas ações imediatas, ou para mobilizar, como quando diz, por exemplo, diante de um acordo de prazo de um encaminhamento: “Mas eu nem sei se vou estar vivo sexta-feira!”. Sempre que quer alguma coisa, tenta, num primeiro momento, articular argumentos que tornem possível burlar regras da instituição. Como não obtém êxito, recorre à força física como forma de impor sua vontade. A necessidade de contê-lo fisicamente, de impedi-lo – em momentos nos quais a fala parece não alcançá-lo – deixa-o transtornado e, muitas vezes, agitado, diz que aquele que o contém o machuca. Destacamos aqui a conduta do motorista que, em geral, à frente nessas situações, mostra-lhe que é a si mesmo que ele machuca.

Observamos em Vitor uma dificuldade e uma aversão ao contato físico⁸⁰, pois não tolera qualquer tipo de contato, principalmente, quando alguém o aborda pelas costas, estando, assim, fora de seu campo visual. Certa vez, em resposta a um simples toque no ombro, ele revida com muita agressividade, sendo necessário esquivar-me de um murro. Essa resposta parece algo que, para além de um ato violento, constitui um reflexo a uma invasão que um simples toque no ombro provoca num corpo destituído de um continente que lhe sirva de barreira protetora; um organismo que reage à dor provocada em um corpo fragmentado.

Costuma dormir bastante e não se envolve em quase atividade alguma. Chama-nos a atenção o fato de chupar dedo e de carregar em seu polegar um paninho – ou bucha de

⁸⁰ Embora essa dificuldade seja comum entre alguns adolescentes, em outros, por sua vez, mostra-se mais intensa.

almofada – que acaricia enquanto chupa o dedo. Diz ter esse “costume” desde os cinco anos de idade. “Claro que eu me lembro dessa época! Mas vamos mudar de assunto!”.

4.2.3.2. Construindo um saber sobre sua história

No primeiro atendimento após a triagem, Vitor comenta que todas as informações que deu a seu respeito são falsas.⁸¹ Diz que, dos três nomes, um é o seu verdadeiro e que não conta sua história para que sua mãe não venha atrás dele. “Você vem com essas palavras, me cercando, me enrolando, só para eu deslizar”. Relata que, desde criança, costumava roubar objetos de seus colegas na escola; e acrescenta: “Mas tá bom, pode mudar de assunto. Já tô deslizando de novo!”⁸²

Sua postura no atendimento oscila entre uma posição infantil – em momentos em que se deita no chão, coloca o dedo na boca, pede para desenhar, para jogar – e uma posição em que impõe uma certa autonomia – autonomia, entretanto, com a qual parece não saber lidar, a não ser com muita intransigência e agressividade.

Diz não saber desenhar e pede que o ajude. Fazemos uma casa com duas janelas e uma porta. Coloca “Pablo” e “Pedro” em duas janelas, e “Vitor” na porta – “o que está saindo da casa”. Intitula o desenho de “A minha casa”. Desenha uma escola e refere-se ao tempo em que estudou num abrigo, sugerindo que entremos em contato com a equipe de lá, mas arrepende-se de imediato. “Não! Esquece. É que eles têm todos os meus dados verdadeiros”. Assina os dois desenhos com o nome Vitor e comento imaginar tratar-se de seu nome verdadeiro, ao que ele reage com irritação, saindo da sala.

Regozija-se ao falar de seus delitos e do uso de substâncias psicoativas. Diz que se sente “grande”, “mais forte” com a cola, que lhe proporciona uma “lombra”, uma viagem prazerosa. A esse comentário, é-lhe dito que, certa vez, foi visto na rua cheirando cola, ocasião em que parecia fragilizado, quase caindo ao chão, tamanho o seu estado de entorpecimento. Vitor parece surpreso e passa a falar da coragem que, às vezes, precisa ter

⁸¹ Somente após seis meses de atendimento, viríamos a saber que as únicas informações corretas que havia dado eram: o nome completo de sua mãe, o fato de que ela o agredia e o tempo em que estava na rua. Havia dito ter nascido em setembro de 1991, dado que, confrontado com a data de seu registro de nascimento (setembro de 1990), vai permitir-nos compreender a diferença que faz um ano na vida de Vitor, conforme discutiremos mais adiante. O apelido cuja origem havia atribuído à mãe de seu irmão é o seu nome verdadeiro. Chama-nos atenção também que o nome de seu “irmão” (Bruno Henrique) era o nome de dois de seus irmãos (Bruno, que não conhecia ainda, e Henrique, que nascera depois dele).

⁸² Qual a proposta do atendimento, senão o deslizar do discurso? Vitor parece dar-se conta disso e a isso se recusa categoricamente, como o faz também quando pede para “mudar de assunto”.

para roubar, da ocultação do estado de fome que a cola propicia, das queimaduras que tem na boca quando a cola a atinge.

Gradativamente, passa a não mais sair abruptamente da sala, como o fazia sempre que se sentia irritado. Verbaliza que quer ir embora, mas não o faz enquanto não lhe seja dito que a sessão encerrou. Parece “preso” à cadeira, segura-a com força e movimenta-se como que querendo dela desprender-se, pedindo para ir embora. Em algumas situações, é referida a possibilidade de, se assim o desejar, levantar-se e ir embora, ao que ele responde que eu tenho que abrir a porta para que ele saia.

Irrita-se quando outros adolescentes recebem convites para serem entregues aos pais, para reunião de família, chegando a tomá-los à força e a rasgá-los. Em alguns momentos, entrego-lhe um convite em seu nome, ao que ele reage, dizendo que eu sei que ele não irá levar o convite em casa.

Após seis meses de atendimento, num dia em que não pôde entrar na instituição, Vitor pede que eu saia e, somente na rua, diz, em voz muito baixa, seu nome completo e a unidade do Conselho Tutelar que o acompanha. Após a visita feita pela equipe ao Conselho Tutelar, diz não estar interessado em saber qualquer retorno, mas, mais uma vez, “preso à cadeira”, escuta, embora muito agitado, todas as informações obtidas. Seus pais residem no município de Orobó, sua mãe é doméstica, seu pai relojoeiro. Tem quatro irmãos e saiu de casa por causa das agressões que sofria por parte dos pais.

4.2.3.3. Um nome cravado no corpo.

Depois de um tempo sem comparecer à instituição, volta, em boas condições de higiene, com aspecto saudável e com seu nome tatuado em seu braço. Diz não estar mais na rua e afirma ter ido visitar seus pais, que lhe pediram para ficar. Fala que passou um período na Fundac, por ter roubado e agredido um adolescente. Fornece-nos o endereço do abrigo da Fundac, para onde foi encaminhado. Após acordo com a instituição para manter os atendimentos, Vitor chega sempre no horário e diz que comparece aos atendimentos apenas por causa dos vales-transporte que recebe e que guarda, porque prefere continuar pegando “bigu” nos ônibus. “É mais ventilado e a pessoa chega mais rápido onde quer”.

Afirma não estar mais cheirando cola e relata sentir falta do artame e do diazepam que tomava na Fundac, para conseguir dormir, os quais provocavam alucinações. Fala dos bichos que somente ele via e dos vultos e vozes – que todos viam e ouviam – das “crianças que

sofreram e morreram lá dentro. No começo, eu tinha medo, mas depois eu me acostumei”. Diverte-se ao falar de suas transgressões e, como antes, acha-se justificado pelos seus argumentos, por exemplo, quando narra uma briga na Fundac, decorrente de um xingamento à sua mãe. “Você sabia que lá dentro a mãe é mais idolatrada do que aqui fora? Se chamassem a sua mãe de puta, a senhora ia fazer o quê?”

Mostra o dedo inchado por ter quebrado uma janela de vidro, numa briga, o que acarretou mais uma queixa na GPCA. Pela primeira vez, consegue dizer que fica com muita raiva, sem controle, quando o perturbam. Como que a testar qual seria a reação do outro frente a situações às quais ele reage com tanta violência, diverte-se insinuando que eu também devo brigar quando estou com raiva. “Vai dizer que você se controla?”. Pergunto se brigar é a única forma de resolver a raiva e ele diz: “Agora sim. Se, quando eu crescer, do tamanho da senhora e ficar da forma como a senhora tá pode ser que eu fique diferente” – há, aqui, uma referência ao futuro. Pergunta se me lembro de quando o atendia na outra casa⁸³. “Eu não falava nada e só queria dar fora na senhora. Posso dar fora ainda?”. Faz-se necessário para ele assegurar-se de que ainda é possível descarregar toda sua vazão pulsional na instituição, a qual parece representar esse lugar de continência para o que vive de forma tão desordenada.

Interessante que, no atendimento posterior, pede o jogo de damas e pergunta se posso ensiná-lo – ensiná-lo a quê? A jogar damas, ou a fazer diferente? Poderíamos dizer que, se na sessão anterior, Vitor perguntava se ainda podia “dar fora”, neste momento, ele parece recorrer à dama – àquela que consegue “controlar” sua agressividade – para saber de que modo dirigir-se a ela. Ao sair, pede rapidamente para eu não “cortar” os atendimentos e vai embora.

4.2.3.4. Abrigo – Família: uma possibilidade de transição

Aos poucos, o abrigo vai adquirindo uma referência para Vitor como um lugar distinto da rua. Lugar norteado por regras, limites, atribuições a serem cumpridas. Apesar de mencionar o desejo de sair do abrigo, este espaço remete Vitor ao ambiente familiar, ao dizer, por exemplo, que se sente preso como se sentia em casa. Comenta, ao queixar-se de uma funcionária: “Ainda por cima, tem o nome de minha mãe, Joana”.

Define o abrigo como um lugar “para quem não tem casa e pra quem a mãe não quer de volta”. Questionado a esse respeito, diz não querer ir pra casa e volta a falar sobre a

⁸³ A instituição funcionava em outra sede.

suposta visita que fizera antes de ir para a Fundac – visita essa que não ocorreu. Afirma não querer que seja feita visita a seu pai porque sabe que ele irá buscá-lo – um desejo de volta que se contrapõe ao medo de que seu pai não venha. “Se ele vim, eu sei que eu vou pra casa, mas vou querer voltar pra rua de novo”. Diz que, quando no abrigo, ainda criança, sua mãe foi buscá-lo e ele voltou para casa.

É comum a fala “você sabe que pra casa eu não vou”. Comento que ele deve ter um motivo muito forte para ter saído de casa e para tentar sustentar, apesar de seu desejo, a posição de não querer voltar para casa. Vitor se inquieta, mas balança a cabeça afirmativamente e diz “já passamos do tempo!”. De fato, o tempo da sessão havia encerrado há um minuto – tempo que ele controlava com muito rigor, o que nos faz pensar a profissão de seu pai, que é relojoeiro. Mas a que tempo se referia Vitor, quando falávamos exatamente do período em que havia saído de casa?

Sob exigência da juíza, Vitor fornece seu endereço como condição de ser liberado de mais um encaminhamento à Fundac. Chega agitado, agressivo, no dia em que o abrigo teria ido visitar sua família e que ele havia se recusado a ir. Diz que vai passar o tempo todo jogando dama, mas guarda as peças e fica em silêncio. Após dizer que entendo sua inquietação em relação à visita, Vitor pede meu brinco, conforme já havia feito antes. “Vai, me dá, passa de geração em geração, como se fosse pai e filho”.

Na semana seguinte, antes do atendimento, estende sua mão em direção à minha e começa a alisá-la, de uma forma muito cuidadosa, distinta do murro do qual precisei esquivar-me em outro momento. Sua agressividade é ainda muito intensa, mas essa situação, como outras que sucederam, apontam para uma possibilidade outra de contato.

4.2.3.5. “De geração pra geração, de pai para filho”

De posse de seu registro de nascimento, penso em trabalhar seus dados com Vitor, que, mais uma vez, pergunta pelo brinco e repete: “A senhora podia me dar, de geração pra geração, de pai para filho”. Questiono o que lhe foi passado de geração a geração e, pela primeira vez, fala o nome verdadeiro de seu pai. Lembra um objeto do exército de seu avô paterno que seu pai lhe deu. “Eu botei num badoque e tentei matar um passarinho. Caiu na lama e eu perdi”. E acrescenta: “Se a senhora me der seu brinco, eu não jogo fora não”. Além desse objeto, comenta: “Eu ganhei, porque minha avó teve minha mãe e minha mãe me teve”. Leio o nome de seus avós, ele escuta com atenção e diz não tê-los conhecido.

Acrescento que seu nome também passou de geração a geração e leio o nome completo de seus pais. Vitor passa a falar o nome de seus irmãos e diz que todos têm o sobrenome da mãe e do pai. Diz ser o mais velho, pois dois morreram antes dele. Comenta que são muitos nomes evangélicos e que nenhum ficou com o José de seu pai, que se chama Carlos José. “Era pra ter alguém com o nome José”.⁸⁴ Ao falar dos irmãos que morreram, diz que sua mãe não gosta de falar sobre eles. Comento que deve ser difícil para ela falar a respeito e ele diz: “É. Mas ela perdeu eu e meu outro irmão também”.⁸⁵

O contato de Vitor com a família inicia-se por um telefonema que faz à sua mãe. Mostra-se irritado, agressivo na instituição. Fala da raiva que sente de mim, por ele ter ferido as mãos numa queda que levou do ônibus, a caminho do atendimento. Pergunto por que eu sou culpada e ele diz: “Não. É bem minha mãe que é culpada por tudo!” Certamente, não é disso que Vitor se queixa; ao dizer que não falará sobre o telefonema, comenta: “Por isso que eu prefiro ficar jogando dama, que nem criança”. Parece-nos que, para Vitor, é melhor não falar, não se confrontar com sua história e com a perda que a fala acarreta, é melhor continuar “jogando”. Assim como a mãe se recusa a falar dos filhos mortos, Vitor parece ter também uma certa esquiva a falar de si, a seu ver, um filho morto para sua mãe. Já fora da sala, diz rapidamente: “Eu perguntei como tá meus irmãos. Ela disse que tá tudo bem”.

Questiona de que adiantou ter deixado de cheirar cola e estar somente fumando maconha. Ameaça voltar a cheirar cola e a chegar à instituição como antigamente. “Por que vocês se preocupam tanto comigo?” Transfere sua revolta para as regras da instituição, voltando a requerer um lugar – por ser um dos mais antigos na instituição, assim como é o filho mais velho – que não lhe era mais devido, o de poder voltar a frequentar o espaço como antes. Diz estar com muita vontade de me xingar, mas que prefere não fazê-lo; vai embora dizendo que não mais voltará. “Eu não quero vim mais para cá”, frase que nos remete a uma outra: “Pra casa eu não volto”. Vitor não mais voltou, pois a juíza determinou o seu retorno para casa, em Orobó.

⁸⁴ Destacamos que, na triagem, Vitor havia dado como seu nome “Pedro José”.

⁸⁵ Vitor saiu de casa com um outro irmão, que não sabe onde está. Diz que, no dia em que encontrá-lo, volta para casa com ele.

4.2.3.6. O retorno para casa: um “acerto de contas”?

No retorno de Vitor para casa, sentimentos ambivalentes perpassam essa re-inserção familiar, quatro anos após sua saída: “4 anos não! 4 anos, 8 meses e 15 dias!”, conforme ele faz questão de retificar.

A intervenção da instituição – limitada nesse momento a uma visita mensal –, além de dar continuidade ao acompanhamento de Vitor, consistia em viabilizar um espaço de escuta para ele e para seus pais. Uma escuta sempre muito difícil, posto que os conteúdos que emergiam apontavam para um contexto familiar sem lugares muito definidos, para histórias que se repetiam, sem muita mediação para a fala.

A tentativa de articular a rede de atendimento na cidade não trouxe muitas possibilidades, no que tange à inserção de Vitor em algum programa. O encaminhamento feito pelo Conselho Tutelar a uma psicoterapia semanal teria dado uma sustentação importante, caso Vitor tivesse consentido e se disponibilizado, o que, entretanto, não ocorreu.

Na fala de Vitor, a oscilação entre o desejo de nossa visita e o rechaço a qualquer forma de contato, entre o desejo de ficar em casa e se organizar em Orobó e a vontade de voltar a Recife. Fala do desejo de trabalhar, embora sempre mencione que o melhor vai terminar sendo roubar. Na fala do pai – que, à chegada de Vitor, apresentou-o aos vizinhos e amigos –, a aposta no potencial e na inteligência do filho em contraposição ao medo que tem dele e do que possa fazer com seus outros filhos. Na fala da mãe, a incipiente satisfação de ter o filho de volta, paralelamente ao desejo de que ele vá embora, dado o medo em relação ao que ele pode fazer. Diz não saber mais quem é o filho, que saiu de casa uma criança e voltou um homem. Imagina que ele tenha aprontado muito nas ruas – não sabendo se matou, roubou, usou drogas – e que pode fazer o mesmo com seus outros filhos. Diz que Vitor está muito diferente, e ele diz que era assim mesmo e pior em Recife, relatando episódios de agressividade e destrutividade, deixando sua mãe apreensiva. Comumente, pede nossa confirmação quanto a algo que descreve, dizendo: “Ela sabe, pode perguntar”.

De fato, tendo em vista o período em que Vitor vinha sendo acompanhado, a instituição possuía um saber a seu respeito que amedrontava sua mãe. Por outro lado, era preciso legitimar o saber que ela tinha de seu filho – e que parecia ofuscado pela vivência de rua – convocando-a a situá-los – mãe, pai e filhos – na dinâmica familiar.

Aos poucos, passa a se relacionar melhor com seus irmãos. “Eu não fiz nada. Foram eles que perderam o medo de mim”. Mais uma vez, é atribuído ao outro tudo que lhe

acontece, de modo que Vitor não aparece na autoria de seus atos. Frequenta a escola – onde tem uma boa relação com a professora –, ajuda seu pai algumas vezes, consegue um carro de mão para fazer fretes, além de alguns serviços para limpar mato.

Entretanto, gradativamente, esses investimentos não mais se sustentam e vão se esvaindo; os conflitos e as agressões em casa tornam-se mais frequentes e intensos. Vitor volta a envolver-se com roubos e drogas, passa noites fora de casa, quebra objetos, além de chegar a ameaçar seu pai com uma faca no pescoço. “Ele é muito ruim, tira sangue dos meninos, grita comigo, manda eu ir praquele canto. A gente não quer ele mais aqui não”, diz sua mãe. “O que ele faz não é de gente não. Ele é desumano. Já é caso de polícia. Eu quero que ele vá preso pra trabalhar e pagar pelo lugar onde dorme. Vejo a hora de alguém vim cobrar dele e ter uma chacina lá em casa, com meus filhos”, diz seu pai.

Chama a atenção a forma como Vitor “intima” sua mãe a cuidar dele, por exemplo, quando volta do Conselho Tutelar dizendo que ela terá que comparecer ao local, ou quando diz que conseguiu um carro de mão, mas pede que ela vá buscar com ele, ou, ainda, quando fala do desejo de comemorar seu aniversário. Em todas essas situações, a fala da mãe é categórica no sentido de não poder fazer nada disso por ter que cuidar de seus filhos. “Eu tenho meus filhos pra cuidar, não posso ir” (qual o lugar de Vitor se não o de filho daquela família?). Joana diz não entender por que Vitor, às vezes, aos 17 anos de idade, insiste em dizer “mas eu ainda sou uma criança” – uma criança a requerer o seu lugar entre os filhos de seus pais.

Vitor comenta que seus pais batiam muito nele e que, hoje, não mais o fazem com seus irmãos, o que lhe parece insuportável, dizendo bater em seus irmãos para descontar. “Ele diz que tá descontando o tempo que passou na rua. O que isso tem a ver?” Vitor assegura-se de que seus argumentos por si só se justificam, sem, no entanto, questionar-se a esse respeito. Diz não saber o que a mãe quer. “Eu faço as coisas em casa e ela diz: ‘Pra que você fez? Eu não mandei você fazer nada!’. Aí dá vontade de não fazer mais nada”.

Há um não saber em relação ao que o outro deseja; um não saber em relação ao desejo, que se confronta com um saber que parece fechar-se nos argumentos que cada um sustenta para se proteger das situações. Vitor e os pais parecem num constante jogo de “prestação de contas” em que ele requer um lugar – de criança – que seus pais recusam. Ao completar seus 17 anos, seu pai diz não ter mais nenhuma responsabilidade sobre ele. E alega: “17 anos com

mais nove meses que ele passou na barriga da mãe, ele já é de maior! Agora, ele fica falando de coisas que aconteceram lá trás e que não fazem mais sentido”.⁸⁶

Para quem não faz mais sentido? Vitor parece manifestar um apelo por um lugar que o tempo, entretanto, maquinado por seu pai em cada relógio consertado, se encarregou de transpor. Descarrega sua vivência de rua como uma dívida de seus pais para com ele. “Até quando o pai traz as compras no carro, ele quer cobrar”. Se, por um lado, tentamos legitimar e significar o apelo de Vitor – para ele e para seus pais –, por outro lado, é preciso impedir a violência da qual ele se utiliza para manifestá-lo. É preciso convocá-lo a um lugar de fala, para além de um simples “jogo de damas”, afora todo o simbolismo que este jogo teve àquela época. Ao mesmo tempo, o apelo de Vitor não é legitimado e sua ação, ao cair no vazio, corrobora o discurso dos pais.

Vitor confronta sua mãe a um real que a remete a um passado do qual ela não consegue desvencilhar-se. Mãe e filho se confrontam e disputam, numa relação imaginária, aquilo que não foi possível ser simbolizado. Assim como foi feito com o registro de nascimento, convoco Joana a falar da história de seus filhos, num momento em que Vitor se queixa de que ela não bate em seus irmãos como fazia com ele.

Inicia sua fala, dizendo que teve 12 filhos e que “Vitor está no lugar do morto”, pois ele nasceu quatro anos após a morte de seu filho. Mais uma vez, percebe-se que, na fala de Joana, Vitor não aparece como filho. Interessante que, assim como Vitor nasce quatro anos após a morte de seu irmão, ele tenta renascer para sua família exatamente quatro anos após sua saída de casa para a rua. Imediatamente, Joana passa a trazer a sua infância, dizendo que não chamava sua mãe de ‘puta’, de ‘rapariga’, como Vitor costuma fazer. “Não tinha isso de pai e mãe estar errado. A gente tinha era que obedecer, se não, ia pro pau. Eu tenho muita cicatriz na cabeça de pisa com cipó de goiaba”. Vitor interrompe sua mãe e diz: “Eu faço questão de raspar minha cabeça pra senhora ver quantas marcas eu também tenho na cabeça das surras que eu levei”.

Joana reclama que Vitor só quer falar do passado e volta a falar do passado dela. Diz que foi a filha que mais apanhou, pois, enquanto filha mais velha – assim como Vitor é o mais velho –, era responsável pelos irmãos menores e pelos afazeres domésticos. Vitor ouve tudo com atenção e diz nunca ter sabido dessas histórias. Passa a falar do nascimento dele e diz que foi tranqüilo e que moravam em outra casa, ao que ele diz: “A senhora pensa que eu esqueci quando painho foi embora e deixou a gente aqui, sozinho? Eu me lembro de muita coisa!”.

⁸⁶ A esse respeito, diz que Vitor, quando criança, apanhava muito e era comumente amarrado dentro de casa.

mas recusa-se a falar a respeito. Joana diz que seu pai o procurava muito quando ele fugiu de casa. Chama a atenção, aqui, que mãe e filho não se dirigem um ao outro. A fala é sempre dirigida a mim, que tento situá-la entre os dois.

Sua mãe queixa-se dos maus tratos de Vitor em relação aos irmãos, e ele diz que é muito ruim ouvir seus pais falando pelas costas (assim como ele não gostava de ser tocado/agredido pelas costas?), chamando-o de “desgraçado”, de “amaldiçoado”, dizendo que ele não devia ter voltado; queixa-se de não poder comer, de sua mãe negar comida, e ela apenas baixa a cabeça e fica calada.

Ao final, Vitor comenta que gostaria de passar o final de ano em Olinda e sua mãe responde de imediato: “Ele nem sabe que a festa aqui, a gente amanhece o dia!”. Falo da possibilidade de poderem conversar, de poderem contar suas histórias um ao outro, ao que ele observa: “Só um milagre pra fazer ela me dar um beijo e fazer carinho”. Já na saída, Vitor diz que gostaria que pudéssemos conversar também com seu pai e comenta que sempre demoramos muito a voltar.

O irmão de Vitor volta para casa na véspera de Natal e a família passa as festas de final de ano reunida. Apesar da reaproximação, Vitor reclama: “Depois que meu irmão chegou, eu não tenho mais lugar pra dormir nesta casa!”. Em menos de um mês, seu irmão volta a morar na rua.

Certo dia, Vitor queixa-se de nossa presença em sua casa. Mostra-se arremido, agressivo e nos coloca para fora. Ameaça roubar a assistente social e jogar água, caso insistamos em ficar. Sua mãe, atônita, não intervém e tenta puxar outros assuntos, o que deixa Vitor ainda mais irritado. Pega um balde de água e coloca uma cadeira na porta, situação que parece diverti-lo. “Não preciso mais de vocês. Se eu precisar, sei muito bem onde ir”. Diz que consegue tudo do seu jeito e isso constitui um motivo para que ali não atendêssemos à “ordem” de que fôssemos embora. Diz que está fazendo conosco o que fazíamos com ele na instituição, quando era preciso colocá-lo para fora do espaço – o que não deixa de ser, para ele, uma prestação de contas.

Retomo com ele os motivos devido aos quais isso era preciso acontecer e, surpreendentemente, ele escuta e passa a retomar algumas coisas que fazia naquela época, contando que “aprontava e perturbava muito”. Volta a se irritar e diz que nós o tiramos por “otário”, afirmando que, se fosse outra época, já teria feito coisa pior. “Eu queria saber o que você ia fazer se eu tivesse aqui com um revólver para dar dois tiros na tua cabeça”. Num lapso, chamo Vitor de Pablo – nome como o chamávamos antes de sabermos seu nome

verdadeiro – e ponto que, ali, ele podia responder de um outro lugar, diferentemente do que ocupava enquanto “Pablo”. Vitor estoura o balde no chão, quando lhe é dito que há um limite para suportarmos sua fúria, sua raiva, e que ele havia ultrapassado esse limite ao partir da fala ao ato. Vamos embora nesse momento e percebemos que Vitor “ordena” que sua mãe entre, ao que ela “obedece” sem dizer uma palavra.

Aproximadamente um mês após o ocorrido, próximo à data em que faríamos nova visita, Vitor procura-nos em Olinda. Pergunta se fiquei chateada com ele e volta a pedir o brinco. Diz que saiu de casa porque estava sendo ameaçado de morte e pede que avise a seu pai que já chegou. Fala que não permite que façamos a visita a seus pais e comunico que, enquanto atividade da instituição, a visita será feita, cabendo a ele escolher se nos acompanha ou não. Já nesse dia, ele se envolve em conflitos, sendo impedido de entrar no dia seguinte. “Vocês querem me tirar como otário! Eu sou daqui! Agora o cara chega aqui, é das antigas e é barrado”. Vitor reproduz, naquele momento, o que se passara com ele em casa – face à exclusão, à reivindicação pelo pertencimento a um lugar.

Na visita – à qual Vitor não foi – seu pai o chama de “mau elemento” e diz que, além de ameaçá-lo, Vitor agrediu um funcionário na escola. Culpa a mãe de Vitor por ela tê-lo trazido de volta e comenta: “Tem gente que diz que é falta de educação, mas não é, porque ele não foi criado o tempo todo aqui, saiu de casa com onze anos. Então, não é meu filho não”. Dizem estar mais aliviados por ele ter ido embora e comentam que só aguardam a notícia de que ele morreu. “Ele vai morrer. Aprontando como ele apronta, ele vai morrer ou ser preso”. Seu pai mobiliza-se quando comunicamos que Vitor pediu que ligássemos para ele; preocupa-se em saber se ele está realmente dormindo na rua⁸⁷ e telefona no fim de semana para saber notícias do filho.

Na instituição, um movimento de destrutividade e ameaças alterna-se com o interesse de saber notícias de sua família. Ameaça agredir e, constantemente, é impedido de fazê-lo. Responsabiliza as pessoas por estar na rua, por ter perdido suas roupas, por estar “preso” nessa posição, como se sentia em casa. Ao sair da sala, Vitor bate a porta e prende meu dedo. Diz que a culpa foi minha – uma responsabilidade que ele não suporta tomar para si – e surpreende-se quando lhe digo que acredito que, nessa situação, seu ato não teria sido intencional, embora sua agressividade não se encontrasse ali justificada. Vê-se a angústia pela qual ele é tomado, o que o leva, durante o restante da tarde, a tentar uma aproximação.

⁸⁷ Destacamos que, ao escrever este caso, cometemos um lapso. Ao invés de “dormindo na rua”, escrevemos “morrendo na rua”.

Embora não consiga falar diretamente, Vitor fala através de terceiros, entrando e saindo da sala, explicando o que ocorrera, além de pedir informações sobre sua casa.

Após uma semana, os demais adolescentes dizem que Vitor foi espancado por eles e “expulso” de Olinda porque estava “vacilando” muito nos arredores. Oito meses depois, ele reaparece dizendo que está ameaçado de morte em outros lugares por onde passou e diz querer voltar para casa. A instituição perde contato com Vitor, que, somente um ano depois, aparece, pedindo para ser abrigado na mesma instituição em que ficou quando criança, pois diz que em sua casa “não tem lugar nem para colocar as roupas”.

Vitor mostra-se mais comprometido e, por onde passa, parece provocar sua expulsão. “Estão me tirando como otário, não estão querendo me tirar da rua”, volta a falar como uma forma de, ao culpar o outro, não se responsabilizar por uma situação que também é sua, mas também de denunciar um tempo que, para ele, lhe foi tirado. Afinal de contas, embora insista em dizer que ainda é uma criança, sua idade nega isso, inclusive, inviabiliza algum tipo de encaminhamento e, nesse sentido, os nove meses que seu pai somou à sua idade, bem como o ano a mais que dizia ter quando chegou à instituição, pareciam lhe fazer toda a diferença.

4.3. ... DO APELO À DEMANDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Na leitura que fizemos do conto de Edgar Poe, “A Carta roubada”, propusemos uma analogia entre a carta/letra e as crianças e adolescentes em situação de rua, na circulação que estabelecem, em busca de um “destinatário” que os reconheça enquanto sujeitos. Assim é que propomos situar a instituição na posição de Dupin – aquele que encontra a carta – como também no lugar do grande Outro, instituído com a “consumação da mensagem” (LACAN, 1999, p.95), ou seja, com a “leitura da carta” e a inscrição do sujeito.

Vimos que falar implica falar a outros, endereçar a mensagem àquele que o sujeito reconhece como Outro absoluto, o que depende da posição em que este situa o sujeito – e também de onde o sujeito se situa – conforme discutimos no esquema óptico. É desse modo que concordamos com a elaboração de um espaço psíquico na instituição (KAES, 2002), na qual se faça possível sustentar a hipótese de um apelo, mesmo que num movimento desarticulado, perpassado pelo ódio e pela destrutividade.

As histórias de João, Renata e Vitor, os fragmentos e narrativas apresentados no decorrer deste trabalho, permitiram-nos destacar alguns elementos do atendimento clínico e

institucional à criança e ao adolescente em situação de rua, que delineiam a demanda por eles endereçada. Retomamos alguns dos questionamentos que nos incitaram à pesquisa, no que tange, por exemplo, às hipóteses feitas pela instituição, as quais apontamos como base de sustentação para esse tipo de intervenção; aos investimentos de ódio que, muitas vezes, permeiam os vínculos estabelecidos nesse espaço; aos limites com os quais a instituição se depara na tentativa de sustentar a aposta de um apelo.

Chama-nos a atenção a tentativa de filiação e de inscrição, observada nos três casos e em alguns fragmentos apresentados, por exemplo: nas tatuagens feitas com desenhos; com o nome de Vitor, após ocultá-lo por tanto tempo; com a imagem de caveira que João afirma representar a morte de um policial, ou o nome “Jesus”, escrito nos dedos. Destacamos, ainda, a insistência de Renata em ouvir acerca de seu lugar em sua família, ou de Vitor, ao dirigir para a instituição uma fala notadamente endereçada a sua família (“Eu sou daqui!”); as atuações de João, a cada vez que, com suas transgressões, seu pai é convocado a intervir, como também em sua fala ao dizer que “é bom comer do Estado”; o prazer com o qual Tereu nos apresenta sua carteira de estudante, dizendo enfaticamente “agora eu sou estudante”.

Na forma de dirigir-se à instituição, um movimento que se apresenta, às vezes, desordenado e desarticulado, através do qual parecem, conforme vimos, “espalhados”, fragmentados, sem uma unidade corpórea que lhes sirva de sustentação, o que observamos com Vitor, João e Renata – por exemplo, quando da reação de Vitor a um toque no ombro que parece agredi-lo. Sujeitos cujas imagens, diante do espelho, lhes aparecem despedaçadas, fora do cone simbólico, sem a continência do vaso. Diante da “exclusão” e da “relegação social” que os situa enquanto “abjetos”, “lixo” a ser varrido da rua, retomamos a noção de “pá de gente”. Destacamos um atendimento realizado com a irmã de Renata, no qual ela, simulando uma entrevista, diz à psicóloga: “Você é uma cata-lixo, não pode falar!”. A impossibilidade da fala remete-nos ao silenciamento (ROSA, 2002a) ao qual estão submetidos também os “catadores de lixo”; mas, ao mesmo tempo, faz-nos pensar que, enquanto representante da instituição, a psicóloga é colocada no lugar de “cata-lixo”, aquela que recolhe fragmentos da rua para dar algum destino ao material obtido.

Reportamo-nos à reflexão de Freud, em *Além do princípio de prazer* (1996:1920), ao propor imaginar um organismo vivo em sua forma mais simplificada, como uma vesícula indiferenciada de uma substância que é suscetível de estimulação. Diante do impacto incessante de estímulos externos sobre a superfície da vesícula, ela não sobreviveria caso não dispusesse de um “escudo protetor contra os estímulos” (*Ibid*, p.38), que funciona como

envoltório ou membrana resistente aos estímulos, os quais só passam para as outras camadas com um fragmento de sua intensidade original. Assim, considera que “a *proteção contra* os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles” (*Ibid*).

Freud descreve como “traumáticas” as excitações que, diante de sua intensidade, ultrapassam o “escudo protetor”. “Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis” (*Ibid*, p.40). À violência que o trauma acarreta, ou seja, à impossibilidade de ação do “escudo protetor”, o organismo reagirá de maneira reflexa, “sem a intervenção do aparelho mental”; um movimento, portanto, em que a palavra parece não operar.

É desse modo que, em dados momentos, o movimento reflexo parece nortear a ação das crianças e dos adolescentes em situação de rua, como resposta à intensidade com a qual os estímulos e a violência invadem os seus organismos. À violência de uma sociedade que os exclui, à violência sofrida em casa – muitas vezes como efeito da própria exclusão social –, à violência sofrida e atualizada na rua, deparamo-nos com sujeitos que se apresentam sem uma barreira protetora e que parecem demandá-la da instituição. Ao mesmo tempo, consideramos que esse movimento desordenado, fragmentado, aproxima-nos do que Frej (2007, p.24) destaca, a partir do caso “O homem dos lobos”, como o “estilhaçamento da libido”, o que nos remete ao episódio em que João lança garrafas contra a instituição e, conforme apontamos, parece confundir-se com elas.

Assim retomamos Enriquez (apud KAHN, 2002, p.103), ao afirmar que “esse corpo suscetível de ser penetrado violentamente, sem superfície protetora, peca por excesso de excitabilidade [...]”, bem como a formulação de Bergès e Balbo (2002) sobre o traumatismo, no qual uma força opera de forma disruptiva, num puro real, deixando o sujeito sob o efeito de uma descarga, de um golpe inesperado, ultrapassando os limites suportáveis da dor.

É esse sujeito que, ao depositar sua violência no outro, está, através de seu grito, convocando o outro que não pôde suportá-lo e interpretá-lo (MARIN, 2002). Assim é que muitas vezes percebemos que a instituição é o destinatário de investimentos intensos, como as garrafas arremessadas, as inúmeras narrativas dos delitos cometidos, dos abusos sofridos, as ameaças que lhe são dirigidas, o que nos remete, em Freud (1996:1925), à ejeção do ego-prazer original de tudo que é mau e que, portanto, tende a ser expulso do organismo. Ao endereçar esses conteúdos à instituição, destacamos que ela constitui o depositário – de que

fala Pichon-Rivière (2000) na teoria sobre o vínculo – do material, objetos internos, conteúdos psíquicos que a criança e o adolescente nela depositam. Para o autor, o vínculo somente se estabelece quando da “possibilidade de depositar confiança no outro”.

Ao situar-se no lugar de depositário para o sujeito, a instituição encontra-se, igualmente, na posição de respondente (AULAGNIER, 1990), construindo a hipótese de um apelo, embora ainda não articulado à linguagem, para os “gritos de socorro” das crianças e adolescentes em situação de rua que a ela se endereçam. A instituição situa-se, assim, enquanto Outro que é invocado, no lugar da confirmação, daquele que atribui à criação significativa um valor de significante. Ao atribuir à (auto)destrutividade e à violência a significação de um apelo, consideramos que a instituição realiza o que Freud apontou como a ajuda específica “que a criança atrai pelos seus gritos” (Freud, 1926, p.85).

De acordo com Forget (2008), o adolescente que foi privado do recurso à palavra – o que, para ele, dá-se pelo enfraquecimento da posição simbólica do pai – solicita o Outro como um endereço simbólico, através de suas atuações. Somente na (re)introdução de uma instância simbólica, torna-se possível “[...] reintroduzir o recurso a uma palavra confiável”. Lacan (apud LEBRUN, 2008) afirma que “onde a palavra se desfaz, começa a violência”, o que nos leva a supor, nesse sentido, que onde a palavra é introduzida, a violência é, então, simbolizada, interdita em sua passagem ao ato.

Se o movimento das crianças e dos adolescentes configura-se como uma resposta ao excesso de violência e de estímulos que os invadem, pensamos também que, endereçado à instituição, constitui um apelo e é a hipótese sobre esse apelo que permite uma inscrição simbólica àquilo que se manifesta no ato. É essa hipótese que nos aproxima da atitude de Dupin diante da carta, uma posição diferente da adotada pela Polícia, seja no conto, seja a Polícia quando da abordagem às crianças e aos adolescentes no contexto da rua.

É do lugar em que se encontram na sociedade e na família que chegam à instituição, reproduzindo-o com atos e falas que, às vezes, parecem “convocar” ao fracasso, posto que dos “desvalidos”, “trombadinhas”, “delinqüentes”, “meninos de rua”, ou, ainda, do “filho do demônio”, daquele que está no lugar do morto e daquela que carrega a culpa pelas tragédias ocorridas na família, não se espera outro movimento que não o de reproduzir a posição que ocupam, o lugar daqueles que, conforme afirma um personagem do filme “*Los Olvidados*”⁸⁸, “deviam ser mortos antes de nascerem”. As minúcias e a crueldade com as quais João narra seus delitos, a forma jocosa com a qual Renata descrevia situações de violência, a violência de

⁸⁸ “Os Esquecidos”, de Luis Buñuel.

Vitor, apontam, assim, para o aprisionamento à violência do Outro, bem como para a posição de “assujeito” em que se encontram diante, por exemplo, do enunciado familiar – submetido ao enunciado social – “Esse menino não presta”.

Como vimos, é a inclinação do espelho plano, comandada pela voz do Outro, que determina a posição do sujeito como aquele que vê. Uma vez situados fora do cone simbólico – como são situadas as crianças e os adolescentes em situação de rua –, eles verão “[...] as coisas no seu estado real, inteiramente nu, quer dizer, o interior do mecanismo, e um pobre vaso vazio, ou flores isoladas, segundo os casos” (LACAN, 1981, p.97).

Daí o estranhamento deles quando do investimento que lhes é endereçado de um lugar que visa, por exemplo, ao seu “desembaçamento”, como observamos com a crise de choro com a qual Carlos responde ao ser inscrito numa posição distinta da de “cheira-cola”; o incômodo de Vitor ao questionar “por que vocês se preocupam tanto comigo?”; a mudança de olhar de João em resposta à aposta de que ele podia fazer diferente. Destacamos, ainda, a fala de Rodrigo – sobre o desenho que vai continuar fazendo e entregando às pessoas, “porque um dia, alguém não vai jogar fora”; o nome de Vitor tatuado em seu braço e sua fala “estão querendo me tirar como otário”, os quais nos sugerem apontar – diante do que consideramos a respeito da possibilidade de mudança de posição do vaso – para um movimento da ordem de uma resistência contra o que está posto.

São falas que emergem do lado do sujeito ou da instituição, as quais os relançam num jogo de posições – conforme propuseram Bergès e Balbo (2002) –, perpassado pelo espaço de desconhecimento necessário para que seja atribuído um lugar simbólico àquele – o “menino de rua” – que é tomado pela crueza e pelo real que define seus atos. Nesse sentido, é atribuído às crianças e aos adolescentes um saber sobre suas histórias, convocando-os a se implicarem e a saberem sobre a circulação que estabelecem, bem como sobre o desejo de estarem na instituição. Do mesmo modo, as crianças e os adolescentes atribuem um saber à instituição, na medida em que, por exemplo, Renata questiona “por que eu invado tanto?”, “o que eu tinha quando eu era bebê, que eu tive que ser internada?”; ou quando Vitor sugere que sua mãe pergunte à psicóloga – representante da instituição – “porque ela sabe”.

Uma outra leitura se faz possível, entretanto, para a sugestão de Vitor de que sua mãe pergunte à psicóloga, o que o abstém, assim, de falar em nome próprio e de endereçar-se de outra forma. Embora se fizesse necessário, a princípio, nomear para eles, alimentá-los com palavras, como sugerimos, era preciso também, gradativamente, fazê-los apropriarem-se de suas falas. A resposta a esse tipo de intervenção – que tenta situá-los no campo da palavra –

bem como a relação que se estabelece de um modo geral é perpassada, muitas vezes, por investimentos de ódio intensos. Esses investimentos, de um lado, permitem a leitura de uma reação contra a exclusão, como uma forma de “convocar o outro que falhou”; por outro lado, possibilitam também situá-los, a partir do que Lebrun (2008b) propõe, como uma resposta ao que a significação do apelo institui, ou seja, a palavra.

Lebrun (2008b) situa o ódio na vida psíquica e social, considerando-o constitutivo do humano, posto que habita o sujeito pelo simples fato de ele falar. Se, conforme discutimos, falar implica falar a outros, falar significa, então, reconhecer o outro, de modo que, conforme aponta Fleig (2008, p.07), o encontro com o outro, com a alteridade, é sempre violento e perturbador.

Temos ódio pelo fato de falarmos, pois falamos apenas com palavras que vêm do outro, nós somos, portanto, cada um, primeiramente e antes de tudo, uns importunados, uns constrangidos pela língua que vem sempre do outro, uns alienados, portanto, uns limitados pelas palavras, uns escravos da linguagem. [...] O ódio que nos habita é, portanto, primeiramente, ódio do que implica a fala. (LEBRUN, 2008b, p.15).

Lebrun (2008b) justifica o ódio como implícito ao falar, pelo fato de, para se humanizar, o sujeito tem que consentir em interiorizar o impossível da adequação da palavra à coisa; sendo assim, diante do distanciamento entre a palavra e a coisa, falar supõe o vazio, implica não estar mais ligado diretamente às coisas, não estar mais no imediato, na urgência. Nesse sentido, “falar supõe sempre ter consentido em uma perda de gozo, em outras palavras, ter dado lugar ao vazio. A instalação desse vazio gera dois lugares diferentes: aquele de onde um fala e aquele de onde o outro escuta” (LEBRUN, 2008b, p.43), instituindo, assim, um lugar de endereçamento ao Outro. O autor destaca uma distinção que nos parece fundamental, no que tange ao ódio e ao gozo do ódio, situando este último na origem dos assassinatos e da violência acirrada com a qual nos deparamos atualmente. Um ódio, na opinião dele, sem endereçamento, dada a “deterioração da consistência do outro, tanto do semelhante quanto do Outro como lugar marcado pela falta” (FLEIG, 2008, p.10).

Destacamos, assim, que as intervenções e o “confronto” com o ódio e a destrutividade das crianças e dos adolescentes em situação de rua somente se tornam possíveis por causa do respaldo que a instituição, enquanto terceiro, oferece na sustentação de uma “dissimetria irreduzível” entre o sujeito e o Outro. Institui-se, assim, uma diferença no que tange à relação imaginária com os pares, na qual o outro aparece, nos conflitos, sempre como ameaça de aniquilamento, precisando ser apagado, rompendo, pois, as barreiras dos organizadores

sociais e das leis. Daí a fala de João: “Ele disse que ia me matar. E quando me juram de morte, só um pode ficar vivo”.

Poder-se-ia dizer, então, que a instituição busca demarcar o que Lacan (1998) aborda, no estádio do espelho, como a “passagem do eu especular para o eu social”, ligando o sujeito a situações socialmente elaboradas, o que é perpassado, conforme vimos, pelo reconhecimento de um elemento terceiro, sem o qual o sujeito ficaria fixado ao imaginário, não sendo possível nenhuma relação intersubjetiva.

Nesse espaço de dissimetria que estabelece, a instituição constitui-se como “condição de subjetivação” – como aponta De Munck, em debate com Lebrun (2008b, p.130) – face ao consentimento às regras, à responsabilidade e ao comprometimento que a fala implica. Conforme vimos com Rosa (1999), a respeito do impacto da “destituição” do discurso familiar, as crianças e os adolescentes em situação de rua não se implicam diante de seus atos, como se não houvesse um sujeito nesse ato. Para ela, o ato abre a possibilidade de ser falado pelo Outro e constitui o “pedido dos meninos de rua”.

Retomamos a distinção feita por Frej (1997) no que tange à interdição e ao impedimento e destacamos que, diante do “pedido dos meninos de rua”, o recurso ao impedimento – enquanto aquilo que escapa ao campo da interdição – constitui, muitas vezes, um recurso necessário na intervenção, sobretudo, em situações em que a palavra parece não alcançá-los. O impedimento adquire, nesse contexto, um sentido distinto daquele que apontamos quando da conduta policial de “recolher os meninos” da rua.

Ao impedir que os adolescentes se agridam, ao impedir que Renata coloque um *piercing* no umbigo, ao impedir que João agrida um profissional, ao impedir que Vitor se perca em meio ao seu dilaceramento, institui-se um corte necessário que, de acordo com Frej (2005), delimita e cria fronteiras. O enunciado “aqui você não pode”, acompanhado do impedimento⁸⁹ que se fez necessário naquilo que parecia escapar à palavra, representou, portanto, uma barra, que conteve a ação e criou um possível espaço de intervenção, ao pôr em palavras o impedimento para o que iria se configurar como mais uma descarga pulsional daquele adolescente, um extravasamento para aquilo que lhe parecia impossível de conter. Essa intervenção facilitou, posteriormente, a criação da regra que interditava a cobrança de vacilos naquele espaço, instituindo, assim, o interdito da palavra. Podemos dizer que “aqui você não pode” intervém na delimitação de fronteiras, entre o dentro e o fora, entre a rua e a instituição.

⁸⁹ Essa situação foi descrita na primeira parte desta dissertação.

Para Freud (1996:1930), há um grande número de estados em que “[...] as linhas fronteiriças entre o ego e o mundo externo se tornam incertas, ou nos quais, na realidade, elas se acham incorretamente traçadas” (*Ibid*, p.75). Isso nos faz pensar, na realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, numa diluição dessas fronteiras, remetendo-nos à ausência de uma barreira de proteção; à fala de que, às vezes, parecem “espalhados”; ou mesmo, à comum tentativa de transpor as leis da rua sobre a dinâmica da instituição. Evocamos, nesse ponto, a expressão “*tá imbaçado*”, a qual, nesse sentido, parece poder denotar, na constatação de um estado de “embaçamento”, uma falta de nitidez entre as fronteiras, um “embaçamento” no delineamento dos lugares entre o sujeito e o Outro.

Lebrun (2008b, p.55) destaca, entretanto, a dificuldade que uma intervenção desse tipo constitui para determinados sujeitos – dentre eles, situamos a criança e o adolescente em situação de rua – para os quais, desde a primeira infância, não foi instituído o lugar à alteridade, de modo que

constitui-se uma imunidade em relação a qualquer confrontação com o Outro. Essa imunidade que corre o risco, sobretudo, de torná-lo capaz de perpetuar, incessantemente, a evitação, e até que a morte sobrevenha. [...] o sujeito corre o risco de encontrar a morte real antes da alteridade.

Lebrun destaca, ainda, que, mesmo que o sujeito consiga renunciar ao gozo do ódio, essa construção não terá a estabilidade da que foi feita no momento oportuno (p.54), além do conflito com o qual o sujeito se depara, “como resultado do antagonismo interno pelo qual ele é tomado [...] Não é mais o ódio contra o que lhe é forçado, é a raiva de ter de se impor essa via que ele mesmo escolheu e, para isso, ter de renunciar àquela que, até aquele momento, era a sua” (*Ibid*, p.58).

Essa questão pode ser observada, por exemplo, nas idas e vindas da casa à rua, tão comum no que apontamos como a circulação dessas crianças e desses adolescentes. Em situações, por exemplo, quando Renata estava em casa e adotava uma dinâmica outra – com horários estabelecidos, passeios em família, idas a médicos, cuidados com os pertences, frequência na escola – da qual, entretanto, rapidamente se esvaía, como que apontando para uma impossibilidade de sustentação.

Esse aspecto nos remete ao que Lebrun (2004) fala sobre a função do pai, a qual, além de reconhecida no meio familiar, necessita ser ratificada pelo social, na sustentação que este atribui à pertinência de sua intervenção. Consideramos, do mesmo modo, que, qualquer mudança ou deslocamento do sujeito – sobretudo, quando falamos de crianças e adolescentes

– demanda uma ratificação pelo social, que autentique sua nova posição. Podemos dizer que, embora algumas famílias consintam e apostem nessa nova posição, o social, tomado em sua dimensão mais ampla, de um modo geral, não ratifica a possibilidade de uma nova posição do sujeito nem de suas famílias, sendo-lhe, inclusive, mais oportuna a fixidez das crianças e dos adolescentes na posição de “meninos de rua”. Desse modo, podemos observar que, muito facilmente, tenderão a nela permanecer ou a ela retornar, carregando consigo a marca do que apontávamos no percurso histórico acerca do desnecessário investimento sobre essas “crianças desvalidas”. Assim recebemos as informações acerca do movimento desordenado de Vitor e de seu maior envolvimento com roubos na rua; das contínuas ameaças recebidas por João, que parece provocar sua expulsão dos lugares por onde passa; das trágicas mortes de Renata, Carlos, Pedro, Vinícius.

Para além daquilo que constitui um limite – mas não um impedimento – nos desdobramentos da intervenção institucional, destacamos que, da posição da qual olhamos, da posição na qual tentamos situá-los, deparamo-nos, por exemplo: com o retorno de Tereu para casa; com a fala de Vitor sobre o desejo de xingar a psicóloga, não lhe sendo imperativo, entretanto, fazê-lo, ou sua perspectiva de tentar se situar no futuro numa outra posição; com as questões levantadas por Renata, as quais insistiam em inseri-la em sua história; com a apropriação de João de um outro lugar na relação com a instituição.

Na trajetória de João, por exemplo, pudemos observar o que se constituiu um verdadeiro “jogo de posições” entre ele e a instituição, face à construção de hipóteses, ao relançamento, à aposta e atribuição de um saber – provavelmente de ambas as partes –, ao distanciamento e desconhecimento necessários – através dos quais foi possível à instituição atribuir-lhe um corpo simbólico e a ele apropriar-se desse corpo –, ao consentimento de João, poderíamos dizer, com a fala, no sentido proposto por Lebrun (2008b). Apesar de termos sido, várias vezes, “convocados” a “desistir” de João, em decorrência de suas próprias atuações e ameaças, consideramos que a aposta feita, assim como a insistência na não desistência implicou situarmo-nos numa outra posição, ao que, a nosso ver, João respondeu também apropriando-se de uma outra posição. Daí a relevância do que pudemos identificar, no esquema óptico, acerca do movimento e da posição do olho, do espelho plano, do vaso e, portanto, das flores.

De acordo com Figueiredo (2004), “temos que suportar, no sentido mais radical da palavra, as ações do sujeito e chamá-lo à sua responsabilidade a cada vez, a cada ato”. Entendemos que ser o suporte ou o depositário das ações do sujeito impõe à instituição, em

determinadas situações, um limite daquilo que é possível “suportar”, limite que nos parece ser o tempo todo testado pelas crianças e pelos adolescentes em situação de rua. Confrontá-los com esses limites e com os desdobramentos do que suas ações, algumas vezes, provoca – por exemplo, quando recorremos à instância policial – permite um efeito outro que não os espancamentos da própria polícia quando no ambiente da rua. Permite, pensamos, na presentificação necessária da Lei, na figura do policial – o que nos remete à fala de Rodrigo “eu preciso de lei!” –, fazê-los depararem-se com o interdito ao qual a instituição encontra-se submetida. “É o recurso ao interdito que eles procuram”, aponta-nos Forget (2008).

O autor discorre sobre a “espera dos adolescentes por um endereço simbólico confiável para aprender a se familiarizar com suas próprias marcas, e para estruturar sua palavra”. Uma espera, entretanto, que se expressa no movimento e na circulação de crianças e adolescentes em situação de rua e que, portanto, não se constitui passivamente.

Ao encontrarem na instituição esse “endereço simbólico”, vê-se configurada a possibilidade de um consentimento no deslizamento daquilo que a princípio era apenas ato para a instituição da palavra. A partir da hipótese de um apelo que a instituição sustenta para os “gritos mais inarticulados”, situamos a aposta na emergência de um sujeito e, portanto, da construção de “apelos falados”, fazendo daí advir o endereçamento de demandas, conforme situamos com a expressão “vê se me desimbaça”.

É nesse sentido que, ao pensarmos a instituição enquanto um lugar de endereçamento – um lugar que acolhe, interdita, nomeia e simboliza –, permitimo-nos pensar num endereçamento à palavra que acolhe, à palavra que alimenta, à palavra que interdita, à palavra que nomeia, para além do real da rua. A demanda, ao ser articulada em termos simbólicos, conforme aponta Lacan (1999, p.418), “[...] vai além de todas as satisfações para as quais apela, é demanda de amor que visa ao ser do Outro, que almeja obter do Outro uma presentificação essencial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória percorrida nesta pesquisa encontra-se, poderíamos dizer, intensamente entranhada àquilo que a expressão “vê se me desimbaça” nos lançou a pensar. Uma expressão que nos serviu, de certo modo, de porta-voz e de guia para outros contextos que nos eram apresentados em meio ao ofuscamento que a crueza das situações também parecia produzir. Nesse sentido, se sustentávamos⁹⁰ apostas, aparentemente infundadas, para a destrutividade e as ameaças que eram endereçadas à instituição, consideramos que a escuta de expressões, como “vê se me desimbaça”, “tá imbaçado”, “cobrar vacilo”, “você é uma cata-lixo”, “pintar o terror”, “é bom comer do Estado”, autenticaram e confirmaram as hipóteses feitas, impulsionando-nos à realização desta pesquisa. Daí a relevância que atribuímos ao trabalho de Bergès e Balbo (2002), face à ressonância e ao suporte dado tanto a esta pesquisa como à intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua.

A expressão “vê se me desimbaça”, juntamente com a literatura utilizada, permitiu-nos, ainda, ao longo de todo o texto, indagar acerca de uma noção que emergiu como uma questão que apontamos como fundamental: a posição. A partir do interesse acerca da posição em que, por exemplo, no esquema óptico, a visão “embaça” – o que nos fez encontrar na Física algumas respostas e novas questões –, foi-nos possível deslizar para o que consideramos constituir um eixo central em nosso trabalho, o endereçamento.

O endereçamento implica, como vimos, o lugar de onde se endereça e o lugar de onde o “destinatário” – conforme propomos com a “carta roubada” – consente ou não com o endereçamento que lhe é feito. Assim pensamos que a intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua leva a questionar acerca dos lugares ocupados – na família, na sociedade, na rua –, das posições que se repetem, da exclusão social que os enclausura na posição de “lixo”, da possibilidade de mudança de posição. Desse modo, na tentativa de compreender a demanda endereçada à instituição, fez-se necessário situá-la – o lugar de onde ela intervém – assim como as crianças e os adolescentes em situação de rua, em meio à errância que constitui a circulação deles pelos vários espaços, razão pela qual nos debruçamos sobre questões referentes ao pacto social, à dinâmica familiar, à história do atendimento institucional à criança e ao adolescente em situação de rua. O que, por ora, apresentamos como percurso de uma pesquisa constitui, a nosso ver, um caminho necessário na construção e sustentação de práticas clínicas e institucionais com esse público, o que nos faz retomar o

⁹⁰ Refiro-me, aqui, às hipóteses construídas pela instituição.

que destacamos com Souza (1991) no que diz respeito não apenas à “extensão dos conceitos”, mas, principalmente, à extensão “da prática psicanalítica”.

Na tentativa de uma leitura sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, destacamos um cuidado necessário na escrita, o qual, igualmente, remete a um cuidado na intervenção, no que tange à forma de abordar os vários fatores que perpassam esta realidade. Dito de outro modo, ao falarmos em “meninos de rua”, face à exclusão que os relega a um lugar de impossibilidades, remetemo-nos à estrutura social, ao sistema capitalista, a toda uma história de exclusão de uma grande parcela da população. Ao mesmo tempo – destacamos aqui que um fator encontra-se intrincado no outro – deparamo-nos com crianças e adolescentes destituídos, na maioria das vezes, de um lugar de reconhecimento no âmbito da família e que parecem, nesse sentido, face à violência experienciada em casa, buscarem na rua a “saída” da qual falávamos anteriormente. Ao destacarmos o cuidado na escrita e, sobretudo, na intervenção, é no sentido de, diante da complexidade da questão, não incorrerem num reducionismo que a limite, por exemplo, a uma questão estritamente “social”, ou a uma acusação de famílias igualmente violentadas, o que implicaria a impossibilidade de qualquer intervenção junto a elas.

Desse modo, pensar a intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua exige uma leitura e uma construção consistentes, a fim de não encontrar no assistencialismo, na caridade, na reprodução da violência, na vitimização, na culpabilização ou destituição da família, a base para o que, a nosso ver, não se sustenta. Apontamos, nesse aspecto, a implicação da instituição – parte integrante de uma sociedade que exclui – para que possa, em sua função de continente, sustentar um espaço possível de endereçamento, constituindo-se, assim, para além de uma unidade de atendimento, um lugar psíquico que institui a palavra. Reportamo-nos a Lacan (1995, p.192), ao destacar que “[...] a criança se alimenta tanto de palavras quanto de pão, e perece por palavras. Como diz o Evangelho, o homem não perece apenas pelo que entra na sua boca, mas também pelo que dela sai”.

Assim pensamos que, quando Pedro pede para, antes de ir almoçar, ouvir o “resto da história”, há uma necessidade por palavras que também o alimentam. Há uma demanda nas palavras de Pedro por outra coisa que não apenas a comida e os cuidados físicos que são dispensados à criança e ao adolescente nas instituições. Há um apelo nas manifestações que, muitas vezes, parecem da ordem de uma pura descarga, como ocorre na rua, mas que, ao ser dirigido à instituição, constitui um endereçamento ao Outro.

Destacamos que, ao articular a demanda e o apelo nesta pesquisa, deparamo-nos, em momentos importantes desta elaboração, com uma exigência que a teoria, na articulação com as várias situações, nos impôs. Era-nos preciso situar a demanda e o apelo para melhor contemplar nosso objetivo geral, assim como o título desta pesquisa, que de “‘Vê se me desimbaça’: um apelo de crianças e adolescentes em situação de rua”, passou para “‘Vê se me desimbaça: do apelo à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua’”⁹¹. Contemplamos melhor, assim, a proposta sobre a qual vínhamos discorrendo, no que tange à aposta que sustentamos de, naquilo que é legitimado pela instituição como apelo, fazer desse espaço advir, a construção de demandas. Uma formulação que, para nós, face à contribuição que nos trouxe para a intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua, bem como às especificidades que cada termo nos convocou a pensar, permanece, diríamos, como um “tropeço”, que nos permite vislumbrar novas elaborações acerca do tema.

Por fim, destacamos e reafirmamos a aposta que consideramos perpassar todo o nosso trabalho, na pesquisa e na prática clínica institucional com crianças e adolescentes em situação de rua. Aposta no endereçamento de demandas, na inscrição do sujeito, na possibilidade de construções; uma aposta que, se muitas vezes questionada frente ao risco iminente dessas crianças e desses adolescentes encontrarem “a morte real antes da alteridade” (LEBRUN 2008b) – como muitas já encontraram –, ancora-se, por outro lado, naquilo que se manifesta enquanto movimento que lhes parece sustentar a vida.

As expectativas em relação ao término desta dissertação apontam para o desejo de, além de oferecer um respaldo aos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua, provocar neles – e naqueles que venham a ter acesso a este texto – um compromisso ético e político com uma realidade que nos envolve e na qual nos encontramos inteiramente implicados.

⁹¹ Agradecemos esta sugestão ao professor Zeferino Rocha.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, S. A psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In: ALTOÉ, S. (org.). **Sujeito do Direito. Sujeito do Desejo.** Direito e Psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação.** Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1979.
- AULAGNIER, P. **Um intérprete em busca de sentido –I.** Tradução: Regina Steffen. São Paulo: Escuta, 1990.
- BARROS, P.C.M. **“Tá imbaçado”:** uma demanda de reconhecimento na e pela violência de crianças e adolescentes em situação de rua. Monografia de Especialização em Psicologia Clínica. Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem. Recife, 2006.
- BARROS, P.C.M.; LIMA, A.O.L; FREJ, N.Z.; VILAR DE MELO, M.F. **“Era uma casa ...!?”** Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua” – artigo submetido para publicação na revista Psicologia em Estudo, em fila para edição.
- BERGÈS, J.; BALBO, G. **Jogo de Posições da mãe e da criança.** Ensaio sobre o transitivismo. Porto Alegre: CMC Editora, 2002.
- BONJORNO, J.R. *et alli* . **Física. História e Cotidiano.** Livro 2. São Paulo: FTD, 2003.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**
- CALLIGARIS, C. **A Adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.
- CAMPOLINA, A. D. Prefácio. In: FERREIRA, T. **Os meninos e a rua.** Uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.13.
- CHAVES, M.N.C. **Compartilhando vírgulas e responsabilidades:** um entendimento necessário para garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Trabalho apresentado no II Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade Integrada do Recife, 2008.
- CHEMAMA, R.; VANDERMERSCH, B. **Dicionário de Psicanálise.** Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2007.
- CORREA, O.B.R., A instituição família na tecelagem vincular. In: CORREA, O.B.R. (org.), **Vínculos e Instituições.** Uma escuta psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2002.
- CRESPIN, G. **A Clínica Precoce: o nascimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- DAMATTA, R. **A casa & a rua.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1991. 4ª edição.
- DARMON, M. **Ensaio sobre a topologia lacaniana.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan.** O inconsciente estruturado como linguagem. Volume 1. 2ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

----- **Introdução à leitura de Lacan.** Estrutura do Sujeito. Volume 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIA, L. A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso? In: **Psicologia: Reflexão e Crítica.** V.12, n.3. Porto Alegre, 1999. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 27/12/08

----- . Psicanálise: clínica & pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. **Clínica e Pesquisa em Psicanálise.** Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

ENRIQUEZ, E. O trabalho da morte nas instituições. In: KAES, R... [et al.] **A instituição e as instituições.** Estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

----- . **Da Horda ao Estado.** Psicanálise do Vínculo Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação. Brasília, 2005.

FERREIRA, T., **Os meninos e a Rua** – Uma interpretação à Psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

FERREIRA, A.B. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 11ª edição.

FIGUEIREDO, A.C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** Ano VII, n.1, mar/2004, 75-86. Disponível em: www.fundamentalpsychopathology.org. Acesso em: 27/12/08

FLEIG, M. Apresentação. In: LEBRUN, J.P. **O futuro do ódio.** Porto Alegre: CMC Editora. 2008.

FORGET, J.M. **Os sintomas não são mais sintomas** Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Psicanálise. Recife: 2008.

FREJ, N.Z. **Le nom ou le corps.** Mémoire de Diplôme d'Etudes Approfondies. Université Paris XIII. 1997.

----- **Le don du nom et son empêchement : au sujet des enfants de rue au Brésil.** Tese (Doutorado). Universidade Paris XIII. Paris, 2003.

----- . *Non liquet.* In: **Scriptura 3.** Leituras do Homem dos Lobos. Porto Alegre, 2007

----- . **Ao longo do caminho tem uma pedra.** Trabalho apresentado na Reunião Lacano-Americana de Psicanálise. Florianópolis: 2005.

FREJ, N. Z. **Limites, Fronteiras e Endereçamentos entre mãe e criança.** Projeto de Pesquisa. Recife, Universidade Católica de Pernambuco, 2007

------. Com um Grande X. In: COSTA, A.; RINALDI, D. (org.) **Escrita e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

FREUD, S. Projeto para uma Psicologia Científica. (1895) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. I.

------. A Interpretação dos Sonhos. (1900) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. V.

------. Os chistes e sua relação com o inconsciente. (1905) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. VIII.

------. Romances Familiares. (1909). In: **Obras completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. IX.

------. Totem e tabu. (1913) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XIII.

------. Sobre o Narcisismo: uma Introdução. (1914). In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XIV.

------. O Instinto e suas Vicissitudes. (1915) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XIV.

------. Linhas de progresso na terapia psicanalítica. (1919) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XVII.

------. Além do Princípio de Prazer. (1920). In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XVIII.

------. Psicologia de Grupo e Análise do Ego. (1921) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XVIII.

------. Inibições, sintomas e ansiedade (1926) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XX.

------. O Mal-estar na Civilização (1930) In: **Obras Completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XXI.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO; CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE; PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA. **Levantamento dos meninos e meninas em situação de rua na cidade de Olinda.** Olinda, 2007.

GASPAR, A. **Física. Ondas, Óptica, Termodinâmica.** Livro 2. São Paulo: Editora Ática, 2002.

HORNBY, A.S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary of current English**. Sixth edition edited by Sally Whemeier. New York: Oxford University Press, 2003.

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**, disponível no *site* www.uol.com.br.

KAES, R. Realidade Psíquica e Sofrimento nas instituições. In: KAES, R... [et al.] **A instituição e as instituições**. Estudos psicanalíticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

------. O interesse da psicanálise para considerar a realidade psíquica da instituição. In: CORREA, O.B.R. (org.), **Vínculos e Instituições**. Uma escuta psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2002.

KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LACAN, J. **O Seminário**. Os escritos técnicos de Freud. Livro 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981

------. **O Seminário**. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Livro 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.

------. **O Seminário**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Livro 11. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.

------. **O Seminário**. A relação de objeto. Livro 4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

------. O Seminário sobre "A carta roubada". In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a.

------. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

------. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: "Psicanálise e estrutura da personalidade". In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998c.

------. **Le Seminaire**. Les formations de l'inconscient. Livre V. Paris : Éditions Seuil, 1998d.

------. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998e.

------. **O Seminário**. As formações do inconsciente. Livro 5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller

LAZNIK-PENOT, M.C. Seria a Criança Psicótica "Carta Roubada"? In: Souza, A.M. **Psicanálise de Crianças**. Volume 1 – Interrogações clínico-teóricas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

LEBRUN, J.P. **Um Mundo sem Limite**. Ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

------. Uma lógica infernal. In: GEDIEL, J.A.P.; MERCER, V.R. **Violência, paixão & discursos**. O avesso dos silêncios. Porto Alegre: CMC Editora, 2008a.

------. **O futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC Editora, 2008b.

LEITE, L.C. **Meninos de Rua**. A infância excluída no Brasil. São Paulo: Atual, 2001.

LUCCHINI, R. A Criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: Rizzini, I. (coord.). **Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.

MARIN, I.S.K. Instituições e Violência. Violência nas instituições. In: LEVISKY, D.L. **Adolescência pelos caminhos da Violência**. A psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

------. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002.

MELMAN, C. **Alcoolismo, Delinquência, Toxicomania**. Uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 2000.

MELO, V. M. Da família à rua à família... passagens possíveis. In: **Pulsional**, Revista de Psicanálise. Ano XII. Número 12. Dezembro 1999, p. 47-61.

MICHAELIS. **Dicionário da língua portuguesa**, disponível no *site* www.uol.com.br.

NASIO, J.D. **O Olhar em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

PELLEGRINO, H., Pacto Edípico e Pacto Social. In: PY, L. A. (org.), **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

PICHON-RIVIÈRE. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2006.

POE, E.A. A carta roubada. In: **Histórias Extraordinárias**. São Paulo: Abril Cultural, 1981. Tradução de Brenno Silveira e outros.

POLI, M.C. Perversão da cultura, neurose do laço social. **Ágora**. Rio de Janeiro. Vol.7. nº1. Julho/Janeiro. 2004. Disponível em : <http://www.scielo.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2008.

------. **A Clínica da Exclusão**. A construção do fantasma e o sujeito adolescente. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

QUEIROZ, E.F., SILVA, A.R.R. (orgs.). **Pesquisa em Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: Escuta, 2002.

QUINET, A. **A Descoberta do Inconsciente**. Do desejo ao sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

----- **Um olhar a mais**. Ver e ser visto na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 2ª edição.

RIZZINI, I. (coord.). **Vida nas Ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: PUC, 2003.

----- **O Século Perdido**. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSA, M.D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br> Acesso em: 09 Jul 2007.

----- *Uma escuta psicanalítica das vidas secas*. **Textura**. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 42-47, 2002a.

----- *Adolescência: da cena familiar à cena social*. In: **Revista Psicologia USP**, vol.13, p.227-241, 2002b.

SILVA, R. **Os Filhos do Governo**. Formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

SOBRAL, M.L. **Trajетórias de Vida: um estudo sobre a complexidade da experiência na rua**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação de Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

SOUZA, O. Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In: ARAGÃO, L.T. [et al.] **Clínica do Social: ensaios**. São Paulo: Escuta, 1991.

TAKEUTI, N.M. **No outro lado do espelho**. A fratura social e as pulsões juvenis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WICKERT, L.F. **A escrita da clínica psicanalítica**. Trabalho apresentado na Jornada Acadêmica da Faculdade de Psicologia da PUCRS, 2006. Disponível em: www.lucianawickert.com.br. Acesso em: 27/12/08

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

----- **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.